



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A SOLIDÃO DOS NÔMADES:

A TRAJETÓRIA DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA (1915-1971)

JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

A SOLIDÃO DOS NÔMADES:

A TRAJETÓRIA DO PADRE LUÍS GONZAGA DE OLIVEIRA (1915-1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para a obtenção do título de mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas.

Orientadora: Dr.^a Joedna Reis de Meneses.

CAMPINA GRANDE – PB

2021

O48c

Cabral, Júlio César Miguel de Aquino.

A solidão dos nômades: a trajetória do padre Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971) / Júlio César Miguel de Aquino Cabral. – Campina Grande, 2021.

145 f. : il. : color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Joedna Reis de Meneses”.

Referências.

1. Biografia. 2. Oliveira, Luís Gonzaga de (1915-1971). 3. Seminário Diocesano da Paraíba. 4. Serra da Raiz. 5. Engenho. 6. Cultura Escolar. I. Meneses, Joedna Reis de. II. Título.

CDU 929(043)

JÚLIO CÉSAR MIGUEL DE AQUINO CABRAL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande – PB, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 06/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Joedna Reis de Meneses

Prof.^a Dr.^a Joedna Reis de Meneses
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG-DH/UEPB
Orientadora

Cláudia Engler Cury

Prof.^a Dr.^a Cláudia Engler Cury
Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB
Examinadora Externa

Iranilson Buriti

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Itacyara Viana Miranda
Universidade Federal da Paraíba – DFE/CE /UFPB
Suplente Externa

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Suplente Interno

Dedico este texto ao meu mestre, **E.V.** A
solidão se afasta quando escuto a tua voz.

AGRADECIMENTOS

Meu corpo tem várias almas. Este trabalho também.

Em grande medida, a conclusão deste trabalho só foi possível a partir das contribuições inestimáveis da minha orientadora, Dr.^a **Joedna Reis de Meneses**, e dos professores que, de maneira gentil, aceitaram participar do processo de avaliação dessa dissertação: Dr.^a **Cláudia Engler Cury** e Dr. **Iranilson Burity de Oliveira**.

Também não posso deixar de agradecer ao professor Dr. **Azemar dos Santos Soares Júnior** e à professora Dr.^a **Vivian Galdino de Andrade**, cujos ensinamentos foram essenciais para a redação deste trabalho. Quero registrar aqui os nomes de duas professoras que, dentre outras coisas, fizeram-me acreditar na possibilidade de ingressar no mestrado: Dr.^a **Mariângela Vasconcelos Nunes** e Dr.^a **Edna Maria Nóbrega de Araújo**.

Quero agradecer aos meus familiares **Marcela Quezia de Sousa**, **João Gabriel Miguel**, **Josefa Miguel de Aquino**, Irecê Guedes, José Miguel de Aquino e Maria José de Aquino. Quando estou em terras estranhas, minha alma sempre recorre às lembranças que guardo de vocês. Agradeço também aos meus amigos: Cleiton Lira, João Paulo Ferreira, Dyego Motta, Edvaldo Júnior, Edinaldo Domingos, Gisleide Serafim, Robsom Mateus, Jardel Ferreira. Toda distância é pequena diante de uma amizade sincera.

Agradeço aos irmãos e irmãs que a universidade me deu: Thiago Silva, Eduardo Silva, Renata Padilha, Aniele Oliveira, Tony dos Santos, Danilo Fernandes, Leonardo Sousa, Claudiana Faustino, Válber Andrade, Cícera do Nascimento, Genilma Ricardo, Rafael Coppi, Pedro Torres, Francileide Rodrigues, Wellington Lau, Allan Marcus, Allan Emerson, Thiago Lopes, Maximiano Cilene, Matheus Abdon, Felipe Cavalcanti e Carlos Silva.

Agradeço aos professores e aos demais funcionários que integram o **Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG)**.

Agradeço à **Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES)** pelo financiamento dos primeiros três meses desta pesquisa. Esse financiamento foi de suma importância para a concretização deste trabalho.

Agradeço ao geógrafo **Edvaldo Cardoso de Oliveira Júnior** pelas sugestões e apontamentos. Agradeço ao historiador **João Paulo Ferreira Silva** pelas conversas e conselhos. Agradeço ao escritor **Cleiton da Silva Duarte Lira** pelas traduções e apontamentos. Agradeço à professora M.^a **Keila de Sousa Freire** pela revisão deste trabalho.

Seria injusto não registrar também meus agradecimentos a **José Augusto de Oliveira** e a **Eric Ben-Hur de Oliveira**, visto que, a despeito de nossas divergências de opinião, abriram as portas do valioso arquivo da ONG SACI. As críticas presentes nesta dissertação se situam somente no campo das ideias.

Pode-se ser solitário no meio da família ou da multidão.

(Georges Minois)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o percurso formativo de Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971) - padre, escritor, jornalista e professor paraibano. Nas décadas de 50 e 60 do século XX, o referido sacerdote se projetou no cenário intelectual paraibano a partir dos textos memorialísticos publicados no jornal *A Imprensa* e da publicação dos livros *Quadros de minha infância* (1958) e *A Tragédia do Major* (1962). Além disso, o padre Luís chegou a ocupar o cargo de diretor-geral do jornal *A Imprensa*, órgão que era ligado à diocese paraibana. Em linhas gerais, a produção literária do autor girou em torno de suas experiências no engenho Lameiro, em Serra da Raiz-PB, de suas primeiras experiências escolares e de sua formação religiosa no Seminário Diocesano da Paraíba. Seus escritos, nesse sentido, lançam luz sobre aspectos importantes do cotidiano das escolas públicas paraibanas no início do século passado, além de oferecer indícios do impacto do modelo formativo do seminário na vida dos aspirantes ao sacerdócio. Diante disso, formula-se a seguinte problemática: de que maneira a cultura dos moradores do engenho, a *cultura escolar* e a *cultura disciplinar* do seminário influíram na formação da subjetividade do padre Luís? Para responder a essa pergunta e, por conseguinte, alcançar o objetivo desta dissertação, utilizam-se como principal fonte de pesquisa as narrativas memorialísticas escritas pelo padre Luís entre os anos de 1948 e 1962. No campo teórico-metodológico, estabelece-se diálogo com Agostín Escolano Benito (2017), Erving Goffman (1974), Maurice Halbwachs (1990) e Michel Foucault (2017).

Palavras-chave: Luís Gonzaga de Oliveira. Seminário Diocesano da Paraíba. Serra da Raiz. Engenho. Cultura Escolar.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the formative journey of Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971) – priest, writer, journalist and Paraíba professor. In the decades of 50 and 60 of the XX century, the referred priest is projected on the Paraíba intellectual scenario as of the memorialistic texts published in the journal *The Press* and of the publication of books *Frames from my childhood* (1958) and *The Tragedy of Major* (1962). In addition, priest Luís occupied the general direction of Journal *The Press*, body that went connected to the Paraíba diocese. In general terms, the literary production of the author turned around of your experiences on the cane factory “Lameiro”, in Serra da Raiz-PB, of your scholar experience first and from your religious formation on the Paraíba Diocesan Seminary, in João Pessoa-PB. Your writings, in this regard, throw light about important aspects of daily life of Paraíba public schools on the beginning of the past century, in addition to offer us clues of formative model from seminary in the life of the aspirant to priesthood. Faced with, we formulate the following problematic: of that mode the culture of ingenuity residents, the *scholar cultura* and the *disciplinary cultura* of seminary influenced in the formation of subjectivity of priest Luís? To answer this question and, therefore, achieve the objective of this dissertation, we used as the principal source of search the memorialistic narratives written by priest Luís between 1948 and 1962. In the field of theoretical-methodological, we established debate with Agostín Escolano Benito (2017), Erving Goffman (1974), Maurice Halbwachs (1990) and Michel Foucault (2017).

Keywords: Luís Gonzaga de Oliveira. Paraíba Diocesan Seminary. Serra da Raiz. Cane factory. School Culture.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I: Luís Gonzaga de Oliveira.....	12
Imagem II: Capa da segunda edição do livro A Tragédia do Major (2015)	15
Imagem III: Capa do Livro Figuras e Paisagens (2017)	15
Imagem IV: Sumário da segunda edição do livro A Tragédia do Major (2015)	19
Imagem V: Mapa da Paraíba	31
Imagem VI: A família Oliveira	33
Imagem VII: A casa-grande do engenho Bom-Fim	43
Imagem VIII: Fachada da Igreja São Francisco	68
Imagem IX: Planta baixa do convento do Santo Antônio	81
Imagem X: O claustro do convento Santo Antônio em Joao Pessoa-PB	82
Imagem XI: Lembrança da ordenação sacerdotal do padre Luís G. de Oliveira	97
Imagem XII: Convite para homenagem a José Lins do Rego	108
Imagem XIII: A posse do padre Luís na Academia Paraibana de Letras (APL)	112
Imagem XIV: Capa do livro Quadros de minha infância (1958)	118
Imagem XV: Capa da primeira edição do livro A tragédia do Major (1962)	118
Imagem XVI: Transferência dos restos mortais do padre Luís G. de Oliveira.....	130

LISTA DE SIGLAS

APL – Academia Paraibana de Letras

HDB-BN – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OCR – Optical Character Recognition

SACI – Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UDN – União Democrática Nacional

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – UM TRAJETO NÔMADE	13
CAPÍTULO 1 – O ALVORECER DE UMA ALMA SAUDOSISTA	30
1.1 – Prelúdio.....	30
1.2 - Germinando no Lameiro	32
1.3 – Do Lameiro ao engenho Bom-Fim	43
1.4 – Lembranças de uma cultura escolar	48
CAPÍTULO 2 – A SOLIDÃO DOS CLAUSTROS: OS ANOS DE FORMAÇÃO NO SEMINÁRIO DIOCESANO DA PARAÍBA	62
2.1 – A cidade encantada.....	62
2.2 – A “cidade” sitiada	66
2.3 – A “cidade” controlada	76
2.4 – A “cidade” dos solitários	91
CAPÍTULO 3 - EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO	96
3.1 – Em nome do pai.....	96
3.2 – A fabricação de si	104
3.3 – A projeção do padre Luís no cenário intelectual paraibano	110
3.4 – A reconstrução do Lameiro	119
3.5 – O tempo implacável	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS – “CHEGA DE SAUDADE”	131
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE	144

Imagem I – Luís Gonzaga de Oliveira



Fonte: Arquivo da ONG SACL.

INTRODUÇÃO:

Um trajeto nômade

“[...] adivinhais vós para qual solidão vamos subir?”

(Carl Gustav Jung)

Em meados de 2019, forças políticas inescrupulosas me levaram a abandonar Serra da Raiz – cidade onde passei a maior parte da minha vida. No mesmo ano, deixei a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), instituição onde orgulhosamente me fiz professor de História, e atravessei os umbrais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com a finalidade de continuar meus estudos no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). No ínterim desse percurso, tive a honra e o prazer de conhecer pessoas, lugares e culturas, mas também, sempre que necessário, precisei enfrentar a aflição de deixar tudo isso para trás. O sentimento de saudade me perseguiu durante esses anos de peregrinação política e intelectual. É provável que, de algum modo, essa saudade tenha me levado a escrever sobre a vida e os escritos do padre Luís Gonzaga de Oliveira (1915-1971), já que os textos do referido sacerdote têm o saudosismo como uma de suas principais características.

O padre Luís nasceu em 19 de maio de 1915 e viveu seus primeiros anos de vida no engenho Lameiro, localizado na zona rural de Serra da Raiz-PB.¹ Durante esses primeiros anos, o filho do senhor de engenho respirou, de certo modo, a mesma atmosfera cultural dos moradores locais. Essa proximidade com a cultura e os modos de vida locais começou a se dissolver a partir do momento em que o jovem Luís passou a frequentar a escola. Aos poucos, o conhecimento formal e a disciplina escolar foram ocupando o espaço que até então era preenchido pelas crenças populares e fábulas que circulavam pelo engenho. Aos doze anos de idade, impulsionado pelo desejo do seu pai, o jovem Luís ingressou no Seminário Diocesano da Paraíba. O contato com o modelo disciplinar do seminário e a subjetivação dos discursos que normatizavam a vida de um aspirante ao sacerdócio fizeram com que Luís G. de Oliveira se afastasse ainda mais do universo cultural do engenho. São essas mudanças subjetivas provocadas pelo contato com diversos dispositivos disciplinares que constituem, em grande medida, o núcleo daquilo que se chama *trajetória nômade*.

¹ O município de Serra da Raiz-PB fica localizado no agreste paraibano. A sua localização corresponde a uma parte do território da antiga *Serra da Copaoba*, um dos principais redutos dos povos potiguaras durante a invasão dos portugueses no Século XVI (OLIVEIRA JÚNIOR, 2018).

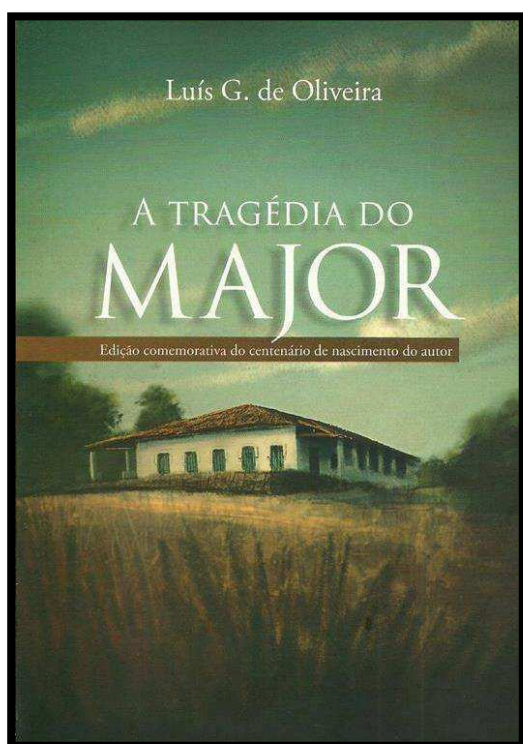
A cerimônia de ordenação sacerdotal de Luís G. de Oliveira foi realizada em meados de novembro de 1938. A partir desse momento, o padre Luís deu início a sua trajetória profissional, dedicando-se às funções de natureza eclesiástica e ao ensino de Latim em instituições educacionais paraibanas. No final da década de 40, o sacerdote passou a contribuir com o Jornal *A Imprensa*, publicando periodicamente memórias, crônicas e matérias jornalísticas.² Num curto espaço de tempo, o padre Luís deixou de ser somente um colunista e ascendeu ao posto de diretor-geral do periódico católico. Sua atuação à frente do jornal *A Imprensa* foi marcada pela ênfase no combate ao comunismo e no apoio explícito às pautas políticas da classe latifundiária. Em 1958, já gozando de certa projeção no cenário intelectual paraibano – sendo, inclusive, membro da Academia Paraibana de Letras (APL) –, o padre Luís publicou o livro *Quadros de minha infância*. Quatro anos depois, em 1962, o sacerdote publicou a obra *A tragédia do major*. Embora não tenham obtido sucesso editorial, os referidos livros foram bem recebidos pela crítica literária paraibana.

Após a morte do sacerdote, em 1971, esses livros passaram a habitar as zonas acinzentadas das bibliotecas de alguns membros do clero paraibano, intelectuais, amigos e familiares do autor. À medida que a geração contemporânea ao padre Luís G. de Oliveira foi desaparecendo, seus escritos caíram numa espécie de limbo intelectual. O silêncio em torno desses textos persistiu até o início do nosso século. Em 2007, os familiares do padre Luís, liderados pelo historiador José Augusto de Oliveira, fundaram a Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu (ONG SACI). Desde então, essa instituição tem atuado na preservação e na divulgação da obra do sacerdote paraibano. Em 2015, por exemplo, a ONG SACI conseguiu, por meio de doações, lançar uma segunda edição do livro *A Tragédia do Major*. Na cerimônia de lançamento, em Serra da Raiz-PB, estiveram presentes moradores locais, membros da Academia Paraibana de Letras (APL), amigos e familiares do padre Luís. O lançamento do livro contou com a divulgação em jornais impressos, mídia digital e até mesmo em folhetos de literatura de cordel.³ No ano de 2017, a ONG SACI também conseguiu publicar o livro *Figuras e Paisagens* – conjunto de narrativas memorialísticas e crônicas escritas pelo padre Luís.

² Fundado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio Miranda Henriques, o jornal *A imprensa* ocupou - durante os últimos anos do século XIX e boa parte do século XX - um lugar de destaque entre os periódicos paraibanos (ARAÚJO, 1986).

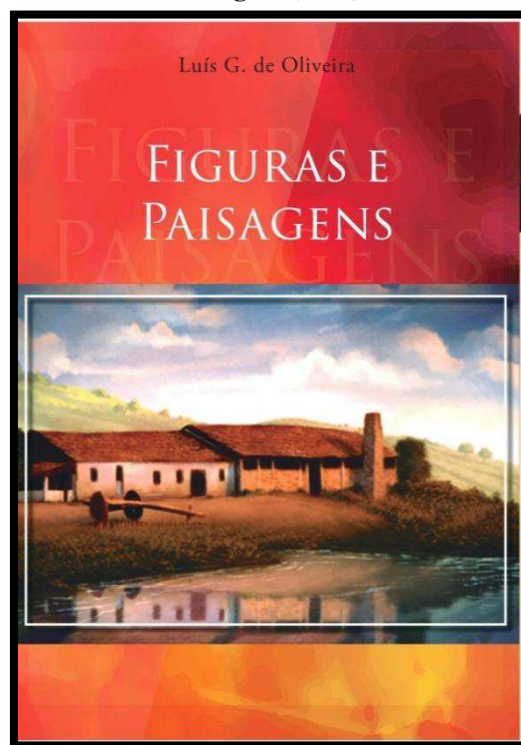
³ Ver: OLIVEIRA NETO, Belarmino Augusto. **A decadência de um major da guarda nacional**. Guarabira: Thipografia Souza's Graf, 2016. (Cordel). A União, 23 ago. 2015. A União, 10 de maio de 2015.

Imagem II - Capa da segunda edição do livro A Tragédia do Major (2015).



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem III - Capa do livro Figuras e Paisagens (2017).



Fonte: Arquivo pessoal.

Todo esse trabalho de reavivamento da memória e da obra do padre Luís G. de Oliveira foi guiado pelo desejo de consolidar, no tempo presente, uma determinada imagem do sacerdote. Não se pode esquecer que a ONG SACI é, antes de tudo, uma empreitada familiar. Os laços sanguíneos que unem os idealizadores da instituição ao padre Luís fizeram com que o trabalho de releitura dos escritos do sacerdote paraibano se transformasse num verdadeiro exercício apologético, sem espaço para a crítica e para o contraditório. Os membros da ONG SACI buscaram, incansavelmente, fabricar a imagem de um homem próspero, talentoso e bondoso. Forjou-se, dessa forma, uma imagem inerte, sem vida, análoga às fotografias que enfeitam as catacumbas. De modo paradoxal, ao tentar resgatar, enterraram-na e ao tentar capturar a essência da vida do sacerdote, sepultaram-na. Para piorar, são esses mesmos coveiros que defendem a ideia de que a memória e a obra de Luís G. de Oliveira não são devidamente valorizadas.

Nos últimos anos, a ONG SACI conseguiu capilarizar essa imagem idealizada do padre Luís. Essa capacidade de divulgação foi potencializada, em grande medida, pela união entre alguns membros da instituição e a oligarquia política de Serra da Raiz-PB. Essa união aconteceu oficialmente em 2018 - ano em que o filho do idealizador da ONG SACI passou a

ocupar o cargo de secretário da cultura do município de Serra da Raiz.⁴ Através disso, a máquina estatal passou a corroborar o processo de fabricação de toda a mitologia que cerca a figura do padre Luís.

Atualmente, essa “sopa de mitos” se expande cada vez mais por meio das escolas do município e das comemorações cíclicas que tendem para o “[...] heroico, para o épico [...], tendem a materializar-se através de modelos narrativos adequados à afirmação do caráter solene e sagrado daquilo que é trazido à memória, que é recordado, que é lembrado.” (ALBUQUERQUE JR., 2019, p.184). De certo modo, todo esse esforço para construir uma determinada memória do padre Luís converge no sentido de inventar uma tradição local marcada pela exaltação genealógica da família Oliveira.

Essa insistência em lançar um olhar daltônico sobre a vida e os escritos do padre Luís acabou secundarizando aspectos importantes da produção intelectual e da vida do sacerdote. O medo infantil de macular a imagem do padre Luís contribuiu para que os textos do sacerdote ficassem, durante todos esses anos, distantes do olhar crítico dos historiadores. Tal fato é lamentável, visto que os textos de Luís G. de Oliveira lançam um importante foco de luz sobre o cotidiano das escolas públicas paraibanas no início do século passado, o processo de formação de padres no Seminário Diocesano da Paraíba e sobre as relações de poder que moviam os editoriais do *A Imprensa* durante as décadas de 50 e 60. Infelizmente, até o presente momento, a historiografia paraibana não explorou o potencial do rico acervo memorialístico deixado pelo padre Luís.

Aliás, em 2014, um dos membros da ONG SACI, Raniery Augusto Cavalcanti de Oliveira, produziu um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que discutiu alguns aspectos da obra do sacerdote. Porém, embora a natureza inaugural do trabalho deva ser reconhecida, é preciso dizer que a análise do autor caiu na mesma retórica apologética citada anteriormente.⁵ Nesse sentido, esta dissertação tenta preencher, ainda que de forma singela, essa lacuna na historiografia paraibana. Inserida na linha três do PPGH-UFCG, esta pesquisa tem como objetivo principal analisar o percurso formativo do padre Luís G. de Oliveira. A problemática que move este texto é a seguinte: de que maneira a *cultura do engenho*, a *cultura escolar* e a *cultura disciplinar* do seminário influíram na formação de sua subjetividade? Assim, pode-se dizer que a investigação buscou entender a constituição de um sujeito.

⁴ BRASIL. Secretária da Cultura. Portaria nº 102/2018, de 02 de maio de 2018. **Diário oficial da prefeitura municipal de Serra da Raiz**, Poder Executivo, Serra da Raiz, 02 de maio de 2018.

⁵ Ver: OLIVEIRA, Raniery Augusto Cavalcanti. **Quadros de minha infância**: as memórias do padre Luís Gonzaga de Oliveira, um legítimo “menino de engenho”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2014.

Em grande medida, a construção do objetivo e da problemática deste trabalho foi influenciada pelo conceito de *subjetividade* em Michel Foucault, pois, para o renomado filósofo francês, o sujeito não é algo dado, pré-estabelecido e pré-concebido, mas um produto histórico dos discursos, saberes e instituições que atuam sobre a sua subjetividade.⁶

Ao tomar como pressuposto a mutabilidade do sujeito ao longo do seu percurso formativo, tenta-se quebrar a moldura na qual os biógrafos do padre Luís tentaram trancafiar a trajetória do sacerdote.⁷ Na estéril tentativa de silenciar os pontos contraditórios da vida do padre Luís, esses biógrafos fabricaram um indivíduo desvirtuado de sua humanidade, isto é, um sujeito de uma face única. De acordo com Pierre Bourdieu (1998), essa pretensão de capturar a vida de um indivíduo por meio da escrita só pode produzir aquilo que ele chamou de *ilusão biográfica*. Em grande medida, é o biógrafo quem fabrica a trajetória do biografado, visto que é ele quem seleciona os fatos, urde o enredo, estabelece relações de causalidade e, por fim, atribui sentido à vida do ser estudado. Nesse sentido, não se tem a pretensão de escrever a “verdadeira história do padre Luís”, nem tampouco criar uma antítese daquilo que já foi escrito sobre o sacerdote, mas pretende-se enfrentar o *desafio biográfico* com a consciência de que só se pode oferecer ao leitor uma história possível.⁸

O que diferencia esta pesquisa dos textos dos biógrafos do padre Luís G. de Oliveira é a consciência de que uma trajetória humana é formada por discontinuidades, contradições, mutações e inconstâncias. O sujeito não é uma unidade indivisível. Não se acredita, portanto, no sujeito unívoco que age sempre movido pelos mesmos ideais. O sujeito é polissêmico, isto é, suas atitudes, pensamentos e sentimentos variam de acordo com o lugar social, o espaço e o tempo. O padre Luís que criou uma cooperativa agrícola para beneficiar os agricultores locais foi o mesmo que, por meio do jornal *A Imprensa*, criminalizou os movimentos sociais dos agricultores paraibanos. O padre Luís que defendia a liberdade de expressão foi o mesmo que apoiou o golpe civil-militar de 1964. O padre Luís que se dizia avesso ao pensamento retrógrado foi o mesmo que tentou obliterar a legitimidade da candidatura de Elisabeth Teixeira. O padre Luís que dedicou parte de sua vida ao registro dos “costumes dos trabalhadores pobres” foi o mesmo que, por vezes, defendeu os interesses dos latifundiários. Essas contradições mostram o quanto é inócua essa vontade de querer alcançar a “verdadeira

⁶ REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Clara Luz, 2005. CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

⁷ Ver: OLIVEIRA, José Augusto. Apresentação. In: OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Figuras e paisagens**. João Pessoa: A União, 2017.

⁸ Ver: BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. DOSSE, François. **O desafio biográfico: Escrever uma vida**. São Paulo: EDUSP, 2015.

face” do sacerdote. Ao invés de se apoiar nessa vontade estéril, o presente trabalho alicerça suas bases num objetivo bem mais sólido: juntar os vestígios, interrogar as fontes, analisar os indícios por meio de um método e, enfim, produzir uma narrativa histórica sobre as condições e contradições que possibilitaram a formação de uma determinada subjetividade.

Fontes e método

Para desenvolver este trabalho, utiliza-se como fonte principal de pesquisa as narrativas memorialísticas escritas pelo padre Luís G. de Oliveira entre os anos de 1948 e 1962. Inicialmente, esses textos foram publicados no jornal *A Imprensa*. Mais tarde, o padre Luís decidiu reunir, organizar e publicá-los nos livros *Quadros de minha infância* (1958), *A tragédia do Major* (1962) e *Memórias do Internato*. Os dois primeiros foram publicados, porém a publicação do terceiro foi interrompida pela morte precoce do autor. Nos parágrafos seguintes, explicar-se-á de forma mais detalhada o uso que foi feito dessas fontes textuais. Além dos livros supracitados, também faz-se o uso de diferentes documentos que integram o acervo pessoal do sacerdote disponibilizado pela ONG SACI: correspondências, fotografias e documentos pessoais. Por fim, são analisados diversos recortes jornalísticos do final do século XIX e início do XX com a finalidade de entender o contexto cultural e social de Serra da Raiz-PB, cidade que, como já dito, abrigou o padre Luís durante a sua infância.

Para mergulhar no cotidiano de Luís Gonzaga de Oliveira durante o período em que ele viveu no engenho do seu pai, faz-se uso integral do livro *Quadros de minha infância* (1958). Em síntese, o livro é um conjunto de memórias relacionadas à infância do autor no engenho Lameiro (local onde ele morou até os oito anos de idade). A partir do cruzamento dessas memórias com outros tipos de fontes, foi possível entender a influência que a cultura local exerceu na vida do jovem Luís.

Em 1923, Bellarmino Augusto de Oliveira, pai do autor, comprou uma propriedade localizada no perímetro urbano de Serra da Raiz e se mudou junto a sua família para a nova casa, deixando, assim, o Lameiro. Foi mais ou menos nesse período que Luís G. de Oliveira passou a estudar na escola pública. Em grande medida, a análise dessa fase da sua vida foi feita a partir do livro *A tragédia do Major* (1962)⁹: romance histórico que mescla elementos

⁹ Diferente de *Quadros de minha Infância*, esse segundo livro, despreendendo-se um pouco do gênero memória, investe na criação de um enredo que explora, de forma mais efetiva, os estados emocionais e psicológicos dos personagens. Ver: LIRA, Cleiton da S. D.; COSTA, M. S da. A estética da representação: o universo romântico orquestrado na obra *A Tragédia do Major* do padre Luís Gonzaga de Oliveira. In: **VII Semana de**

ficcionalis e lembranças do autor. Desse livro, utiliza-se os textos que, direta ou indiretamente, relacionam-se às primeiras experiências escolares do autor (Imagem IV).

Imagem IV - Sumário da segunda edição do livro a *Tragédia do Major* (2015) com destaque nos textos que nos ajudaram a pensar as experiências escolares do padre Luís.

ÍNDICE			
A ONG SACI e o Centenário de Nascimento do Pe. Luís G. de Oliveira	05	Novidades	105
Apresentação	13	Transformações	108
Prefácio da 2ª Edição	23	Nova deliberação	111
Prefácio da 1ª edição	33	Benção do engenho	114
I Parte - O Major João Marques	37	O bom-fim renovado	117
Última provação	39	Marcha-ré	120
Desilusão do Major	42	Segunda escola	123
Sob a sorte adversa	45	Outro método pedagógico	126
Horas de angústia	48	O argumento	129
Sonho e realidade	51	Primeiras águas	132
Ave de arribação	54	Uma figura de mestra	135
Visita de credor	56	São João no Bom-fim	138
Em busca de outra paragem	61	Depois do São João	141
Na encruzilhada do destino	65	O Pastoril	144
O fim	68	Nova mestra	147
Remando contra a maré	71	Na pista de Sófocles	149
Uma escola fagueira	75	III Parte - Dona Maroca	151
Mudança da sorte	78	A saída	153
Do lameiro ao Bom-fim	81	Em terra estranha	158
II Parte - O Velho Basílio	85	Novo Solar	163
Primeiros dias	87	Recomeçando a viver	167
Despedidas	90	Tomando pé sobre as ondas	172
Vamos sair	93	Pela vereda escabrosa	178
A sombra do major	96	Tabaréu filósofo	181
Nossa mudança	99	Contrastes desoladores	185
Primeiras impressões	102	“Vou contar a minha história...”	189
		Sobre o autor	197

Fonte: arquivo pessoal.

A análise das memórias do padre Luís possibilitou a aproximação dos sentidos e dos significados que o autor atribuiu ao seu passado. Embora essa aproximação tenha sido de grande importância para a pesquisa, ela também afastou o contexto social e cultural no qual o padre Luís estava inserido, pois o caráter pessoal dos textos memorialísticos fez com que o relato privilegiasse os sentimentos, ações e pensamentos do autor em detrimento dos aspectos contextuais do tempo que está sendo relembrado. Para driblar esse obstáculo, utiliza-se dados estatísticos governamentais e jornais do final do século XIX e início do XX. Os principais periódicos utilizados foram: *Diário de Pernambuco*, *O Norte*, *O Jornal*, *A União* e *A Imprensa*. Com exceção do jornal *A Imprensa*, todos os jornais citados foram acessados por

meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDB-BN). Essa preponderância dos meios digitais não foi apenas uma questão de facilidade, mas também de necessidade, visto que o agravamento da pandemia da Covid-19 tornou quase inviável a visita aos arquivos não digitais.

A HDB-BN conta com uma ferramenta de Reconhecimento Ótico de Caracteres (Optical Character Recognition - OCR). Além disso, a plataforma permite ao historiador filtrar os resultados da busca por meio de três variantes: periódico, período e local. A união de tudo isso torna a HDB-BN uma ferramenta de valor inestimável para os historiadores. Foi a partir do Reconhecimento Ótico de Caracteres, por exemplo, que se conseguiu localizar diversas notícias sobre Serra da Raiz. No entanto, como alertou Brasil; Nascimento (2020), o uso dessas ferramentas digitais pelo historiador deve ser sempre acompanhado da reflexão crítica sobre as especificidades da pesquisa em arquivos digitais. Um dos principais riscos desse tipo de pesquisa seria o deslumbramento do pesquisador diante do fácil rastreamento de palavras-chaves e, por consequência, a falta de atenção aos diversos elementos contextuais que circunscrevem essas palavras. De acordo com os autores, a própria HDB-BN oferece uma opção para contornar esse problema, pois, além de localizar as palavras, a plataforma possibilita o acesso à edição completa do jornal e às edições anteriores e subsequentes. Essas discussões ajudaram a mergulhar de forma segura no imenso oceano de informações que é a HDB-BN.

De um modo geral, todas as fontes citadas anteriormente foram utilizadas com a finalidade de entender a influência que o engenho e as primeiras escolas tiveram sobre a formação da subjetividade de Luís G. de Oliveira. Entretanto, como já foi dito, além do Lameiro e das primeiras escolas, também é eleito o Seminário Diocesano da Paraíba como sendo um espaço central na vida do padre Luís. Para entender de que forma o seminário influenciou na formação de sua subjetividade, utiliza-se as suas *Memórias do Internato* – conjunto de textos que tratam da formação religiosa do autor (1928-1938). Atualmente, esses textos podem ser consultados no arquivo da Arquidiocese da Paraíba, em João Pessoa-PB, e também no arquivo da ONG SACI em Serra da Raiz-PB.

Encerrando essa breve discussão sobre as fontes utilizadas, é necessário mencionar ainda os textos de opinião publicados pelo padre Luís no jornal *A Imprensa*. Por meio desses textos, consegue-se entender o posicionamento do autor diante das questões políticas e sociais que fizeram parte da conjuntura histórica na qual ele estava inserido.

As fontes citadas nos parágrafos anteriores foram analisadas a partir do método de análise do discurso foucaultiano. Esse método se baseia, dentre outras coisas, na ideia de que

os discursos atuam diretamente sobre aquilo que se chama de realidade. Dito de outra forma, o discurso não é um modo de representar as coisas, tampouco uma superfície transparente que possibilita alcançar a realidade, mas uma ferramenta a partir da qual se fabrica o real. Esse poder demiurgo do discurso faz com que ele seja objeto de lutas sociais: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 10). O discurso é, portanto, objeto de desejo.

Em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970, Michel Foucault indicou alguns caminhos para aqueles que intencionam realizar uma análise dos discursos. Segundo o filósofo francês, é necessário, antes de tudo, questionar “[...] a nossa vontade de verdade; reinstaurar o discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante.” (FOUCAULT, 2014, p. 48). O primeiro procedimento leva ao abandono das noções de verdadeiro e falso, já que, de acordo com Michel Foucault, a atenção deve se voltar à vontade de verdade que perpassa os diversos enunciados. Na prática, isso significa questionar as intenções, os interesses e as relações de poder que estão presentes na produção de um determinado discurso. O segundo procedimento está relacionado à consciência de que a emergência de um discurso, ainda que seja um comentário sobre algum texto clássico ou a reverberação de alguma ideia já proferida, é sempre um acontecimento e deve ser analisado a partir de sua singularidade. O terceiro procedimento, por sua vez, está relacionado à ideia de que, ao invés de ver no discurso uma espécie de mediador entre o mundo e os homens, deve-se voltar à materialidade do discurso.

Conceitos

Expostos o método e as fontes, passe-se agora aos conceitos que ajudaram a pensar acerca do objeto de pesquisa desta dissertação. Seguindo a linha de pensamento sugerida por Antoine Prost (2020), os conceitos são encarados como ferramentas por meio das quais se organiza, racionaliza e pensa a realidade estudada. Evidentemente, a vida em toda sua complexidade não se deixa aprisionar pelas palavras, bem como os conceitos não encerram em si uma determinada realidade histórica. Nesse sentido, os conceitos são apenas abstrações que servem para tornar a realidade apreensível. Além disso, os conceitos possibilitam comparar modelos e estabelecer relações de similaridade e dissimilaridade entre diferentes realidades históricas (PROST, 2020). A exposição dos conceitos é de suma importância, visto que possibilita ao leitor entender os pressupostos epistemológicos que guiaram esta pesquisa.

Nos próximos parágrafos, serão explicados os principais conceitos utilizados neste trabalho e o modo como esses conceitos foram operacionalizados.

Para iniciar, traz-se o conceito de *Cultura Escolar*. Para pensar esse conceito, utiliza-se o livro *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. O referido livro foi escrito por Agustín Escolano Benito e publicado, no Brasil, em 2017. Para o autor, a cultura escolar é, em grande medida, constituída por um conjunto de práticas e códigos culturais resultantes das relações empíricas entre os sujeitos e os artefatos que fazem parte do cotidiano escolar. Nesse sentido, a cultura produzida pela escola deixa de ser vista como um espelho da sociedade onde está inserida ao mesmo tempo em que deixa de ser pensada como um reflexo das normas e leis educacionais que visam normatizar o dia a dia da escola. Isso não quer dizer que as leis, o currículo e o meio social não atuem sobre a cultura escolar, mas que os sujeitos que atuam no interior de uma determinada escola ressignificam aquilo que lhes é imposto, criando novos sentidos e significados. Entender esses significados é como abrir a *caixa-preta* da escola – metáfora bastante utilizada pelos estudiosos que trabalham com o conceito de cultura escolar.¹⁰

Além de enfatizar a importância da experiência na formação da cultura escolar, Benito (2017) também trouxe para o debate um elemento que, sem dúvidas, ocupou um papel central no desenvolvimento da nossa pesquisa: a memória. Para o autor, é possível analisar uma determinada cultura escolar a partir das lembranças dos indivíduos que passaram pelo processo de escolarização, pois a vivência escolar, na perceptiva do autor, deixa marcas na subjetividade desses indivíduos. As experiências escolares, desse modo, tornam-se marcos identitários a partir dos quais os indivíduos articulam os múltiplos elementos de suas trajetórias pessoais. Ainda de acordo com Benito, um dos elementos centrais das lembranças escolares é o espaço: “[...]. O papel que os espaços escolares exerceram na formação dos primeiros padrões do esquema corporal das pessoas e nas primeiras experiências de sociabilidade é essencial na construção da memória biográfica.” (BENITO, 2017, p. 186). A memória, nesse sentido, pode oferecer elementos para análise da relação do sujeito com o ambiente escolar, tanto no que se refere aos aspectos materiais (a arquitetura da escola e a disposição dos elementos no espaço escolar) como aos aspectos relacionados ao convívio entre os discentes.

¹⁰Ver: JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº1, p. 9-44, 2001. VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem fronteiras**, nº1, p. 25-41, 2009.

Baseada nessas discussões, a análise feita das memórias escolares do padre Luís buscou encontrar os significados que o memorialista atribuiu ao espaço escolar, às relações entre os alunos e aos diferentes instrumentos pedagógicos com os quais teve contato. O mapeamento desses significados ajudou a entender de que maneira a cultura escolar influenciou na formação da subjetividade do sacerdote ao mesmo tempo em que ajudou a entender o impacto que o processo de escolarização teve na vida de um jovem que até então estava imerso na cultura local dos moradores de um engenho. Além disso, também foi possível analisar as diferenças entre a primeira escola que o sacerdote frequentou (escola particular que era ambientada na própria residência da professora) e a escola pública de Serra da Raiz-PB.

Outro conceito que ajudou a analisar o percurso formativo do padre Luís foi o de *Instituição total* desenvolvido por Erving Goffman (1974). Em seu livro *Manicômio, prisões e conventos*, o sociólogo canadense definiu o conceito de instituição total da seguinte forma: “[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada.” (GOFFMAN, 1974, p. 11). Essa definição é bastante ampla e engloba instituições com características distintas: hospitais, manicômios, escolas internas, conventos, quartéis, entre tantas outras. Dessa forma, o autor oferece uma visão ampla sobre as instituições totais, apontando as suas características principais. Para Goffman, um dos traços fundamentais dessas instituições é o acoplamento de uma série de atividades (dormir, brincar, trabalhar) num mesmo lugar, ainda que em espaços internos diferentes, e sob a supervisão de uma mesma autoridade. Isso faz com que a administração da instituição consiga manter um alto grau de controle e vigilância sobre as ações cotidianas dos internos. Outra característica que é conveniente citar é o controle sobre a comunicação dos internos, tanto no que se refere à comunicação entre os próprios internos quanto à comunicação entre os internos e o mundo externo.

Esse conceito de *instituição total* ajudou a pensar o período em que o padre Luís G. de Oliveira estudou no Seminário Diocesano da Paraíba (Seminário Nossa Senhora da Conceição) – instituição fundada, em 1984, durante o episcopado de Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo paraibano. O seminário funcionava no prédio do convento Santo Antônio, localizado na capital da Paraíba. No curso dos dez anos de formação religiosa, o jovem Luís precisou se adaptar ao modo de vida recluso do seminário. Todas as atividades cotidianas (estudos, brincadeiras, orações, alimentação) eram realizadas dentro da instituição e supervisionadas pela administração do seminário. O contato com o mundo externo era ínfimo, restringindo-se quase que inteiramente as visitas aos familiares durante os meses de

férias. Nesse sentido, pode-se dizer que, entre outras coisas, a entrada no seminário provocava uma sensação de desenraizamento nos internos. Assim, busca-se, a partir das memórias analisadas, entender o impacto que o confinamento e a estrutura de vigilância do seminário tiveram na vida do padre Luís.

O conceito de *disciplina* desenvolvido por Michel Foucault auxiliou na análise do período em que o padre Luís esteve confinado no seminário. Para o filósofo francês, o conceito de disciplina abrange um conjunto de “[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 135). Métodos esses que, a partir dos séculos XVII e XVIII, fizeram-se cada vez mais presentes em fábricas, escolas, quartéis, entre outras instituições. De acordo com Foucault, a disciplina impõe uma coerção permanente sobre os corpos com a finalidade de produzir corpos obedientes e eficientes. Esse resultado é obtido a partir de uma série de procedimentos que envolvem a racionalização do espaço, o controle minucioso sobre o tempo e a vigilância ininterrupta sobre os indivíduos. Tendo como parâmetro essas características gerais, busca-se analisar, a partir das *Memórias do internato*, o modelo disciplinar adotado pelo Seminário Diocesano da Paraíba e a influência desse modelo na formação da subjetividade do padre Luís.

Memória e Ficção

O uso de memórias como fontes históricas suscita uma discussão específica sobre os pressupostos teóricos que nortearam o nosso empreendimento. Essa discussão se faz ainda mais necessária se for levado em consideração que o aspecto memorialístico dos escritos do padre Luís G. de Oliveira não é um terreno virgem por onde ninguém passou: quer dizer, outros estudiosos se debruçaram sobre a temática. Portanto, não seria apropriado terminar essa introdução sem evidenciar os pontos que nos afastam ou aproximam os estudos anteriores. Em síntese, todas as análises mapeadas até aqui basearam-se na ideia de que as narrativas memorialísticas do padre Luís são relatos genuínos e sinceros de um determinado período histórico. Referindo-se aos méritos do livro *Quadros de Minha Infância*, Manoel Octaviano¹¹ escreveu as seguintes palavras: “E é já muito debuxa-las em tela viva e indestrutível, na fiel reprodução de tudo aquilo que o passado já esmaeceu, senão de tudo,

¹¹ Manoel Otaviano (1880-1960) foi padre, escritor, professor e político paraibano. Ele entrou para APL em 1945, ocupando a cadeira nº 29. É provável que o padre Luís o tenha conhecido durante os anos em que estudou no seminário diocesano.

apagou.”.¹² Na mesma linha do padre Manoel Octaviano, José Américo de Almeida, autor do clássico *A Bagaceira* (1928), teceu o seguinte comentário sobre o primeiro livro do padre Luís:

O que importa, essencialmente, na produção literária, é sua sinceridade. É essa a virtude, por excelência, de toda atividade humana, a começar pela do espírito, que deve pairar numa esfera mais elevada e mais pura. E é nas memórias que se faz sentir essa exigência com todo o seu vigor, por só valerem pela autenticidade. (ALMEIDA, 1958, p. 3).

Não foi por acaso que José Américo de Almeida elegeu a sinceridade como virtude essencial para aqueles que se dedicam à escrita literária. Na verdade, tal colocação serviu de base para a sua argumentação principal: a falta de originalidade do livro *Quadros de Minha Infância* não era consequência da limitação do seu autor, mas da sinceridade do testemunho que nele estava contido. Preso ao que realmente havia acontecido, o autor não pôde acrescentar informações. Para sustentar essa tese, José Américo teve de fazer um verdadeiro malabarismo argumentativo. Como explicar o moralismo exacerbado do passado fabricado pelo padre Luís? A resposta óbvia seria a seguinte: a moralidade cristã do autor, bem como as suas ideias políticas, influíram na forma como ele narrou o seu passado. Essa resposta, no entanto, não era conveniente. Para se livrar desse dilema, José Américo fez uma inversão: não foram as memórias que moldaram o passado vivido, mas o passado vivido que havia moldado as memórias. Desse modo, a ficção foi exorcizada dos escritos do padre Luís G. de Oliveira, emergindo a imagem de um escritor lúcido, sincero e despretensioso.

Essa ideia de “escritor imparcial” atravessou décadas e, no ano de 2017, voltou a se fazer presente. Na apresentação do livro *Figuras e Paisagens*, o historiador José Augusto de Oliveira tentou reforçar a ideia de que o padre Luís havia sido um escritor isento e comedido:

Nós, que conhecemos a história, sabemos que o velho Basílio da Serra não vinha daquela luxuosa tradição dos senhores de engenho da Várzea. [...] O Lameiro, na verdade, era propriedade da Diocese, fora D. Aduato, que lhe arrendara o engenho. Sua mãe, a bela mulata 20 Rufina, uma serva ou liberta, apesar da condição social, era muito severa com a conduta dos filhos. **Talvez até por ter nascido às portas da senzala, não tolerasse a promiscuidade, afinal, o engenho Lameiro era parede meia com a casa grande. No Lameiro, as filhas do velho Basílio brincavam no terreiro da casa grande que era a mesma bagaceira do engenho. No Santa Rosa, de recato mesmo, só tia Maria. É pura verdade que não se admitia amasiados como moradores.** O velho Basílio, não tinha vícios, não se envolvia na política local, não simpatizava com jogatina, e até folguedos profanos inocentes como o boi de reis eram mal vistos. Aqueles palavrões da bagaceira do Santa Rosa não se gritava no Lameiro. **Não é de admirar então a falta de “certas cores” no que**

¹² Ver: (A imprensa, 19 fev. 1961).

escreveu nada há mais que a verdade. Pundonor não é falso moralismo.
(OLIVEIRA, 2017b, p. 18, grifo nosso).

Para o historiador, o notável silenciamento do padre Luís sobre as relações libidinosas entre os moradores do engenho não foi uma escolha do sacerdote, mas uma imposição do próprio passado. Na concepção de José Augusto de Oliveira, não existia “libertinagem” no Lameiro: tudo ali se baseava na moral cristã do senhor de engenho. Por esse motivo, seria injusto cobrar do padre Luís aquilo que ele não havia experienciado, visto que nasceu e se criou num ambiente supostamente “puritano”. No entanto, não é preciso uma análise muito apurada para perceber o quanto esse tipo de argumento é falacioso. Mesmo admitindo a forte religiosidade do senhor de engenho do Lameiro, é difícil ignorar o fato de que os moradores burlavam cotidianamente aquilo que o patrão considerava ser um modelo de vida ideal. O próprio Luís G. de Oliveira lembrou, em suas memórias, algumas ocasiões em que os trabalhadores ignoraram as vontades do patrão, seja jogando escondido, brigando ou mesmo se recusando a cumprir as obrigações impostas pelo catolicismo. Ora, sendo assim, qual a razão para acreditar que, no tocante à sexualidade, os moradores do Lameiro cumpriam à risca os desejos do senhor de engenho?

Defende-se a ideia de que, distante de uma suposta despreziosidade, as memórias do padre Luís G. de Oliveira foram escritas a partir da junção de lembranças, ideais e crenças do autor. Os silêncios e as prevalências de algumas temáticas se basearam, portanto, em escolhas, sejam elas conscientes ou não. Isso não quer dizer que essas memórias falsificaram o passado. Inclusive, com base no cruzamento de diversos tipos de fontes, reconhece-se que uma das características dos escritos memorialísticos do padre Luís é a precisão das datas. É notória a habilidade que o sacerdote tinha de lembrar fatos distantes no tempo. Porém, isso não faz dessas memórias uma espécie de janela por meio da qual se pode contemplar o desenrolar da vida em um engenho do início do século XX. Todo discurso, como demonstrou Michel Foucault (2014) é, de certa forma, uma violência ao real. O discurso não é transparente, neutro ou um reflexo de uma experiência: ele, na verdade, constrói o objeto do qual fala e é sempre produto de um dado lugar, de um tempo e de determinadas condições históricas. O discurso memorialístico, embora tenha as suas especificidades, não foge à regra.

Os estudiosos que refletiram sobre os escritos do padre Luís pensaram a memória como uma espécie de depósito de experiências capaz de resguardar esotericamente as lembranças de modo que não sofressem alterações com a passagem do tempo. Certo dia, essas lembranças emergiram imaculadas e se converteram em narrativas escritas. Porém, segundo Halbwachs (1990, p. 71), “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado

com ajuda de dados emprestados do presente [...]”. Isso significa que, ao escrever os seus textos, o padre Luís estava fazendo uso não só de informações e experiências retidas por meio da memória, mas também de dados e percepções do seu presente. Desse modo, ao analisar as suas memórias, leva-se em consideração, por exemplo, o fato de que, no momento em que essas memórias foram produzidas, Luís G. de Oliveira já estava bem estabelecido dentro da estrutura eclesiástica paraibana, ocupando, inclusive, o cargo de diretor do jornal *A Imprensa*.¹³ Além disso, alguns anos antes de iniciar sua trajetória literária, o padre Luís sofreu a perda de seu pai e viu a ruína do engenho em que havia crescido. Certamente, esse lugar ocupado pelo padre Luís, bem como os dramas pessoais pelos quais havia passado, influíram na forma como ele pensou o seu passado e reconstruiu suas experiências vivenciadas no Lameiro, nas escolas e no Seminário.

Essa influência do presente sobre as memórias de Luís G. de Oliveira não se tornou visível apenas por meio do que foi rememorado, mas também por meio daquilo que foi silenciado. Para o historiador, o esquecimento pode ser tão significativo quanto a lembrança (OURIQUES, 2013), já que uma análise dos silêncios presentes em um discurso pode evidenciar a existência tanto de barreiras emocionais (nesse caso, poderia se pensar em uma espécie de autocensura), como também de limites impostos por elementos exteriores. É plausível, por exemplo, acreditar que, ocupando a direção de um periódico de natureza doutrinária, o padre Luís poderia escrever livremente, seguindo somente o fluxo de suas lembranças? Aqui se defende que não. Parece mais plausível acreditar que a instituição católica, no caso específico que está sendo analisado, exerceu, ainda que de forma indireta, uma espécie de coerção sobre aquilo que o padre Luís publicava no jornal. Para além dessa interferência da instituição, as escolhas e omissões operadas por um sujeito que narra as suas experiências podem, também, serem pensadas como estratégias que convergem no sentido de fabricar uma história de si:

De fato, o ato de memória que se dá a ver nas narrativas de vida ou nas autobiografias coloca em evidência essa aptidão especialmente humana que consiste em dominar o próprio passado para inventariar não o vivido [...], mas o que fica do vivido. **O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações [...], esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretções constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa.** (CANDAUI, 2018, p. 71, grifo nosso).

¹³ ARAÚJO, Fátima. **Paraíba**: Imprensa e vida. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

A escrita memorialística, nesse sentido, não se furta de operações que comumente são associadas à escrita ficcional. Nesse sentido, aquilo que Hayden White disse sobre a escrita historiográfica também pode se aplicar à escrita de memórias: é improfícuo desvincular a ficção da memória justamente porque, ao escrever sobre nossas experiências pretéritas, unese, por meio de um enredo, fatos que por si só não constituíam uma história. Dito de outra forma: quando se junta uma série de lembranças dispersas e constrói-se uma narrativa, atribui-se, inexoravelmente, sentido ao passado.¹⁴ Contar o passado é também inventá-lo, conforme ensinou Durval Muniz.¹⁵ Desse modo, não é preciso conjurar o aspecto ficcional dos escritos memorialísticos do padre Luís G. de Oliveira para reconhecer o seu valor enquanto fonte histórica. Na verdade, foi justamente essa linha tênue entre a memória e a ficção que fez abrir um horizonte maior de possibilidades para essa pesquisa.

Organização do trabalho

Nos escritos do padre Luís, é possível perceber a presença quase onipresente de dois sentimentos em particular: a solidão e a saudade. Pode-se dizer que o sacerdote não conseguiu superar o afastamento dos seus pais, do engenho, dos moradores e da cultura local. O mesmo trajeto nômade que direcionou o filho mais novo do senhor de engenho do Lameiro à capital, à Igreja e aos ciclos intelectuais paraibanos também fez com que ele amargasse a solidão provocada pela ausência dos diversos elementos que tinham preenchido a sua infância. Diante disso, o padre Luís buscou, por meio da memória, encontrar o caminho de volta para o engenho, para a antiga casa dos seus pais e para as primeiras escolas. Ao longo da leitura, o leitor vai perceber que a sequência dos capítulos desta dissertação tenta acompanhar o nomadismo da alma do padre Luís G. de Oliveira. Na epígrafe desta introdução, foi feito o uso das palavras de Carl Gustav Jung (pai da psicologia analítica) para lançar o seguinte desafio: adivinhas vós para qual solidão vamos subir? Respondemos nós mesmos: estamos indo em direção à solidão dos nômades.

Organiza-se a presente dissertação da seguinte maneira: no **primeiro capítulo**, é feita a análise dos mecanismos de subjetivação com os quais Luís G. de Oliveira teve contato no engenho Lameiro, focando, sobretudo, na influência que a cultura oral teve em seus primeiros anos de vida. Após isso, o estudo se volta ao impacto da *cultura escolar* na formação da

¹⁴ WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2014.

¹⁵ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado (ensaio de teoria da História). Curitiba: Editora Appris, 2019.

subjetividade do sacerdote. No **segundo capítulo**, busca-se analisar as marcas que a *cultura disciplinar* do Seminário Diocesano da Paraíba deixou no corpo e na alma do padre Luís. Por fim, no **terceiro capítulo**, analisar-se-á a trajetória profissional do padre Luís G. de Oliveira e sua projeção no cenário intelectual paraibano. Além disso, nesse mesmo capítulo, será visto de que maneira a escrita de textos memorialísticos e o interesse pela “cultura do povo” influíram na formação de sua própria subjetividade.

CAPÍTULO 1:

O alvorecer de uma alma saudosista

A biografia histórica não é, pois, o encontro com a unidade de um ser, mas com a dispersão de um aparecer [...].

(Durval Muniz de Albuquerque Júnior)

1.1 Prelúdio

O padre Luís Gonzaga de Oliveira morreu em 23 de maio de 1971 com 56 anos de idade. Sentiu-se mal no curso da viagem que o levaria à maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa-PB, onde celebraria a missa. Estava em vias de publicar as suas *Memórias do internato*, conjunto de textos que evoca os anos de estudo no Seminário Diocesano da Paraíba. Sua vida cessou, mas sua trajetória continuou se reinventando, não mais por meio de suas ações, é claro, mas pelas mãos dos biógrafos e historiadores. Este trabalho não jogará o último punhado de terra em sua cova. Na verdade, neste primeiro capítulo, continuará o trabalho de reconstrução da trajetória do sacerdote por meio da análise dos seus primeiros espaços de formação. O foco desta parte da dissertação é a influência que o engenho e as escolas exerceram sobre a subjetividade do padre Luís durante os seus primeiros anos de vida. Esse exercício de reconstrução, em grande medida, tornou-se possível mediante a análise do rico acervo de memórias que tratam desses espaços. Mas não se enganem: não foi o respeito a essas narrativas que germinou o presente texto. Para parir esta dissertação, teve-se que ultrajar as memórias do defunto. Que a palavra “ultraje” não gere desconforto no leitor, já que violar memórias, como ensinou Durval Muniz Jr., é parte do ofício do historiador.¹⁶

Todos os fatos narrados ao longo deste capítulo foram ambientados em Serra da Raiz-PB – cidade localizada na região agreste paraibana (imagem 1). Sua história está intimamente ligada ao espaço que, nos primeiros anos de colonização, era conhecido como Serra da Copaoba. Nas décadas finais do século XVI, as elevações da Copaoba se tornaram um verdadeiro campo de batalha onde se digladiaram os invasores portugueses e os indígenas da

¹⁶ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo; EDUSC, 2007.

nação Potiguar. A derrota dos potiguaras impulsionou significativamente a expansão da colonização lusa.¹⁷ Nos séculos seguintes, as terras da Serra da Copaoba foram doadas como sesmarias. A partir daí, os indivíduos que foram beneficiados passaram a explorar economicamente essas terras, dando início ao repovoamento do espaço que, alguns anos depois, viria a ser chamado de Serra da Raiz. Ao longo do século XIX, o referido povoado cresceu significativamente sob o impulso dos diversos engenhos de cana-de-açúcar que, à custa da exploração dos escravizados e trabalhadores pobres, prosperaram na região. Pode-se dizer que, nesse período, Serra da Raiz foi guiada exclusivamente pelos interesses dos senhores de engenho da região. Nas primeiras décadas do século XX, a situação permaneceu quase a mesma. É nesse contexto que se insere a história que será contada.

Imagem V- Recorte do mapa da Paraíba. A localização de Serra da Raiz está ressaltada em vermelho.



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006, grifo nosso.

¹⁷ Ver: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630.** Bauru: EDUSC, 2007. OLIVEIRA JÚNIOR, Edvaldo Cardoso de. **De Copaoba à Serra da Raiz: entrelaços contextuais para um melhor ensino sobre lugar e cotidiano.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2018.

1.2 Germinando no Lameiro

Luís G. de Oliveira iniciou a sua existência no dia 15 de maio de 1915. A sua vida floresceu na lama, ou melhor, no Lameiro - engenho onde morou durante parte de sua infância. Objeto principal de suas futuras idealizações paradisíacas, o engenho administrado por seus pais, Bellarmino Augusto de Oliveira e Maria Emília Castro de Oliveira¹⁸, localizava-se em Serra da Raiz, até então uma pequena vila paraibana. O engenho Lameiro foi construído no início do século XIX, sendo, dessa forma, uma das primeiras indústrias canavieiras da localidade. Joao José da Costa foi o seu primeiro dono, mantendo-se à frente do engenho até pelo menos o início da década de 1850, momento no qual anunciou a venda da propriedade no *Diário de Pernambuco* (27 jan. 1852): “Vende-se o engenho Lameiro, na Serra da Raiz de fabricar assucar termo da Villa de Guarabira da província da Parahyba com 2 legoas de terras de grande produção, não só de canas como de algodão, café, mandioca, milho, feijão e fumo. [...]”. Não se sabe ao certo se o Lameiro foi vendido na ocasião ou se foi transmitido por herança após a morte do seu primeiro dono.¹⁹ Sabe-se, porém, que, no final do século XIX, a propriedade estava em posse da Igreja Católica.²⁰

Em algum momento entre o final do século XIX e início do XX, a Igreja Católica arrendou o Lameiro para Bellarmino Augusto de Oliveira. Esse fato indica que o pai de Luís G. de Oliveira mantinha boas relações com membros do clero paraibano. Natural de Bananeiras-PB e filho de Rufina Maria de Jesus e Bartolomeu Reinaldo de Oliveira, Bellarmino não era membro das elites agrárias locais.²¹ Nesse sentido, o engenho Lameiro se

¹⁸ Filha de Belmira Maria do Espírito Santo e Manoel Joaquim de Sant’Anna, Maria Emília Castro de Oliveira nasceu em 5 de janeiro de 1876 na cidade de Caiçara-PB. Observação: essas informações foram extraídas do seu registro de casamento.

¹⁹ Existem opiniões divergentes no que diz respeito às origens do engenho Lameiro. Manoel Madruga, em seu livro *Serra da Raiz* (1955), defendeu a ideia de que o engenho foi construído no século XIX por José Porfírio de Oliveira. Trata-se, sem dúvidas, de um equívoco, visto que, no anúncio de venda já citado, aparece como dono o “sargento-mor Joao José da Costa”. O padre Luís G. de Oliveira, por sua vez, escreveu: “O Lameiro remonta, em sua origem, aos primeiros anos de Serra da Raiz. Foi o major Costa quem o construiu, utilizando a madeira da grande floresta que ocupava todo o baixio que ele escolhera para levantar o primeiro marco do progresso e indústria na terra que os seus progenitores conseguiram por sesmaria”. (OLIVEIRA, 1958, p. 181). Ainda na opinião do padre Luís, após a morte de João José da Costa, o Lameiro foi passado para o seu genro, José Porífero de Oliveira. Não foram encontradas fontes que sustentem essa afirmativa. O anúncio de venda do Lameiro mostra apenas que, alguns anos antes de morrer, João José da Costa esteve decidido a vender a propriedade.

²⁰ Ver: OLIVEIRA, José Augusto de. Apresentação. In. OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. João Pessoa: A união, 2017.

²¹ Na apresentação do livro *Figuras e Paisagens*, o historiador José Augusto de Oliveira defendeu a tese de que Bellarmino era sobrinho do então arcebispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Esta pesquisa, porém, não encontrou indícios dessa suposta ligação familiar. Como consta no seu registro de óbito, Bellarmino era filho legítimo de Bartolomeu Reinaldo de Oliveira e esse, por sua vez, não era irmão de D. Adauto, anulando, assim, a validade da tese do referido historiador.

apresentou, para ele, como a grande oportunidade de sua vida. Ali, cercado por ladeiras íngremes, estava o motor que faria a família Oliveira ascender socialmente. Como citado no anúncio de venda, além do açude, o Lameiro tinha uma extensão territorial relativamente grande. Era o suficiente para o plantio de cana, a criação de gado e para abrigar as famílias dos trabalhadores. Além disso, a propriedade estava localizada em uma região que favorecia o comércio não só com a então vila de Serra da Raiz, mas também com Duas Estradas e Caiçara. A união desses fatores fez com que, no alvorecer do século XX, o Lameiro se tornasse um polo importante de produção de aguardente na região.²² Embalado pelos lucros do banguê, o sobrenome Oliveira adentrou no rol das elites econômicas de Serra da Raiz.

Imagem VI. Bellarmino, Maria Emília e os oito filhos do casal. A fotografia foi tirada um ano antes do nascimento de Luís Gonzaga de Oliveira. 1914.



Fonte: Arquivo da ONG SACI.

É verdade que a família Oliveira não ostentava o luxo típico da aristocracia rural. No entanto, é inegável que a família usufruía de um padrão de vida relativamente alto para o período e, sobretudo, para a localidade. A fotografia posicionada acima desse parágrafo, por

²² Em sua *Chorographia do município e Villa de Caiçara*, Epaminondas Tavares de Araújo escreveu: “O município de Caiçara, apesar de não ser um dos mais férteis do estado, todavia cultiva-se nelle, principalmente na zona meridional, a canna de assucar, possuindo para o fabrico desse produto os engenhos seguintes: Angelim, Bahiano, Mofunbo, Cafélles, Retiro, S. Antônio, Genipapo, Coelhos, Pimenta, Boa-Vista, Flores, **Lameiro** e Serra da Raiz, que produzem annualmente grande quantidade de aguardente” (ARAÚJO, 1918, p. 6, grifo nosso). É importante dizer que os dados correlatos à produção dos engenhos localizados em Serra da Raiz entravam nas estatísticas do município de Caiçara.

exemplo, é um ótimo indicativo da posição social ocupada pela família, pois, como demonstrado por Cipriano (2016), no prelúdio do século XX, na Paraíba, a fotografia ainda era um signo de distinção entre os grupos sociais. Na foto acima, é interessante perceber a montagem da cena: os pais em uma posição nuclear rodeados pela extensa prole. O pai está vestido com um traje tipicamente ligado às elites sociais. A mãe, por sua vez, segura uma das filhas – fato que, no contexto da fotografia, transmite a ideia de maternidade. O filho mais novo está vestido de marinheiro, traje comum nas fotografias dos filhos das elites sociais, enquanto o mais velho está de terno.²³ A forma como os filhos posicionam as mãos, bem como as suas expressões faciais, parecem apelar para o sentido de seriedade, quietude e mansidão. Porém, como alertou Cipriano, é preciso se atentar ao fato de que, por vezes, essa seriedade era consequência do desconforto dos pequenos diante da câmera. Afinal, todos os detalhes que constituíam o ritual fotográfico tornavam o momento bastante cansativo, sobretudo para os mais novos.

[...] essa seriedade, tão constante nas feições dos pequenos, não pode ser creditada ao comportamento austero de uma época. Certamente, elas não se comportavam assim no cotidiano. Os modos de fotografar e de ser fotografado possuem suas historicidades, apresentam, portanto, distinções relativas aos costumes das pessoas na forma de aparecerem ao olhar do outro, que nessa época, estão lugares sociais e de gênero. Talvez nem todas gostassem de ser fotografadas – até por não ser um acontecimento corriqueiro. Ainda acrescenta-se a esse cenário, o desempenho do próprio fotógrafo, que conduzia todo o ritual para o evento [...]. (CIPRIANO, 2016, p. 316)

A fotografia em questão não demonstra somente a capacidade financeira de contratar um serviço, mas também a intenção de fabricar uma determinada imagem da família.²⁴ A referida foto não é o único indicativo das condições financeiras da família Oliveira. Em uma de suas narrativas, o padre Luís lembrou o som de um piano tocado por uma de suas irmãs: “Na sala de visitas, reinava a alegria comunicativa de uma mocidade feliz. Marieta dedilhava um piano, tocando as últimas valsas que havia aprendido na escola doméstica” (OLIVEIRA, 1958, p. 56). A demonstração dos “dotes artísticos” de “Marieta” (Emília de Oliveira Almeida) se dava, sobretudo, nos dias de festividade. Sem dúvidas, a ostentação de um piano

²³ “Entre os uniformes mais vistos nas fotografias destaca-se o de marinheiro. A história do traje marinheiro remete ao fato de a rainha Vitória (1819-1901) ter encomendado uma roupa de marinheiro para seu filho, o príncipe Edward, o qual passou a ser imitado por muitas pessoas por um longo tempo.” (KERN; SHEMES; ARAUJO, 2010, p. 414).

²⁴ A fotografia não é uma janela pela qual o historiador pode apreciar o passado. A foto é um produto de tensões sociais e é resultado de um conjunto de escolhas conscientes e inconscientes. A fotografia, portanto, é capaz de propagar determinados valores, além de fabricar imagens idealizadas daquilo que retrata. Sobre a relação entre História e fotografia, ver: KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo; Ateliê editorial, 2002. BURKE, Peter. **Testemunha ocular: História e imagem**. São Paulo; EDUSC, 2004.

na sala de suas casas não estava ao alcance da maioria das famílias locais. Nas décadas iniciais do século XX, o piano era um artefato ligado às elites sociais. O ressoar dos acordes do piano indicava, portanto, o poder aquisitivo do dono da casa. Além disso, o aprendizado do referido instrumento fazia parte do cardápio de saberes que eram considerados necessários para a educação das jovens de “família tradicional”.²⁵

Emília de Oliveira, citada anteriormente, havia aprendido tocar piano na Escola Doméstica, instituição educacional inaugurada no ano de 1914, em Natal-RN.²⁶ Ela pertenceu à primeira turma de discentes que concluiu o curso na instituição supracitada. A solenidade de entrega dos diplomas ocorreu no dia 25 de novembro de 1919.²⁷ Bellarmino e sua esposa estiveram presentes na cerimônia. A conclusão dos estudos da filha dos senhores de engenho do Lameiro tem muito a dizer sobre as condições financeiras da família Oliveira, pois os custos para manter um filho na “Escola Doméstica” eram elevados o suficiente para reforçar a ideia de que a família Oliveira gozava de um bom poder aquisitivo.

Entre os anos de 1917 e 1923, Joao Nepomuceno de Oliveira, outro irmão do padre Luís, estudou no Seminário Diocesano da Paraíba. Apesar de integrar a extensa lista dos seminaristas que desistiram da vida eclesiástica, a sua presença na referida instituição também ajuda a entender a posição social da família Oliveira. Para adentrar nos umbrais do seminário paraibano, era preciso preencher uma série de requisitos sociais, familiares, econômicos e comportamentais. De acordo com Barreto (2009, p. 100), a admissão do candidato se baseava em três etapas: “*O processo de Genere* [...], que apresentava os resultados das investigações acerca das origens familiares; *o Processo de Vita et Moribus* [...], que tratava da vida e dos costumes do candidato; e *o Processo de Patrimonius*.” Essa última etapa se referia especificamente aos bens que iriam ser doados à igreja pelos familiares do candidato. Esse processo de admissão servia como uma espécie de filtro social. Pode-se dizer que, no período

²⁵ Sobre as representações do piano no final do século XIX e início do XX, ver: Amato (2008).

²⁶ Sobre a referida escola, ver: RODRIGUES, Andréa Gabriel Francelino. **Educar para o lar, educar para a vida: cultura escolar e modernidade educacional na Escola Doméstica de Natal (1914-1945)**. 2006. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2006.

²⁷ Em 1919, o Diário de Pernambuco publicou a seguinte matéria “Com uma festa encantadora, teve lugar a 25 do corrente a entrega dos diplomas a primeira turma de alunas que terminaram o curso na escola doméstica”. Na mesma matéria pode ser confirmada a presença da irmã de Luís G. de Oliveira na cerimônia: “Tiveram assento no palco [...] a turma de diplomadas, composta das senhoritas Isabel Dantas, Dulce Meira [...], Doralice Barros e **Emília de Oliveira**.” (Diário de Pernambuco, 02 Dez. 1919, grifo nosso). Apesar de uma dissonância em relação à data, um indício fundamental da busca por informações sobre a formação de Emília de Oliveira foi encontrado nas próprias memórias de Luís G. de Oliveira: “Outro fato me ficou gravado na memória, com toda precisão. Foi o diploma de minha irmã Marieta, em Natal. Era no mês de novembro. Com toda verdade posso dizer que estava com 3 anos e 6 meses” (OLIVEIRA, 1958, p. 23). É importante ressaltar que a dissonância entre a data lembrada pelo padre Luís e a data em que realmente ocorreu a entrega do diploma é de, mais ou menos, um ano.

em questão, manter um filho estudando no seminário era um privilégio que poucas famílias do interior podiam custear.

Evidentemente, esses privilégios usufruídos pela família de Luís G. de Oliveira não caíram do céu. Na verdade, a riqueza da família Oliveira aumentou em simetria com o regime de exploração do trabalho adotado pelo senhor de engenho. Como a historiografia já demonstrou exaustivamente, as condições dos trabalhadores rurais, nas décadas iniciais do século passado, eram péssimas. Serra da Raiz não era uma exceção.²⁸ Residindo e produzindo em propriedades alheias, os trabalhadores do Lameiro dependiam da boa vontade do patrão. Além de morar na propriedade, em pequenos casebres, os trabalhadores tinham permissão para cultivar gêneros alimentícios. Da agricultura de subsistência e do pouco dinheiro que recebiam em troca dos serviços prestados, os trabalhadores tiravam o seu sustento. Nesse contexto, existia pouca chance de ascender socialmente. As chances de crescimento por meio dos estudos eram mínimas, tendo em vista que, devido às baixas condições financeiras, os filhos dos trabalhadores tinham que se dedicar ao trabalho desde muito novos. Em suas memórias, por exemplo, o padre Luís relembrou aquilo que chamou de “eito de meninos”, local onde os filhos dos moradores trabalhavam em troca de uma pequena quantia de dinheiro. Para os jovens, era uma oportunidade de complementar a ínfima renda familiar, para o senhor de senhor, era mão de obra barata (OLIVEIRA, 2017).

Para piorar a situação dos trabalhadores, é provável que, no período em questão, não existisse uma feira pública em Serra da Raiz. Dessa forma, os moradores do Lameiro eram induzidos a comprar seus alimentos nos barracões do engenho. Em um de seus textos, o padre Luís escreveu: “O velho Basílio, [...] despachava os trabalhadores que vinham pedir dinheiro adiantado, para adquirir coisa no barracão do engenho. [...]” (OLIVEIRA, 1958, p. 38). A ausência da feira em Serra da Raiz foi objeto de intensas discussões protagonizadas por intelectuais e políticos da cidade supracitada e de Caiçara-PB. A questão é bastante complexa, visto que adquiriu contornos diferenciados ao longo do tempo. Se, no século XIX, a

²⁸ A história de Serra da Raiz, em consonância com a do Brasil, foi marcada pela concentração fundiária, isto é, pela monopolização das terras nas mãos de poucas pessoas. Isso trouxe como consequência a exploração desmedida do trabalho, visto que os pequenos agricultores, assim como os trabalhadores que exerciam funções diversas, dependiam dos acordos unilaterais propostos pelos grandes proprietários. Essa situação não ficou cravada no período imperial nem na chamada primeira República: ela se estendeu durante todo o século XX. Em 1975, só a título de exemplo, um jornal agregado à arquidiocese da Paraíba noticiou o seguinte caso em Serra da Raiz: “No começo deste ano, o dono do Lameiro, João Bosco Borba, arrancou as lavouras de Luiz Moreira. [...] Ficou ele morando sem poder plantar, o gado estragando as bananeiras que ele plantou.” (Informativo Arquidiocesano, nº48, agosto de 1975). Em 1980, 150 agricultores de Serra da Raiz assinaram uma carta, destinada ao então Papa João Paulo II, em que se lê as seguintes palavras: “Nós queremos que o nosso pastor fique sabendo para nos ajudar na sua fala aos poderosos, que matam a gente aos poucos. Não temos onde trabalhar, as terras se enchem de capim e boi. [...]” (Diário de Pernambuco, 07 jul. 1980).

localização da feira em Caiçara incomodou os proprietários rurais de Serra da Raiz interessados em monopolizar o comércio em seus barracões, a falta da feira, na década de 1950, foi vista pelos intelectuais serra-raizenses como uma pedra que obstruía o processo de emancipação política de Serra da Raiz (MADRUGA, 1955). O fato é que, em meio a tudo isso, os trabalhadores pobres eram os que mais se prejudicavam, pois tinham que se submeter aos preços abusivos dos barracões.

Levando em consideração tudo que foi discutido até aqui, pode-se dizer que o padre Luís viveu os seus primeiros anos de vida entre a miséria dos trabalhadores e os privilégios de sua família. O Lameiro foi o palco de suas primeiras experiências. Em linhas gerais, o cotidiano do jovem Luís era marcado pelos estudos primários e pelas brincadeiras com os filhos dos moradores do engenho. É possível que, de vez em quando, ele acompanhasse algum parente nas idas ao perímetro urbano de Serra da Raiz a fim de realizar compras ou mesmo visitar algum conhecido. Além disso, nos finais de semana, Luís G. de Oliveira e sua família subiam as ladeiras do Lameiro a fim de frequentar a missa na Igreja do Nosso Senhor do Bom-Fim. É bem provável que essas visitas ao templo religioso aumentassem durante os meses de festividades religiosas.²⁹

Luís G. de Oliveira não só entrava em contato com o mundo além-Lameiro quando saía da propriedade, mas também quando essa recebia a visita de parentes e amigos que viviam na capital do estado. Na maioria das vezes, essas visitas aconteciam no período junino e no mês de dezembro. As pessoas que residiam nas cidades maiores buscavam os sítios como um refúgio - uma espécie de antídoto contra a correria das urbes. Essa prática era, de certo modo, produto dos discursos românticos que criavam um paralelo entre a vida bucólica do campo e a vida agitada das cidades modernas. Em alguns discursos jornalísticos do início do século XX, o campo aparece como um espaço lírico onde era possível repousar o corpo e o espírito.³⁰ Em seus escritos, o literato paraibano relembrou as visitas ao engenho: “pelo São

²⁹ As fontes datadas do final do século XIX indicam que as festividades do “Nosso Senhor do Bom-Fim”, em Serra da Raiz, aconteciam no início do ano. Em 19 de janeiro de 1898, o jornal *A união* noticiou a festa da seguinte maneira: “com grande pompa, e brilho talvez desconhecido em os annos anteriores, realizou-se no dia 1º do corrente, na florescente Villa da Serra da Raiz, a festa do excelso Padroeiro daquela freguesia, o Senhor do Bomfim”. A festa devia mobilizar boa parte da população urbana e rural da vila, visto que, no período, uma parcela significativa da população professava a fé católica. Isso não significa, porém, que suas práticas religiosas seguissem à risca os dogmas da Igreja Católica. Na verdade, a forte presença da cultura afro-brasileira e ameríndia, em Serra da Raiz, faz acreditar que a religiosidade serra-raizense tinha como principal marca o sincretismo.

³⁰ Em 1908, por exemplo, Augusto D’Azevedo escreveu no jornal *O Norte*: “Quem, enfiado da hypocrisia e do mercantilismo sórdido das cidades, alma em alvoradas, segue, de abril a junho, por esses campos do interior do Estado, em companhia do latino Virgílio, contempla o desenrolar singelo da vida na nudez triumphante do esplendor” (*O NORTE*, 4 nov. 1908). Certamente, esses discursos líricos, tais como esse citado, atribuíam sentidos e significados às cidades interioranas, influenciando o comportamento e a imaginação das pessoas que viviam nos grandes centros urbanos.

João, sempre havia gente de fora, no engenho. Eram colegas do velho, que vinham passar as férias do meio do ano, num ambiente de mais liberdade [...]” (OLIVEIRA, 1958, p. 54). Nessas ocasiões, dava-se o encontro entre os hábitos citadinos e os hábitos locais.

Com exceção das épocas festivas, pode-se dizer que o Lameiro era, na maior parte do tempo, uma localidade fechada em torno de si. É possível que o inverno acentuasse ainda mais esse isolamento. As ladeiras íngremes que cercavam o Lameiro fazia com que o acesso ao engenho ficasse bem complicado durante os meses chuvosos. Para piorar, a lama cobria as estradas, tornando-as escorregadias. Uma das memórias do padre Luís ajuda a imaginar as suas percepções infantis diante desse cenário: “O Lameiro se tornava uma soledade de indizível tristeza, parecendo mais u’a mansão de almas penadas que por ali vagassem – invisíveis -, tocando os que fossem passando [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 60). A melancolia que emerge das palavras citadas sinaliza o sentimento de solidão durante as tardes e noites inverniais. A ausência de energia elétrica fazia com que as noites de inverno, no Lameiro, fossem ainda mais taciturnas.

Ainda que Luís G. de Oliveira tenha construído um espaço infantil marcado pela solidão, é notório que essa solidão do espaço, em seus escritos, é amenizada pela comunhão das pessoas. Em outras palavras, o passado costurado pelas palavras do referido escritor é, ao mesmo tempo, solitário e comunitário. O cenário taciturno das noites de inverno, por exemplo, era contrabalanceado pela família reunida na sala. Nessas noites chuvosas, o velho, seu pai, ficava apreciando o ruído da chuva torrencial, enquanto sua mãe iniciava uma oração como quem procurava exorcizar a tristeza do ambiente. O barulho das vozes familiares rompia o silêncio do mundo exterior. A casa-grande oferecia o abrigo materno capaz de amenizar o medo da escuridão. Na tentativa de ressaltar ainda mais o contraste entre o espaço familiar e o mundo exterior, o autor estabeleceu uma relação semântica entre os perigos da noite e o mundo sobrenatural. Assim, a proteção da família, ou a simples presença de seus pais, tornava-se um verdadeiro baluarte contra as trevas e contra os assombros das “almas penadas” que insistiam em se fazer presente nas redondezas do engenho.

Em *Quadros de minha infância*, primeiro livro publicado pelo autor, percebe-se, logo de início, a centralidade da figura paterna e da figura materna. Uma curta ausência de Bellarmino e de Maria Emília era o suficiente para desencadear emoções soturnas. Na ausência dos donos, o próprio engenho adquiria um aspecto de desolação. Somente a presença dos trabalhadores, amigos e familiares conseguia diminuir a sensação de viver em um recanto sombrio, isolado, rodeado por matas e serras. Talvez por isso o padre Luís G. de Oliveira tenha investido tantas palavras na reconstituição dos momentos de confraternização:

trabalhadores rasgando a madrugada com cantorias, mulheres conversando nas calçadas de suas casas e festas animadas de São João. A reunião de pessoas servia até mesmo para amenizar a tristeza provocada pela presença da morte. O padre Luís, em alguns de seus textos, relembrou a união de pessoas ao redor dos moribundos e defuntos. O velório, nesses textos, aparece como um momento capaz de unir os diferentes grupos sociais. Todos queriam prestar homenagens ao defunto. É possível que o jovem Luís tenha acompanhado o seu pai durante várias dessas visitas fúnebres.³¹

Para o jovem Luís, além de o engenho ser um espaço fraterno e comunitário, era também uma “escola”. Em seus anos de atividade, o Lameiro não produziu só cana-de-açúcar, mas também subjetividades.³² O cotidiano no engenho pode ser entendido como uma grande máquina semiótica que possibilitou a Luís G. de Oliveira forjar suas primeiras noções de mundo. Os saberes que circulavam pelo Lameiro tinham a oralidade como principal veículo de transmissão. De uma maneira muito simplista, pode-se dizer que esse tipo de saber tinha como base a experiência empírica dos indivíduos. Ouvindo as histórias narradas pelos moradores, o jovem Luís entrou em contato não só com o passado, mas também com os costumes, religiosidade e lendas locais. É provável que as suas primeiras leituras de mundo derivassem, pelo menos em parte, do processo de apropriação dessas narrativas orais.

O que nos interessava em seu Martinho, como o chamávamos, eram as suas histórias. **Mais das noites estava ele sentado na calçada da casa-grande, rodeado de meninos, a narrar os fatos do passado remoto, que prendiam pela maneira de como ele sabia pintá-los.** Recordava o tempo da guerra do Paraguai, - a caça que davam os soldados aos recrutas que fugiam para as matas, com medo de morrer. Quem seguia para o Paraguai, podia-se dizer que estava morto. Não voltaria mais, pelo menos. Daí a fuga com que se defendiam de servir à pátria, na preeminência da necessidade. (OLIVEIRA, 1958, p. 106 grifo nosso).

É possível que as informações sobre a guerra do Paraguai tenham sido obtidas a posteriori e sido mescladas às lembranças da infância do autor, afinal as lembranças não são

³¹ É importante citar que, tendo nascido em 1915, Luís G. de Oliveira vivenciou - ainda novo - a proliferação da chamada gripe espanhola pelo interior da Paraíba. No meio do ano de 1918, a *influenza* espanhola já era uma terrível realidade em todo o estado. A doença causava febre alta, dores no corpo, entre outros sintomas. Se para alguns não passou de uma gripe um pouco mais forte, a doença foi mortal para outros. No livro *Figuras e Paisagens*, Luís G. de Oliveira relembrou a passagem da doença pelo Lameiro. Entre as vítimas fatais, o padre Luís citou: Enedino, José Mendes, Manuel Fernandes e Joaquim Galdino. Evidentemente, é provável que algumas dessas mortes não tenham sido causadas pela referida doença. No entanto, os referidos textos são, até o presente momento, os únicos registros do impacto da gripe espanhola em Serra da Raiz. Além disso, esses registros mostram que, desde muito cedo, Luís G. de Oliveira conviveu com a presença da morte. Sobre a gripe espanhola na Paraíba, ver: SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912/1924)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2011.

³² Isso porque, seguindo os passos de Félix Guattari (2006), parte-se do pressuposto de que a subjetividade humana é produto das diversas maquinarias semióticas que nos acompanham ao longo da vida, entre elas a família, a educação e a religião.

mananciais de águas paradas que refletem uma realidade passada: elas estão sempre se refazendo.³³ Embora as palavras citadas se refiram a um acontecimento alheio ao Lameiro, existem outras tantas ocasiões em que o padre Luís relembrou as histórias que ouvia sobre os antigos senhores de engenho da região, sobre a escravidão, sobre as secas, entre outros assuntos relacionados ao passado do lugar. Essas narrativas pareciam cumprir o importante papel de tornar familiar, para os mais jovens, o espaço e a história da comunidade. Na apresentação do livro *Figuras e Paisagens*, José Augusto de Oliveira se refere ao padre como um apaixonado pelas histórias narradas, tendo, inclusive, o hábito de se basear nessas histórias para compor as suas narrativas memorialísticas. Esse gosto nasceu, provavelmente, ainda nos primeiros anos de vida, embaixo, talvez, de alguma árvore do Lameiro e ao som da voz arrastada de alguma velha.

Evidentemente, não poderia se afirmar a existência, em Serra da Raiz, de uma forte cultura baseada na oralidade levando em conta somente os textos do padre Luís G. de Oliveira. A verdade é que se teve que “tirar leite de pedra” ou, em termos mais formais, extrair dos poucos vestígios o máximo possível de informações. Como encontrar indícios de uma cultura que não se prendia aos caracteres escritos? A resposta não é reconfortante: pelos registros oficiais do governo e dos intelectuais que, na maioria das vezes, interpretavam esses vestígios como marcas de uma de cultura folclórica.³⁴ Não é o ideal, mas é o que se tem.

Em 1950, 78.3% das pessoas com mais de cinco anos de idade, habitantes da então vila de Serra da Raiz, não sabiam ler nem escrever.³⁵ Na segunda década do século XX, período específico estudado nesta parte da pesquisa, esse percentual era, provavelmente, maior. Mesmo com os esforços da República para expandir o ensino público, a educação formal era, em grande medida, um privilégio gozado pelas famílias abastadas. Assim, parcela significativa dos moradores do Lameiro fazia parte de uma cultura ágrafa cujos mecanismos de construção, transmissão e aprendizagem se baseavam na oralidade.

³³ CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

³⁴ Sobre isso, ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013. ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013. CERTEAU, Michel. “A beleza do morto”. In. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2001.

³⁵ Recenseamento geral do Brasil de 1950 (IBGE). O referido percentual excede as taxas nacionais que, no período, correspondiam a 57% da população. Levando em consideração o fato de que a constituição brasileira de 1946, embora avançasse em alguns aspectos, excluía o direito de voto dos analfabetos, pode-se dizer que esses níveis altos de analfabetismo obstruíam o exercício da cidadania, pelo menos para grande parcela da população. Ver: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.

Para reforçar a tese de uma cultura baseada na oralidade, foram encontradas diversas fontes que, direta ou indiretamente, indicam a presença da cultura afro-brasileira em Serra da Raiz, entre o final do século XIX e início do XX – cultura essa que tinha como uma de suas principais características a oralidade. Assim como em todo o Brasil, em Serra da Raiz, a escravidão institucionalizada vigorou até o fim do século XIX. De acordo com uma estimativa publicada em 30 de agosto de 1887, no jornal *Gutenberg*, a então vila paraibana possuía 208 pessoas escravizadas. Dadas as dimensões da vila, esse número é bastante expressivo, sobretudo se considerar que a escravidão dava seus últimos suspiros. Assinada a Lei áurea, em 13 de maio de 1888 – ápice de um conjunto de leis que desde 1950 visava, em tese, enfraquecer progressivamente o regime escravocrata –, os negros que antes eram considerados propriedade privada de seus senhores se tornaram livres. Porém, a lei áurea não conseguiu obliterar as chagas sociais causadas por séculos de escravidão. Assim como a nossa República, a lei áurea é um projeto ainda em construção, visto que a desigualdade social e o racismo hoje exercem o papel que a chibata e o capitão do mato exerciam ontem.

Passada a euforia, ficou mais ou menos claro que a lei áurea, embora importante, não conseguia resolver os problemas pós-abolição. A República emergente não se preocupou em oferecer aos negros as mínimas condições para uma vida digna. Os indivíduos “libertos” foram jogados em uma sociedade marcada pela ferida, ainda hoje aberta, do racismo. Pode-se até imaginar a situação em Serra da Raiz. A concentração das terras nas mãos de poucos e a falta de oportunidades para ocupar cargos de melhor remuneração fizeram com que os negros não se afastassem muito dos modos de vida que levavam até 1888. Provavelmente, muitos continuaram trabalhando nas mesmas terras e, conseqüentemente, sujeitos ao mesmo regime de exploração. Dessa forma, quando Luís G. de Oliveira nasceu, em 1915, muitos desses negros – ou seus descendentes – ainda viviam nas redondezas do Lameiro, prestando serviços ou apenas vivendo os últimos anos de suas vidas. Desde jovem, portanto, o padre Luís teve contato com a cultura afro-brasileira.

Mesmo a contragosto de muitos, ao longo dos séculos XIX e XX, os africanos e seus descendentes afro-brasileiros não plantaram, em Serra da Raiz, apenas cana-de-açúcar e algodão, mas também germinaram uma rica cultura que engloba, entre outros aspectos, festas, mitos e música. Sobre isso, é conveniente citar as palavras de Epaminondas Tavares de Araújo:

No dia 6 de janeiro de 1885, aquelle templo achava-se repleto de fieis que assistiam a festa de N.S. do Bom-Fim, quando na hora em que devia começar a missa, internou-se no referido templo uma comitiva de homens de côr preta, trajando véstes

de mulher, sob o comando de um celebre Joaquim Cambito intitulado ‘rei do congo’; a este ladiavam os seus proceres, com toques de tambor, gaitas, maracaes e outros instrumentos repugnantes, secundado por cânticos, danças e mil proezas, de modo a impedir o silencio que no acto devia reinar. Em seguida, colocado o rei e a rainha em dois aposentos, vis-a-vis, sob a denominação do “throno”, teve lugar o acto religioso, terminado o qual propagou-se o samba ao som do maracatu. (ARAUJO, 1912, p.5)

Epaminondas, então funcionário público de Caiçara, escreveu essas palavras no ano de 1912. Elas integram a *Chorographia do município e Villa de Caiçara*. O fato narrado remonta ao ano 1885. É provável que, antes de ser registrada pelo escrivão de Caiçara, a referida história circulasse oralmente, sofrendo, assim, variações ou mesmo acréscimos. Embora a intenção de Epaminondas fosse evidenciar o que seria, em sua opinião, um ato profano, ele acabou fornecendo um indício muito importante sobre a presença, em Serra da Raiz, de uma manifestação cultural comumente conhecida como “congada” – festejo que mescla elementos da tradição católica e africana.³⁶

A cultura afro-brasileira, em Serra da Raiz, também se manifestava pela voz dos contadores de histórias. Luís G. de Oliveira, em suas memórias, relembra as histórias que a “negra Paula” lhe contava embaixo das árvores do engenho. Manoel Madruga – intelectual que nasceu e viveu os primeiros anos em Serra da Raiz – por sua vez, registrou, em um de seus livros, as histórias dos lobisomens e do boi preto que, quando criança, escutava Honório Estrela, “negrão espadaúdo”, contar. Certamente, foi com a matéria-prima desses contos fabulosos que o jovem Luís interpretou o mundo que o rodeava.

No entanto, o conhecimento formal logo começou a colonizar a alma de Luís G. de Oliveira. Apesar de acreditar na predominância da oralidade, devido aos fatores já elencados, não se pode deixar de reconhecer a presença do conhecimento formal nos primeiros anos de vida de Luís G. de Oliveira. Seus pais sabiam ler e pelo menos dois de seus irmãos, como já visto, estudavam em instituições formais de ensino, ou seja, dominavam a leitura e a escrita. Joao Nepomuceno e Maria Emília visitavam o engenho periodicamente. Logo, pode-se deduzir que, desde sua tenra idade, Luís G. de Oliveira teve contato, pelo menos indiretamente, com o conhecimento formal. Esse contato se alargou gradativamente devido ao contato com a *cultura escolar*. Com pouco mais de quatro anos, ele começou a frequentar a escola particular de Chiquinha Cardoso. As fontes sobre esse primeiro ambiente escolar são

³⁶A congada seria uma maneira alegórica de inverter, temporariamente, os lugares sociais que os negros ocupavam na sociedade. Durante alguns momentos, a dura realidade era suprimida, dando espaço para a manifestação de suas formas de ler e organizar o mundo. Sobre a referida manifestação cultural, ver: SOUSA, Maria de Melo e. **Reis negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação do rei de Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

escassas, resumindo-se às próprias narrativas memorialísticas do autor. Possivelmente, tratava-se de um local agregado à casa da docente. O público da escola devia ser formado, em grande medida, pelos filhos e filhas das famílias que gozavam de boas condições financeiras.

Uma mudança significativa começou a se processar na vida do pequeno Luís G de Oliveira. Mutação irreversível. O novo ambiente trazia consigo a disciplina, as primeiras letras e, intrínseco a tudo isso, outra forma de ler o mundo. Diferente das histórias orais ouvidas embaixo das árvores, no meio dos canaviais e nos c modos da casa, havia, agora, um local específico para aprender o “ABC”. Contrastando com palavras que corriam soltas pelo Lameiro, existia a necessidade de aprisioná-las em folhas. Além disso, a mesa da professora ostentava uma palmatória lembrando que o conhecimento não mais integrava o lazer diário. Sobre esse momento de sua vida, o memorialista escreveu: “[...]. Não via para quê a minha vida de sacrifício, preso numa escola todo dia. Achava uma desumanidade a condi o a que me tinham submetido. [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 32). Essas palavras foram escritas algumas décadas depois dessas primeiras experiências escolares - tempo suficiente para se exagerar no contraste entre a vida antes e depois da escola. No entanto,   inegável que se processava uma muta o significativa nos modos de experienciar o mundo. Pode-se dizer que essa mudança foi o prenúncio de um primeiro “ xodo” vivenciado pelo jovem Luís: a saída do Lameiro.

1.3 Do Lameiro ao engenho Bom-Fim

Imagem VII - A casa-grande do engenho Bom-Fim.



Fonte: Arquivo documental da ONG SACI.

No ano de 1923, a família Oliveira atravessou definitivamente as porteiras do engenho Lameiro. As íngremes ladeiras do primeiro engenho foram ficando para trás enquanto, à frente, emergiam as terras e a casa do “Bom-Fim”. Em termos geográficos, a mudança não foi tão grande, pois as duas propriedades eram relativamente próximas uma da outra. Porém, para o jovem Luís, a mudança representou o fim de um ciclo. A tímida paisagem urbana de Serra da Raiz começou a fazer parte de seu cotidiano. A vivência escolar se intensificou. Os territórios afetivos forjados durante os anos no Lameiro começaram a rachar diante de uma nova realidade. Nesta parte do capítulo, será analisado o impacto que a mudança de residência teve na vida de Luís G. de Oliveira. Após atravessar os anos do Lameiro, chega-se, agora, mais próximo das casas e das ruas que constituíam a zona urbana de uma pequena vila do estado da Parahyba do Norte na segunda década do século passado.

A foto que abre este subtópico foi tirada entre a década de 50 e 60 do século XX, portanto é possível que a aparência da casa não tenha sido exaltadamente àquela que a família Oliveira encontrou em meados da década de 20 quando se mudou. Mesmo assim ela serve de parâmetro. Comparada à do Lameiro, a casa do engenho Bom-Fim era, sem dúvidas, maior. Um grande alpendre rodeava a casa. As grandes janelas tornavam o interior da casa arejado e bem iluminado, além de estar localizada em um lugar mais próximo ao centro de Serra da Raiz. Para Bellarmino, o arremate da propriedade significou expansão dos domínios, possibilidade de mais lucro e vida mais confortável para ele e sua família. Oportunidade para um, desastre para outro.

O Bom-Fim pertencia, até então, ao major Joao Marques³⁷, outro proprietário local. No segundo decênio do século XX, porém, as dívidas do major se tornaram maiores do que os lucros. É provável que Joao Marques tivesse feito empréstimos no Banco do Brasil com a finalidade de adquirir novo maquinário para sua propriedade.³⁸ Não tendo como pagar a

³⁷ João Marques da Silva, segundo um de seus familiares, viveu entre as décadas de 70 do século XIX e a década de 40 do século XX. A sua vida, ou pelo menos a parte mais trágica dela, foi o tema central do livro *A tragédia do Major* (1961) – romance histórico escrito pelo padre Luís G. de Oliveira. Nesse livro, o padre Luís constrói uma imagem caricata de Joao Marques: um senhor de engenho derrotado, mergulhado em constantes devaneios, impulsivo e imprudente. O objetivo era criar um personagem capaz de encarnar tudo aquilo que o memorialista julgava ser prejudicial para um senhor de engenho. Contrastando com o major, Bellarmino, pai do autor, aparece no referido romance como um senhor de engenho prudente, dedicado ao trabalho e extremamente religioso. Sobre a vida de Joao Marques, ver: SILVA FILHO, Manoel Marques da Silva. Prefácio. In. OLIVEIRA, Luís G. de Oliveira. **A Tragédia do Major**. Natal: Offset, 2015. Sobre o livro *A tragédia do major*, ver: COSTA NETO, Antônio Cavalcante. Apresentação. In. Oliveira, Luís Gonzaga. 2ed. **A tragédia do Major**. Natal: Offset, 2015.

³⁸ Em 10 de março de 1918, o *Diário de Pernambuco* publicou a seguinte nota: “O Sr. Coronel Marques da Silva, industrial residente no lugar Serra da Raiz, deste Estado, inaugurará no dia 11 do corrente, a sua fábrica de preparar a faria de mandioca”. João Marques chegou a visitar o então governador do Estado, Camilo de Holanda, a fim de falar sobre o seu novo empreendimento. A expectativa era grande, afinal o investimento em maquinário tinha sido alto. O *Diário de Pernambuco* replicou uma notícia publicada no jornal *A União* em que é possível ter noção do investimento: “Aqueles aparelhos têm capacidade para a produção de 30 saccas de 60 kilos diários e o

dívida, o major perdeu a propriedade. Em 1923, *O jornal* publicou o edital em que constavam informações sobre o leilão da referida propriedade:

O doutor João Navarro filho, Juiz Municipal do termo de Caiçara, comarca de Guarabira, do Estado da Parahyba do Norte, etcoetera. Faço saber que aos que o presente edital de praça virem, que o porteiro das audiências há de trazer a pública praça de venda e arrematação no dia sete de Dezembro do corrente anno, às onze horas, nesta villa de Caiçára, no edificio do Paço Municipal, a propriedade rural denominada < Serra da Raiz> , [...] e mais as bemfeitorias nella existentes e constantes de dois prédios construídos de pedra e tijolo, uma fábrica de fazer farinha de mandioca, em máu estado, um engenho a vapor, para fabricação de aguardente, assucar e seus derivados, cujo machinismo se acha com alguns defeitos, uma outra casa de taipa com frente de tijolo, açude, sitio de fructeiras e outras benfeitorias, bens estes penhorados a Joao Marques da Silva e sua mulher , para pagamento ao credor hypothecario Banco do Brasil, Agência deste Estado, da quantia de rs. 129:617\$454 (cento e vinte e nove contos seiscentos e dezessete mil e quatrocentos e cincoenta e quatro réis)[...]. (O JORNAL, 29 nov. 1923).

A citação acima faz parte de um edital que objetivava chamar a atenção de possíveis compradores. As observações sobre a propriedade foram feitas por três avaliadores: Miguel Pedro da Silva, Apolonio Sobral da Costa Queiroz e Cleodon Franco de Oliveira. Mesmo sabendo que os avaliadores estavam a serviço da justiça e do banco, atendendo a certos interesses, o olhar lançado sobre a propriedade ajuda a imaginar o local em que o jovem Luís residiu dos oito aos doze anos de idade. De acordo com o anúncio, a propriedade contava com uma casa de farinha, um engenho para a produção de aguardente, um açude e um sítio de árvores frutíferas. Porém, parte do maquinário do engenho estava com defeito e a estrutura da casa de farinha, ao que parece, estava danificada.

De acordo com o edital citado, o leilão da propriedade estava previsto para acontecer às 11 horas do dia 7 de dezembro de 1923, na cidade de Caiçara. No livro *A Tragédia do Major*, Luís G. de Oliveira (2015, p. 81) escreveu: “Pela tardinha chegou o velho comunicando o resultado. O Bom-Fim já era seu. Ninguém tomou a frente, na arrematação. Diziam que um parente do Major botaria a cabeça, no dia, para fazer voltar o engenho às mãos de seu ex-proprietário.” De fato, Bellarmino arrematou o Bom-Fim e, posteriormente, mudou-se com a sua família para a nova propriedade. A mudança de residência indica que o dono do Lameiro estava disposto a focar no novo empreendimento. Possivelmente, os meses posteriores à compra foram dedicados aos reparos necessários para o devido funcionamento do engenho. Enquanto o velho Bellarmino se preocupava em acender novamente o fogo do

sr. cel. Marques da Silva pretende iniciar também o preparo de pão com aquella farinha que se presta admiravelmente para o mistér, livrando-nos assim da contigência em que vivemos de importar a farinha de trigo”. Por alguma razão, o empreendimento não deu certo, resultando no endividamento de João Marques e na perda de boa parte de seu patrimônio.

Banguê, Luís G. de Oliveira se esforçava para se adaptar ao novo espaço. Com base em suas memórias, pode-se dizer que, num primeiro momento, a nova moradia causou, no jovem Luís, a sensação de alargamento espacial. O mundo, para ele, estava se tornando maior. Essa sensação pode ter sido causada pela localização da nova casa dentro do perímetro urbano de Serra da Raiz.

Em uma análise apressada, pode soar hiperbólica a ideia de que a área urbana de uma pequena vila paraibana, no início do século XX, tenha alterado - mesmo que minimamente - o cotidiano de um menino de pouco mais de oito anos, afinal a linha que diferenciava o rural e o urbano era bastante tênue. O que se chamava de “área urbana” era, na verdade, um punhado de casas, precariamente construídas, às margens de ruas de barro, esburacadas e disformes. É provável que uma ou outra casa se destacasse das demais, denunciando, assim, as condições econômicas da família que ali residia (em regra, as estruturas das casas refletiam a pobreza da maioria da população de Serra da Raiz). O centro da vila ostentava a igreja de Nosso Senhor do Bom-Fim construída no século XIX. A estrutura do templo destoava do restante das edificações. Em 1912, Epaminondas Tavares de Araújo escreveu as seguintes palavras sobre a vila: “o povoado da Serra da Raiz é protegido por pequenas ruas, cujas casas ameaçam completa ruína, exceptuando desse perigo as de propriedade do vigário, Alípio Serpa, Luiz Cruz e Joao Marques, que são de optima construção.”.³⁹

Embora fosse conveniente para um funcionário público de Caiçara falar das “ruínas de Serra da Raiz” - tendo em vista as disputas políticas existentes entre as duas localidades -, o conjunto documental analisado faz crer que a situação da vila não era muito diferente daquilo que foi captado pelo olhar tendencioso de Epaminondas Tavares. Se os primeiros signos do moderno tardaram a chegar à capital do estado, muito mais tarde se fizeram presentes na vila paraibana. Luz elétrica, ruas bem desenhadas e serviços de saneamento básico eram sonhos distantes da realidade vivenciada pelos moradores. Somente em 1953, a rua central da vila ganhou um meio fio.⁴⁰ Os outros serviços citados anteriormente só chegaram à Serra da Raiz a partir da década de 60 do século XX, após a emancipação política. Diante do quadro descrito, o leitor pode estranhar a forma como o padre Luís lembrou as impressões que teve ao chegar à nova residência:

Do alpendre olhei para a rua, ouvindo falas humanas em confusão, em me sentia em lugar desconhecido, onde tudo me fosse completamente estranho. Em meu espirito

³⁹ ARAUJO, Epaminondas Tavares de. **Chorographia do município e Villa de Caiçara**. 1912. (Obs. A cópia do referido documento se encontra no arquivo documental da ONG SACI).

⁴⁰ Ver: O Norte, 30 nov. 1952.

formava-se u'a nova concepção das coisas. Vi o caminho que dava entrada à rua principal de Serra da Raiz, por onde eu passava, todo dia, para a escola, e me pareceu ser uma vida desconhecida, que estivesse vindo pela primeira vez. (OLIVEIRA, 2015, p. 102).

O exagero das palavras pode ser facilmente interpretado como um recurso literário que, no contexto inserido, atende à finalidade de acentuar o contraste entre a vida ideal no Lameiro e a vivência urbana. Muito embora se concorde com essa interpretação, acredita-se que a questão não se encerra nela. Aqui é defendida a ideia de que a mudança de residência trouxe uma nova dinâmica para a vida de Luís G. de Oliveira. As proporções do deslocamento devem ser medidas a partir de uma análise comparativa entre o Lameiro e o Bom-Fim. Nesse sentido, pouco importam as singelas dimensões da vila de Serra da Raiz. É necessário levar em conta o fato de que não se refere somente às transformações de ordem material, mas, sobretudo, àquelas que dizem respeito às percepções subjetivas. São as maneiras de sentir que interessam. A sensibilidade, como ensinou Pesavento (2007), diz respeito às reações emocionais que emergem em nossas almas quando essas entram em contato com o mundo material. Desse modo, pode-se dizer que a estética das ruas, o fluxo de pessoas, as festas e a escola provocaram, no jovem Luís, novas sensações, emoções e sentimentos.

Em comparação ao Lameiro, as ruas da vila ostentavam um fluxo maior de pessoas (isso certamente não tinha relação com o número de habitantes). Nesta pesquisa, dados referentes à segunda década do século XX não foram encontrados, mas os números publicados em 1940 dão uma ideia do quadro populacional de Serra da Raiz no início do século passado. Em um recenseamento datado de 1940, a vila de Serra da Raiz aparece com 862 habitantes vivendo na área urbana e 15.425 na zona rural. Na mesma pesquisa, contabilizou-se 213 prédios urbanos e 3.147 rurais.⁴¹ Mesmo levando em consideração os possíveis equívocos, é notável a diferença numérica entre a população urbana e rural. É provável que essa discrepância fosse ainda maior nos anos de 1920. Um fator em especial ajuda a entender esses números contrastantes: o trabalho agrícola, de uma maneira geral, era a principal fonte de renda. Assim, entende-se o porquê da preferência pela vida rural. Expostos os dados, é provável que o leitor estranhe a frase utilizada no início desse parágrafo: como falar em maior fluxo de pessoas em uma vila onde existe um número ínfimo de habitantes?

Para responder essa pergunta, imagine, por um instante, estar de posse dos sentidos de Luís G. de Oliveira: Sair da nova residência, caminhar um pouco e transitar pelas ruas tortas

⁴¹ Ao que parece, esses números englobam um território bem maior do aquele que corresponde ao atual município de Serra da Raiz. Ver: MEDEIROS, Joao Rodrigues Coriolano. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: IFPB, 2016.

de Serra da Raiz. Destoando das casas ilhadas do engenho, enxerga-se casas próximas umas das outras – algumas quase coladas. A proximidade das residências facilita o intercâmbio entre os vizinhos. Alguns conversam nas calçadas, enquanto outros vão à Igreja. Agora passa-se por algumas bodegas e se escuta as risadas e as conversas altas dos bêbados. O som das conversas se mistura ao badalar do sino da matriz. O dia se estende e dura um pouco mais do que no Lameiro. Alguém comenta, de maneira eufórica, que um pastoril chegou à vila. Como prodígio, os lampiões iluminam o centro de Serra da Raiz. Um pouco de luz é o suficiente para prolongar a noite. As pessoas vestem suas melhores roupas e vão assistir ao espetáculo. Roídos, risadas e gritos rompem o silêncio noturno. Oportunidade para flertar com algum pretendente ou mesmo para conversar com os amigos. A vivência urbana, mesmo numa pequena vila paraibana, mudava a dinâmica da vida das pessoas.

O espaço é constituído por práticas e discursos, mas também nós somos, em alguma medida, produto desses espaços.⁴² O conjunto de serras que rodeava o Lameiro deviam transmitir ao pequeno Luís G. de Oliveira a ideia de isolamento. É provável que esse insulamento do primeiro engenho em que nasceu fosse agravado pela distância entre as casas dos moradores que ali viviam. A longitude das residências, unidas pelos caminhos assimétricos do Lameiro, acabavam desaguando na casa do dono do engenho: centro em torno do qual gravitava tudo que ali existia. Em contraposição, as ruas de Serra da Raiz insinuavam um movimento de descentralização em relação à casa de seu pai. De certo modo, uma nova cartografia passou a colonizar a alma do jovem Luís. Na nova residência, o filho do senhor de engenho percebeu que a vida não girava em torno de sua figura paterna e que os homens e mulheres não viviam em razão do Lameiro. Essa sensação marcou o início da dissolução de seu cosmos infantil.

1.4 Lembranças de uma cultura escolar

Na nova casa, a proximidade de Luís G. de Oliveira com a cultura dos moradores do Lameiro diminuiu gradativamente. Esse distanciamento cresceu à medida que o conhecimento formal passou a ocupar mais espaço em sua vida. Como demonstrado anteriormente, a oralidade que esteve bastante presente nos primeiros anos de sua vida foi se diluindo em meio às letras da cartilha escolar. Aqui não se afirma que o processo de imersão no conhecimento

⁴² Ver: ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. O teatro da História: os espaços entre cenas e cenários. In. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008.

formal obliterou os elementos que o jovem Luís havia subjetivado durante o seu contato com a cultura oral dos moradores do Lameiro, afinal já faz algum tempo que os historiadores pararam de erguer fronteiras entre uma cultura “popular” e outra “erudita”, admitindo, assim, o constante trânsito entre as culturas.⁴³ Na verdade, defende-se, nesta última parte do capítulo, a ideia de que o processo de escolarização provocou mudanças significativas nas formas de sentir e pensar o mundo. Para sustentar essa ideia, serão analisados diversos elementos que reconfiguraram a subjetividade de Luís G. de Oliveira após a sua imersão na *cultura escolar*.

Em grande medida, essa análise se apoiou nas discussões sobre *cultura escolar* presentes no livro *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia* - escrito pelo historiador Agustín Escolano Benito. Para o estudioso citado, a cultura escolar de uma determinada época deve ser pensada como um produto das experiências cotidianas dos sujeitos que integram o ambiente escolar e das relações desses sujeitos com os múltiplos artefatos que estão presentes na escola. É no seio dessas experiências e das relações com a materialidade da escola que se produz uma cultura original. Influenciado pelas ideias de Michel de Certeau, Benito deu ênfase à natureza inventiva das práticas cotidianas ambientadas nas escolas. Todas as questões elencadas anteriormente são vitais para se pensar acerca do objeto deste estudo, visto que a análise que se faz da cultura das primeiras escolas frequentadas pelo padre Luís se baseou principalmente nos sentidos e nos significados que o sacerdote atribuiu às experiências cotidianas vivenciadas no ambiente escolar.

Para se aproximar das experiências escolares do padre Luís, são utilizados textos memorialísticos em que o sacerdote relembrou os métodos, o cotidiano, as práticas e os sujeitos das primeiras escolas que frequentou. A própria existência desses textos diz algo sobre a questão. Ao publicar as suas lembranças escolares, Luís G. de Oliveira reafirmou para si e para os outros a importância que a escola teve na constituição de sua subjetividade. A escola aparece, nas memórias do sacerdote, como uma espécie de ponto de partida de sua trajetória (um espaço de iniciação, por assim dizer). Ela marca o término de um modo de vida e o início de outro, sendo, portanto, um espaço fundante. Sobre essa centralidade das experiências escolares nas narrativas biográficas, Benito (2017, p. 179) escreveu: “[...] a passagem pela escola aparece, sem dúvida, como um dos marcos primordiais e imprescindíveis que estruturam a narrativa em que alinhamos e expressamos o tempo

⁴³ BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1987. BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: O cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

vivido.”. Nessa perspectiva, a análise das memórias escolares do padre Luís possibilita entender a forma como o sacerdote organizou e pensou a sua própria trajetória de vida.

Com Chiquinha Cardoso eu havia dado toda a carta de A-B-C, e já me estava iniciando na cartilha, quando fui transferido para a aula pública de D. Nevinha Raposo, que ficava no outro lado da rua, no Largo da Matriz. O regime da palmatoria e do “argumento”, às sextas-feiras, não me apavorava mais. De alguma forma já estava acostumado, e foi com pena que deixei o primeiro ambiente das letras, para ingressar num recinto mais adiantado. A escola de Chiquinha Cardoso servia somente para desasnar. E grande era o merecimento para essa nossa mestra, que tomava para si a tarefa mais ingrata e trabalhosa, abdicando depois todo o seu mérito, na modéstia religiosa que a dominava. Exercia o seu apostolado sem barulho nem programa, merecendo dos pais toda a confiança que a sua dedicação pedia. (OLIVEIRA, 2015, p. 123).

As palavras citadas se encontram no livro *A tragédia do major*, especificamente no capítulo intitulado *segunda escola*. Nele, o padre Luís traçou alguns contrapontos entre a escola particular de Chiquinha Cardoso e a escola pública. Existe um claro esforço, por parte do autor, para evidenciar o antagonismo entre os métodos das duas escolas. A principal diferença estava relacionada ao “regime de punição”. Na primeira escola, a indisciplina do aluno era corrigida por meio de castigos físicos. Nas aulas públicas, por sua vez, o regime de punição era mais “humanizado”, usando um termo do próprio autor. As faltas cometidas pelos alunos seriam punidas de forma mais branda. Nas memórias do padre Luís, a percepção dessas mudanças se dá por meio dos artefatos escolares: “Em vez do instrumento de dor para as nossas mãos, víamos um globo e uma campainha, com que a mestra exigia silêncio, quando a zoada estava passando da conta” (OLIVEIRA, 2015, p.123). A simples presença da campainha e do globo faz emergir, nas lembranças do sacerdote, todas as mudanças do sistema disciplinar da nova escola.

Ainda que animado pela ausência de punições físicas, o jovem Luís parece ter estranhado bastante o novo ambiente. É provável que esse estranhamento tenha tido relação com a afetividade agregada à escola de Chiquinha Cardoso. O modelo da primeira escola, de certo modo, aproximava-se daquilo que o filho de Bellarmino considerava ser familiar. Como já demonstrado, o padre Luís cresceu aprendendo com os moradores mais velhos do Lameiro. Das narrativas orais aos ensinamentos de sua mãe, o saber esteve, durante todo esse tempo, relacionado à intimidade. Embora a escola particular de Chiquinha Cardoso tenha provocado mudanças significativas em sua vida, ela não conseguiu romper, definitivamente, com essa noção de educação. É provável que a primeira escola, mais do que a segunda, fosse percebida por Luís G. de Oliveira como uma extensão do espaço doméstico. Os castigos físicos infligidos pela mestra fortaleciam a percepção de que a escola era um protótipo ampliado de

sua casa e, conseqüentemente, a professora era a representação dos seus pais. Foi a partir da entrada na escola pública que essa associação educação/família começou a perder força.

Diferente da primeira escola em que a professora era paga pelos pais dos alunos, a escola pública era mantida pelo Estado.⁴⁴ Isso gerava a sensação de ruptura no vínculo entre a família e a escola, visto que não havia mais um pacto financeiro diretamente estabelecido entre o docente e os pais. O poder público era o mediador entre a escola e a família, o que deveria soar bastante abstrato para o jovem Luís e para os seus pais. Além disso, contrastando com os métodos da escola privada, a professora da escola pública não marcava as mãos dos alunos com o peso da palmatória. Ao invés disso, comunicava as perspicácias cometidas pelos alunos aos seus pais para que tomassem as devidas providências: “A nota baixa acusava a falta do aluno, para que o pai deste viesse e aplicasse o castigo que julgasse merecido. [...] Os pais que resolvessem por si, o que era preciso fazer, pela manutenção da ordem, na escola” (OLIVEIRA, 2015, p. 123). As palavras do sacerdote parecem atestar uma mudança na representação da professora: ela não mais era a encarnação dos pais no ambiente escolar. A mestra havia se tornado a corporificação dos braços e vontades de uma entidade abstrata: o Estado. É possível que tudo tenha influído na decisão de retirar o jovem Luís da escola pública.

[...] D. Nevinha esforçava-se por cumprir o seu dever, mas sentia-se que ali estava faltando o castigo impiedoso da palmatória, para um melhor adiantamento dos seus alunos. A vadiação da infância inconsciente saía ganhando com a metodologia da escola pública, que não estava produzindo os bons resultados que eram de esperar. (OLIVEIRA, 2015, p. 126).

As palavras citadas servem para justificar a decisão de seus pais:

Íamos levando a vida assim, sem mais tanta repulsão ao ambiente de cárcere, de cinco horas por dia, quando nos foi anunciada u’a mudança que nos causou contentamento. Logo que chegamos a casa, minha mãe veio com a novidade que nos surpreendeu: - Amanhã vocês não voltam mais para a aula pública. Vão para a escola de Maria Costa. (OLIVEIRA, 2015, p. 126).

A insatisfação de Bellarmino e de Maria Emília sugere o choque, no início do século XX, entre a necessidade do Estado de expandir a educação pública e o ideal de educação que muitas famílias tinham. Pelo menos no caso aqui estudado, existiu uma clara resistência dos pais diante das metodologias educacionais adotadas pelas escolas mantidas pelo Estado. Além

⁴⁴ Num trecho de suas memórias, Luís G. de Oliveira escreveu: “A mestra que recebesse dinheiro dos pais de seus alunos, certamente teria mais interesse pelo adiantamento destes, do que outras que ganhavam do governo” (OLIVEIRA, 2015, p. 127).

das razões já elencadas, pode-se citar outras que talvez tenham corroborado para a resistência dos pais. Ainda que de forma tímida, a educação pública possibilitou, senão a permanência, pelo menos a matrícula de crianças pobres. Provavelmente, isso gerou, nas famílias que tinham melhores condições financeiras, a sensação de que a hierarquia social estava sendo, de alguma forma, quebrada: ora, seus filhos estavam dividindo espaço com os filhos dos trabalhadores. Não por acaso, na tentativa de explicar a mudança de escola, o padre Luís escreveu: “Na escola de Maria Costa estavam os filhos do professor João Serpa. Era a prova de [...] que por lá se aprendesse mais” (OLIVEIRA, 2015, p. 127).

Além disso, a ausência de conteúdos religiosos nas aulas públicas pode também ter contribuído para o descontentamento dos pais do padre Luís. De acordo com Silva (2006), entre o final do século XIX e início do século XX, consolidou-se, na Parahyba do Norte, a ideia de que deveria haver uma separação entre a religião e a educação pública. O Estado deveria oferecer um ensino laico, ou seja, um ensino que não estivesse ligado a nenhum credo religioso. O advento da República, em 1889, acelerou esse processo de laicização da educação pública. Evidentemente, esse processo sofreu resistência por parte da Igreja Católica. É provável que essa resistência tenha respingado nas famílias que professavam a fé católica, fazendo com que vissem com maus olhos a ideia de uma educação secular. Enquanto o Deus católico era subtraído das escolas públicas, as escolas particulares - pelo menos a de Chiquinha Cardoso - insistiam em abordar assuntos religiosos, como é possível perceber nas palavras de Luís G. de Oliveira: “Toda quinta-feira ela nos ensinava religião. Desta matéria lembro-me ter ela, certa vez, dito a nós que o caminho do céu se aprendia com a doutrina cristã”. (OLIVEIRA, 2017, p. 29).

O padre Luís lembrou, em um de seus textos, um catecismo ilustrado que a professora utilizava nas aulas de religião. Uma das imagens que lhe chamou mais atenção tinha como temática o apocalipse: “Lá estava o quadro do juízo final, os anjos com as trombetas chamando os homens para as sentenças eternas. Víamos o fogo atormentando os condenados, e os bons ao lado direito de Jesus Cristo sentado nas nuvens para julgar a humanidade” (OLIVEIRA, 2017, p.66). O terror da imagem era amplificado pelos comentários da professora: “o mundo seria acabado com fogo”. Deve soar estranho, aos ouvidos de um professor de hoje, a ideia de ensinar noções de escatologia cristã para crianças com pouco mais de cinco anos de idade. O estranhamento denuncia a nossa distância temporal. Provavelmente, para os pais do jovem Luís, bem como para a professora, não havia nada de estranho em apresentar às crianças os quadros desoladores que representavam os momentos finais da humanidade. É interessante perceber que, mesmo após algumas décadas,

o memorialista paraibano descreveu detalhadamente a imagem do juízo final mostrada pela sua professora. É bem provável que o quadro apocalíptico tenha se tornado, para o padre Luís, um símbolo daquela educação que tinha como uma de suas bases o medo.

Além da sensação de quebra da hierarquia social e do receio de colocar os filhos em uma escola que não abordava assuntos de cunho religioso, existe outro possível motivo para a resistência dos pais de Luís G. de Oliveira: as professoras das escolas públicas não pertenciam à comunidade ou pelo menos não estavam enraizadas nela. Como exemplo, tem-se a professora Maria das Neves de Mello Raposo (Nevinha Raposo).⁴⁵ A referida professora era funcionária do Estado e, por esse motivo, atuou, ao longo dos anos de magistério, em lugares diferentes, sendo Serra da Raiz um deles. As fontes consultadas indicam que, pelo menos em Serra da Raiz, no período que está sendo estudado, era comum a troca de professores – fato que devia incomodar os pais dos alunos, fazendo com que optassem pelas escolas particulares cujas professoras eram, em sua maioria, moradoras permanentes da vila que, devido ao tempo de trabalho no mesmo local, tinham algum vínculo afetivo com pais dos alunos. Para Bellarmino e Maria Emília, é provável que a escola pública significasse, entre outras questões já colocadas, a inconstância e o desenraizamento. Apesar de tudo, após algum tempo estudando na escola particular, Luís G. de Oliveira foi matriculado novamente na escola pública.

Nas primeiras décadas do século XX, o estado da Paraíba, seguindo uma tendência nacional, estava preocupado com a substituição das chamadas “cadeiras isoladas” pelos grupos escolares. A mudança foi lenta. A vila de Serra da Raiz, por exemplo, só ganhou um grupo escolar no ano de 1953.⁴⁶ Apesar disso, as aulas públicas estiveram presentes na vila

⁴⁵ Filha de Anna Roza de Mello Raposo e Victorino José Raposo, Maria das Neves nasceu na cidade de Araruna em 1885. No ano de 1916, o seu nome já aparecia na lista de professoras do Estado. Durante a segunda década do século passado, Maria das Neves exerceu o magistério em Serra da Raiz – período em que deu aula para Luís G. de Oliveira. Embora não citada nas memórias do padre Luís, é provável que, no mesmo período, a irmã de Marias das Neves, Maria do Carmo Mello Raposo (1891 -1951) também tenha exercido o magistério em Serra da Raiz. Ver: Diário de Pernambuco, 2 fev.1918. Obs. Essas informações biográficas foram extraídas do registro de casamento de Maria das Neves.

⁴⁶ A construção do prédio teve início no governo de Osvaldo Trigueiro (UDN) e foi concluída em 1953 no mandato de José Américo de Almeida (PL). O grupo escolar recebeu o nome do político e sacerdote natural de Serra da Raiz, Emídio Fernandes de Oliveira. Esse, no final do século XIX, foi um dos principais protagonistas das lutas políticas que objetivavam diminuir a influência de Caiçara sobre Serra da Raiz. Mais do que uma homenagem, a escolha do nome teve uma enorme carga simbólica, tendo em vista que, no período em que o grupo escolar foi inaugurado, os intelectuais e políticos serra-raizenses – incluindo o padre Luís G. de Oliveira - estavam numa campanha em prol da emancipação política de Serra da Raiz. Em um claro exemplo de bajulação ao governador em exercício, o jornal *O Norte*, em 23 de janeiro de 1953, referindo-se à inauguração da escola, publicou as seguintes palavras: “Compreendendo o alcance dessa obra magnífica, o povo de Serra da raiz ovacionou, calorosamente, o governador José Américo, a quem se deve, de certo modo, a construção do grupo escolar. Pois a verdade é que a administração passada gastou, ali, a importância de Cr\$ 37. 881. 70 e a atual administração gastou Cr\$ 206. 418. 40.” A inauguração do grupo escolar foi uma verdadeira algazarra política, exemplo notório de “teatralização do poder”, com direito à banda de música, vaquejada, discursos eloquentes,

desde o início do século XIX.⁴⁷ Comumente, as chamadas escolas de cadeiras isoladas funcionavam em prédios alugados e, portanto, não tinham uma arquitetura padronizada. Foi em uma dessas que Luís G. de Oliveira estudou. De acordo com as suas memórias, as aulas funcionavam “[...] num salão bastante amplo, com duas janelas de frente. Perto destas, recebendo toda claridade, ficava a mesa da mestra, e na frente, as carteiras simetricamente dispostas” (OLIVEIRA, 2015, p.124). É bom lembrar que, desde a segunda metade do século XIX, havia uma preocupação com salubridade do ambiente escolar. Como aponta Mariano (2015), existia certo consenso de que as aulas deveriam acontecer em ambientes ventilados e com boa iluminação:

Como visto, ao longo do século XIX, as normas de natureza médica estiveram presentes na fabricação de uma concepção de educação escolar. Limpar a casa de escola, varrer a sala todos os dias, manter as janelas abertas, fazer o ar circular, lavar os rostos e as mãos, fazer revista de asseio nos alunos, ser vacinado e provar não ter moléstia contagiosa, construir edificações amplas, arejadas, ensolaradas, calmas e higiênicas, abastecidas de materiais, utensílios e água, edificações separadas da privacidade do lar dos professores. Essas são algumas das prescrições encontradas na legislação vigente, nas reclamações dos presidentes da província da Parahyba do Norte e dos diretores da instrução pública, e nas discussões e debates dos que defendiam uma educação escolar higiênica e higienizadora. (MARIANO, 2015, p.151).

Na Parahyba do Norte, no âmbito do ensino público, muitas dessas prédicas só foram alcançadas a partir de 1916 – ano em que foi inaugurado o primeiro grupo escolar (SOARES JUNIOR, 2019). Em Serra da Raiz, por sua vez, somente a partir de 1953. No entanto, de acordo com as memórias analisadas, esses ideais higienistas, ainda que de forma tímida, fizeram parte do cotidiano escolar de Luís G. de Oliveira. De certo modo, eles entraram em rota de colisão com as lembranças que o jovem Luís tinha do dia a dia sujo do engenho Lameiro.

Além de ter que se habituar a um modelo disciplinar bem diante da realidade do Lameiro, o jovem Luís precisou lidar com o aumento das exigências dos seus pais. Ao que parece, após a mudança para o Bom-Fim, Bellarmino e Maria Emília buscaram cada vez mais afastar o filho caçula dos modos de vida das crianças pobres. Diante disso, as brincadeiras na bagaceira do engenho, os banhos de açude e as amizades com os filhos dos trabalhadores foram perdendo espaço na vida do jovem Luís. Ele começou a sentir, a partir daí, o peso que a

churrasco e distribuição leite para os pobres. Ver: Diário de Pernambuco, 25 jan. 1953 e A Imprensa, 23 de jan. de 1953.

⁴⁷ Ver: PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese. Programa de pós-graduação em educação, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.

condição de filho de senhor de engenho jogava em suas costas. Existia um quê de contradição nisso tudo. Por um lado, o padre Luís gozava dos privilégios de sua condição; por outro, amargava a infelicidade de não vivenciar aquilo que ele considerava ser uma vida mais livre. Em suas memórias, é possível perceber o inconformismo diante dessa situação: “notávamos que a liberdade estava nos estava faltando; tivemos ordem de mudar o traje, que no momento se recomendava a meninos da casa-grande. [...] Queríamos a franqueza de outrora, para dar expansão às nossas alegrias.” (OLIVEIRA, 2015, p. 140).

As mudanças que estavam se processando na vida de Luís G. de Oliveira não alteraram somente o seu cotidiano, mas também a sua maneira de ver e sentir o mundo que o rodeava. A partir da subjetivação dos conteúdos discutidos em sala de aula e da relação com diferentes instrumentos pedagógicos que faziam parte do seu cotidiano escolar, o jovem Luís ressignificou o espaço, o tempo e a sua própria vida. Entre as matérias estudadas, estava a Geografia e a Aritmética. Para a primeira, a professora utilizava os mapas dos continentes e um globo (esse protótipo do planeta terra chamou bastante atenção do jovem Luís). É válido lembrar que, nas lembranças referentes à escola particular, a mesa da professora também chamava atenção, mas a razão era outra: ali era o abrigo do instrumento de punição. O globo, diferente da palmatória, não servia para amedrontar, embora também provocasse certo desconforto (não pela dor física, obviamente, mas pela ideia que evocava). Ele violou, de alguma maneira, as noções espaciais construídas pelo padre Luís ao longo de seus primeiros anos de vida: era “[...] um absurdo para todos nós. A terra redonda, como aquela bola que estávamos vendo, um verdadeiro mistério [...]. Só podíamos acreditar que a terra fosse como nós a víamos, plana até a vista não pode alcançar mais” (OLIVEIRA, 2015, p. 136).

Não era só o globo que incomodava, mas os mapas também: “prestávamos toda a atenção, mas não podíamos acreditar que a terra tivesse a configuração das cartas geográficas.” (OLIVEIRA, 2015, p. 136). Para além dos detalhes evocados nessas memórias, é importante perceber a necessidade do autor de evidenciar o momento de sua vida em que a noção de espaço formado pelas vivências no Lameiro começou a sucumbir perante a noção de espaço construída nas aulas de geografia. Para entender o significado do globo e dos mapas, fazia-se necessário um esforço de abstração que até então lhe era estranho: não era mais o espaço povoado por almas penadas, por matas sombrias, mas um espaço diagramado, cartesiano, dividido por linhas e perpassado por nomes. O espaço do Lameiro era desordenado, marcado por caminhos desiguais, quase sempre formados pela passagem constante dos trabalhadores, caminhos fabricados no momento mesmo em que se caminhava.

O globo e o mapa, por sua vez, revelaram, para o jovem Luís, uma nova cartografia dos lugares.

A cultura material das escolas, como demonstrou Vidal (2009), possibilita ultrapassar as imposições e as regras que fugiam do controle dos alunos e adentrar no terreno das práticas, isto é, das formas de utilizar e dos significados que os alunos atribuíam aos diversos objetos que faziam parte do cotidiano escolar. Nesse sentido, além do globo e dos mapas, outro objeto merece ser mencionado: o quadro negro. Sobre o referido objeto, o sacerdote escreveu: “As lições de aritmética era dadas no quadro negro. Repetia-nos a regra, e incontinenti ela nos mandava à pedra, aplicar o que tínhamos decorado. Era a nossa berlinda, o quadro negro. [...]” (OLIVEIRA, 2015, p.136). Era uma novidade, pois na escola particular que havia estudado não tinha uma lousa na parede. Talvez o número menor de alunos possibilitasse à professora um atendimento particular, individualizado – algo bastante difícil no contexto da escola pública. O quadro possibilitava um alcance global dentro da sala de aula, facilitando, assim, a exposição dos conteúdos e exercícios.

Nas memórias do padre Luís, porém, o quadro negro aparece como uma espécie de berlinda. Ali, diante do quadro, os alunos eram testados perante toda a turma. Não bastava mostrar eficiência para a professora, era preciso prová-la diante dos colegas. A possibilidade de se sair mal diante da turma provocava apreensão, como pode-se perceber em suas palavras: “O que fosse chamado, estava sujeito aos risos de mofa dos companheiros, nos erros graves. Já íamos pouco a pouco compreendendo o mistério da vida humana... Na hora da angustia quase ninguém se aproxima [...]” (OLIVEIRA, 2015, p. 136). Não era mais o medo do castigo físico, mas o medo do julgamento dos pares; não somente o medo do olhar e das palavras de reprovação da professora, mas também o medo da humilhação em público. O jovem Luís adentrava cada vez mais em uma lógica de transmissão de saber que tinha - e ainda tem - como um de seus pilares a constante necessidade de provar eficiência por meio de testes, notas, exercícios, apresentações, etc. Como já foi dito, aquele saber, amplamente difundido entre os moradores do Lameiro, baseado na escuta e na ausência de metodologia específica estava, cada vez mais, cedendo espaço para um saber disciplinar.

Pode-se dizer que o objeto dessa disciplina não era propriamente o espaço, o tempo e o ensino - esses apenas eram organizados, utilitariamente, a fim de alcançar, com mais força, os alvos principais: os corpos e as almas. Era preciso disciplinar os corpos dos alunos sem fazer uso dos castigos físicos. Para isso, lançava-se mão de algumas estratégias: uma delas era o uso campainha. Quando os alunos começavam a se desviar do conteúdo da aula - seja por olhar o movimento exterior à escola, seja por conversar assuntos aleatórios com os colegas - a

professora ressoava o sino a fim de obter novamente o silêncio e a atenção dos alunos. Na escola, os alunos deviam se portar de acordo com a mesma lógica que regia o espaço e o tempo escolar. Ou seja, eles deviam se tornar *corpos úteis*. O aluno ideal era aquele que permanecia em silêncio durante as aulas, se sujeitava ao mecanismo disciplinar da escola, não se movimentava aleatoriamente pela sala de aula e ignorava o mundo exterior durante a explicação da professora.

Numa de suas memórias, o padre Luís lembrou os momentos em que os alunos eram agrupados em fila e induzidos a cantar o hino nacional (OLIVEIRA, 2015). Isso mostra que, em grande medida, a racionalidade que atuava sobre os corpos era regida pela ideologia republicana. De acordo com o historiador José Murilo de Carvalho, nas primeiras décadas após a proclamação da República, “[...] o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo social, de constituir a nação” (CARVALHO, 2003, p. 13). Nesse sentido, a educação escolar além de oferecer aos alunos noções de Português, Matemática, História e demais matérias, precisava atuar, também, sobre a alma e sobre os corpos dos discentes a fim de formar sujeitos patrióticos, disciplinados e ordeiros. Para isso, fazia-se uso dos símbolos patrióticos forjados após a proclamação da República, incluindo o já citado hino nacional e os dispositivos disciplinares citados nos parágrafos anteriores.⁴⁸

Sem dúvidas, todo esse aparato ideológico e disciplinar influenciou na formação da subjetividade do padre Luís. Isso é mais ou menos óbvio. Porém, é preciso ter cuidado para não ser atraído pela ideia de que os alunos inculcavam passivamente as ideias que lhes eram transmitidas por meio de práticas e discursos. Isso porque, como bem alertou Benito (2017, p. 97), “a história da escola é uma de criações, porém é também uma história dessas recepções, acomodações, traduções, apropriações, recusas, resistências, fusões, mestiçagens, metamorfoses...”. Seguindo a perspectiva do autor citado, pode-se dizer que a relação do jovem Luís com os dispositivos disciplinares da escola foi marcada por recusas, acomodações, mas também por apropriações. Para entender de que forma o padre Luís se apropriou e ressignificou as ideias com as quais teve contato no ambiente escolar, serão analisados, em seguida, os trechos de suas memórias que evocam as impressões que teve ao ler um livro recomendado pela professora.

⁴⁸ Sobre a fabricação dos símbolos da República brasileira, ver: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Eu já estava manuseando o segundo livro de Puiggari Barreto. Aquelas histórias de Paulo e Donato me causavam um interesse de novidade que eu tivesse, todo dia. Não me cansava de lê-las, demorando-me nas figuras, para gravar bem os fatos. Queria parecer-me com o filho do Dr. Silva Ramos, - com aquele Paulo que aparecia com uma estrela na gola da camisa. Mas notava uma profunda separação entre nós dois. Ele era uma criança delicada, criado em ambiente de prisão doméstica [...]. O meu ambiente era bem diferente. Era o engenho com o seu movimento rustico [...]. Ao mesmo tempo que me queria aproximar daquele Paulo do Dr. Silva Ramos, eu me sentia diminuído, coma impressão dominante de que estava ficando um menino fraco e dengoso. (OLIVEIRA, 2015, p. 135)

No trecho citado, Luís G. de Oliveira fez referência a um dos livros que compõe a série de leitura Puiggari-Barreto. Escritos por dois professores de São Paulo, Arnaldo de Oliveira Barreto e Romão Puiggari, os livros em questão foram amplamente difundidos nas escolas públicas de vários estados do Brasil no início do século XX. De caráter didático, a coleção composta por quatro volumes tem como eixo central o cotidiano de um menino chamado Paulo. De acordo com Panizzolo; Belo (2016, p. 372), “os temas predominantes abordados nos livros da série Puiggari-Barreto são: a importância do saber escolar e a imagem da escola; moralismo e civismo; higiene e bons costumes.”. Além de construir uma imagem idealizada da família, as histórias de Paulo buscavam transmitir determinados padrões de comportamento. A bibliografia consultada demonstra de maneira contundente a maneira como os livros supracitados intencionavam fabricar os homens e mulheres ideais para uma República em formação. Resta, porém, entender o que as memórias de Luís G. de Oliveira dizem sobre o impacto das histórias de Paulo em sua vida.

As palavras do padre Luís expressam, a princípio, um sentimento contraditório com relação ao protagonista da história. Por um lado, ele desejava ser aquele Paulo “com uma estrela na gola da camisa”; por outro, sentia-se desconfortável com a ideia de se identificar com um personagem que, ao que tudo indica, considerava “dengoso e fraco”. É provável que uma das estratégias utilizadas pelos autores da série fosse construir um personagem central carismático o bastante para provocar o sentimento de identificação nos pequenos leitores. No entanto, tão importante quanto os propósitos de quem produziu um texto, são as maneiras de ler, as apropriações, enfim, a forma como se transmuta um texto em outro à medida que se constrói novos significados com a leitura.⁴⁹ Nesse sentido, as memórias evocadas ajudam a entender a maneira como Luís G. de Oliveira leu as histórias sobre Paulo. No entanto, o entusiasmo diante dessa possibilidade não pode fazer cegar diante de algumas questões e uma delas diz respeito à distância temporal entre a leitura das referidas histórias e a escrita e

⁴⁹ Ver: CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.

publicação de suas memórias - distância essa que impede de ver o reflexo daquilo que foi pensando dezenas de anos antes naquilo que foi escrito.

Outra questão deve ser mencionada: no período em que Luís G. de Oliveira escreveu os textos sobre as suas experiências nas primeiras escolas, ele já havia tido contato com os textos de José Lins do Rego. É provável, pois, que as memórias citadas anteriormente tenham sido escritas sob a influência de um discurso que, entre outros aspectos, dotava a infância de um *menino de engenho* com certos sentidos e significados. Segundo esses discursos, os meninos de engenho, diferente das crianças que cresciam na cidade, desenvolviam um tipo de personalidade insípida, destemida e aventureira: resultado da vivência cotidiana em um ambiente rústico. Defende-se que, ao construir-se como um menino que temia se igualar ao Paulo das histórias lidas na escola, o padre Luís estava tentando reforçar a ideia de que sua infância fora semelhante àquela fabricada pelos textos de José Lins do Rego. Dito isso, talvez seja válido o seguinte questionamento: ultrapassando essa camada de significados agregados a posteriori, é possível, a partir das referidas memórias, mergulhar nos sentidos e significados que o jovem Luís atribuiu às histórias de Paulo? Postula-se que sim.

É provável que Luís G. de Oliveira tenha ficado encantado ao deitar os olhos nas histórias de Paulo, já que era um personagem exemplar. Porém, a discrepância contextual entre as narrativas de Puiggari-Barreto e a vida de um menino que habitava uma pequena vila do estado da Paraíba era grande demais para produzir uma identificação imediata. Acredita-se que o jovem Luís, ao ler as referidas histórias, tenha sentido que a criança na qual estava se transformando, embora se aproximasse do menino ideal dos livros da escola, era uma espécie de antítese do modelo de criança que se encontrava no engenho de seu pai. Talvez ele tenha começado a desenvolver, nesse momento, a percepção de que ele não era mais parte do Lameiro, nem tampouco teria pela frente o destino dos filhos dos moradores do engenho. À medida que emergia timidamente a consciência de sua individualidade e entrava em contato com os diversos dispositivos de subjetivação escolares, abria-se mais ainda o fosso que o separava dos territórios afetivos e simbólicos de seus primeiros anos de vida.

[...] A mestra fez a chamada, no meio do silêncio geral. A atmosfera era de absoluto respeito. Tudo respirava gravidade e força moral. D. Naide, logo após a chamada, fez uma prelação sobre a necessidade de instrução. Precisávamos aprender, porque da instrução surgiam os grandes homens da pátria. O aluno que compreendesse o seu dever, já era uma esperança do futuro. Uma terra pequena podia muito bem torna-se grande, quando os seus filhos soubessem elevá-la, pelas vitórias conseguidas. Falou em Solon de Lucena. A Paraíba estava cheia de seu nome. No entanto, saíra ele de uma pequena cidade do interior. (OLIVEIRA, 2015, p. 147).

As palavras citadas indicam um primeiro contato com o discurso que exaltava a história dos “grandes homens” paraibanos (discurso esse que fabricava o mito do herói que deixa a sua terra natal e, obtendo o sucesso, acaba elevando o prestígio da localidade em que nasceu). Para seguir a trajetória desses arquétipos, era preciso se comprometer com os estudos. Em grande medida, as palavras da professora do padre Luís estavam respaldadas na historiografia paraibana de então.⁵⁰ No início do século, como mostrou Pinheiro (2001), os estudiosos ligados ao Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP) buscaram desvendar, ou melhor, “descobrir” aquilo que teria de singular na cultura e na identidade paraibana. Dentre outras coisas, essa busca teve como resultado a produção dos heróis locais: na maioria das vezes, homens que tinham se destacado na política e no campo intelectual. Esses homens seriam os verdadeiros representantes da identidade paraibana. Os mais jovens deviam se espelhar nesses modelos. Esse “banquete de mitos” passou a fazer parte das escolas paraibanas e, conseqüentemente, da infância do jovem Luís, influenciando significativamente na forma como ele enxergava a si mesmo.

Chegando ao final deste primeiro capítulo, poderia se fazer uso de diversos trechos das memórias do padre Luís a fim de refletir sobre as mudanças que estavam acontecendo em sua vida. Porém, um recorte em especial é escolhido: a amizade. Pode-se dizer que o Jovem Luís não teve muitos amigos, provavelmente devido às restrições de seus pais. A solidão da infância foi amenizada pela presença de “Belém” – um carneiro que havia ganhado de presente. Fora o animal, as memórias do sacerdote indicam a existência de um único amigo: Nezinho. Foi com ele que Luís G. de Oliveira se aventurou pelas matas que rodeavam o Lameiro e pelas águas dos açudes. Foi ao seu lado que o jovem Luís se deliciou com as histórias contadas pelos moradores mais velhos do engenho. No entanto, de acordo com as memórias analisadas, a amizade foi se desgastando com o passar do tempo. O vínculo entre os dois foi se tornando cada vez mais tênue à medida que o Jovem Luís dedicava seu tempo aos estudos:

Com o tempo, os laços de afeição que me prendiam a Nezinho, foram-se distendendo, pouco a pouco, e se quebrando, um a um. A vida que iniciiei, - de responsabilidade com as primeiras letras, me foi alheando com o antigo ambiente, e ainda mais com as brincadeiras do tempo de plena liberdade. Sentia o desinteresse íntimo e sincero por muitas coisas que constituíam todo o enlevo de minhas atrações. [...]. Era chamado para os folguedos infantis, e notava que estes não me interessavam mais como dantes. Iam perdendo a cor e a mesma natureza. Sentia u’a mudança inexplicável em torno de mim, u’a mudança paulatina nas coisas que me rodeavam. O azul bonito que aparecia bordando o círculo horizontal de

⁵⁰ Margarida Maria Dias. Paraíba: “Heroica desde os primórdios”. **Patrimônio e memória**. V.7, N.1, p. 38-53, 2011.

minha visão de criança, que passava a frequentar a escola, ia perdendo a beleza de sua cor, que se ocultava por dentro de um nevoeiro denso e misterioso. Não havia dúvida: o novo ambiente de escola abriu uma outra existência, criando em mim uma **individualidade** diferente, que eu sentia mas que não sabia de onde vinha chegando. (OLIVEIRA, 1948, p. 149, grifo nosso).

Nezinho – como tantas outras crianças do período - teve uma vida curta. O sacerdote relembrou, com certo remorso, a indiferença que sentiu ao saber da morte do amigo: “Uma insensibilidade esquisita e talvez condenável me levou àquele indiferentismo [...]. Morreria o meu melhor amigo e eu recebi a notícia sem reparar no que tinha acontecido.” (OLIVEIRA, 1958, p. 150). Com algum grau de generalização, pode-se dizer que o ser humano só chora a morte daqueles que, de algum modo, lhe são familiares. A indiferença sentida pelo jovem Luís sinaliza o distanciamento não só de Nezinho, mas de todo um modo de vida. É como se a sua existência no Lameiro estivesse sendo sepultada junto ao seu amigo e, em seu íntimo, estivesse se iniciando, entre a “névoa densa”, outro tipo de existência. Os textos em que relembrou a amizade com Nezinho foram escritos com certo tom de culpa. Provavelmente, a morte do amigo ficou gravada, em sua memória, como o momento doloroso em que percebeu que não fazia mais parte do Lameiro e não se identificava mais com os meninos que ali viviam.

É provável que, nos últimos meses em que viveu no Bom-Fim, o jovem Luís tenha sentido sobre si o agravamento da disciplina escolar e religiosa.⁵¹ Bellarmino queria ver seu filho mais novo trilhar o caminho do sacerdócio. Talvez, para o senhor de engenho, o filho caçula era uma espécie de redentor: aquele que finalizaria a *Opus Dei* que o seu irmão, João Nepomuceno, não tinha conseguido terminar. Em 1928, com 12 anos de idade, Luís G. de Oliveira foi matriculado no Seminário Diocesano da Paraíba. Daí em diante, o Lameiro se tornaria, pouco a pouco, uma paisagem distante: um quadro que só seria refeito por palavras e lembranças. O jovem Luís não deixou para trás apenas casas, sítios e pessoas, mas também uma dada maneira de se relacionar com o mundo. Não eram somente os territórios serra-raizenses que ficavam para trás, mas também os seus territórios existenciais. Enfim, naquele momento, a raiz deixou a serra onde havia crescido.

⁵¹ No período em questão, um dos pré-requisitos necessários para entrar no Seminário Diocesano da Paraíba era ter um bom comportamento aos olhos do pároco local. De acordo com Barreto (2009, p. 102), “[...] os candidatos ao sacerdócio deveriam, desde as suas origens, ter a noção da importância familiar e representarem o virtuoso, o correto, o piedoso e o bom, o que se queria era um candidato ao sacerdócio que fosse disciplinado e sem manchas.”. As virtudes citadas deveriam ser atestadas pelo padre da paróquia a qual o candidato pertencia. Nesse sentido, é possível que, nos meses que antecederam a ida de Luís G. de Oliveira ao seminário, o seu pai tenha aumentado ainda mais as exigências disciplinares, cobrando, talvez, a diminuição das brincadeiras cotidianas e o aumento na dedicação aos assuntos da Igreja e da escola. Afinal, o dono do Bom-Fim precisava mostrar ao padre Aprígio que o seu filho mais novo, diferente de João Nepomuceno, estava apto à vida religiosa.

CAPÍTULO 2:

Claustros solitários: os anos de formação no Seminário Diocesano da Paraíba

[...] O espaço das disciplinas é sempre no fundo, celular. Solidão necessária do corpo e da alma, dizia um certo ascetismo: eles devem, ao menos por momentos, defrontar-se a sós com a tentação e talvez com a severidade de Deus.

(Michel Foucault)

2.1 A cidade encantada

Em janeiro de 1928, Bellarmino Augusto de Oliveira e o jovem Luís embarcaram num trem e seguiram viagem em direção à capital do estado. O objetivo da viagem era levar o filho caçula do senhor de engenho de Serra da Raiz ao seu novo lar: o Seminário Nossa Senhora da Conceição. Era um momento especial. A esperança de ver um filho vestido com a batina deve ter se intensificado à medida que o trem se aproximava do destino. O que estava em jogo, porém, não era somente a realização de um sonho. Havia, provavelmente, um cálculo racional e uma boa dose de utilitarismo por trás da decisão de financiar os estudos eclesiásticos de seu filho. Bellarmino desde novo procurou criar laços de amizade junto ao clero paraibano. Esses laços logo se converteram em vantagens (exemplo: o arrendamento do engenho Lameiro). Em contrapartida, Bellarmino utilizou o poder que tinha sobre os indivíduos que trabalhavam em suas propriedades para angariar almas para a Igreja. Assim, o padre Aprígio Espínola, então pároco de Serra da Raiz, aproveitava o vínculo de amizade com Bellarmino para aumentar os índices de sua paróquia através de batizados, eucaristias e casamentos.⁵² Colocar o filho no

⁵² O padre Aprígio Carneiro da Cunha Espinola (1968 – 1948) ficou à frente da paróquia do N. S. do Bom-Fim, em Serra da Raiz, entre a década final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Em 12 de janeiro do ano de 1896, as ruas de Serra da Raiz festejaram a chegada do referido sacerdote acompanhado do então arcebispo da Paraíba, Dom Aauto Aurélio Henrique Miranda. Sobre esse dia, um colaborador (não identificado) do jornal *A união* publicou as seguintes palavras: “Em o percurso de nossa estada, com lisura o digo, vimos muita docilidade aos ensinamentos divinos por parte dos habitantes d’aquella freguezia: então foram celebrados 89 casamentos de pessoas notoriamente amasiadas [...]” (*A União*, 12 fev. 1896). As palavras citadas devem ser lidas levando em consideração o esforço da Igreja católica, na Paraíba, mas também em todo o Brasil, no sentido de ganhar territórios e divulgar seus ensinamentos junto às populações do interior (MICELI, 2009), (SOUSA JUNIOR, 2015). Não foi por acaso que D. Aauto escolheu o padre Aprígio para liderar uma paróquia no interior paraibano. Natural de Mamanguape, oriundo de uma família de posses e com bons contatos junto à mídia paraibana, o padre Aprígio se mostrava o sacerdote ideal para aquele momento de expansão vivenciado pela Igreja. Pode-se dizer que, para os interesses da Igreja, a escolha surtiu os efeitos esperados: as fontes analisadas evidenciam um sacerdote habilidoso no que diz respeito à formação de alianças junto às elites agrárias de Serra da Raiz e que soube fazer uso disso em prol dos interesses da Igreja - e também dos seus.

seminário era, nesta perspectiva, o ápice de uma longa história de interesses e trocas de favores.

Mas não é só isso. Provavelmente, Bellarmino fez uma leitura da sociedade em que vivia e entendeu que a carreira sacerdotal ofereceria certa estabilidade ao futuro do seu filho. O cálculo não deve ter sido tão difícil: gerir uma propriedade rural, pelo menos no contexto analisado, significava uma constante quebra de braço não só com as inevitáveis oscilações dos preços dos produtos comercializados, mas também com as adversidades climáticas. Além disso, Bellarmino deve ter notado muito cedo que o estilo de vida oferecido por ele mesmo aos seus filhos afastava cada vez mais a possibilidade de formar continuadores do seu ofício. Levando tudo isso em conta, a formação clerical parecia um caminho bem mais confiável, visto que o corporativismo da Igreja Católica e a sua inserção na vida social republicana davam certa garantia de que o futuro sacerdote encontraria espaço e oportunidades numa sociedade cada vez mais urbana e liberal. Não por acaso, grande parte dos padres brasileiros cuja formação se deu entre o final do século XIX e início do XX eram filhos das elites agrárias do interior. Para esses, o seminário se tornou um meio de fugir do ambiente rural e obter uma formação intelectual sólida, inclusive com chances de estudar em universidades estrangeiras (MICELI, 2009).

Para o jovem Luís G. de Oliveira, a viagem deve ter sido um misto de emoções e expectativas. Certamente, havia um “quê” de aventura na empreitada, afinal, até então, o filho mais novo de Bellarmino tinha vivido sob os limites territoriais de Serra da Raiz. Mas a euforia de vivenciar uma aventura deve ter sido contrabalanceada pelo medo do futuro. Dali em diante, não estaria mais sob a proteção dos pais. Embora isso pudesse estar associado à liberdade, também significava maiores responsabilidades. De certo modo, mesmo levando em conta a sua pouca idade, Luís G. de Oliveira deve ter percebido que se tratava de um marco em sua vida. Contemplar pelas janelas do trem o movimento das casas e árvores ficando para trás deve ter reforçado ainda mais a sensação de abandono do modo de vida que levava até então. Mas essa consciência de uma ruptura deve ter gerado também a expectativa de coisas novas. É verdade que existia algum apego ao modo de vida que até então havia levado no Lameiro e no engenho Bom-Fim, mas também é inegável que os anos de estudos na escola pública havia - como foi demonstrado no capítulo anterior – gerado, no jovem Luís, certa aversão ao cotidiano do engenho. Pode-se dizer que ele já não se identificava tanto com aquele modo de vida. Assim, a entrada no seminário deve ter adquirido um brilho de novidade.

Após algum tempo de viagem, Bellarmino e o seu filho finalmente chegaram à capital do estado. Se para o primeiro a paisagem urbana não deve ter causado nenhuma surpresa, já que costumava visitar o município da Parahyba, a cidade deve ter se apresentado, para o segundo, com aspecto de metrópole. A historiografia paraibana já demonstrou como o processo de modernização da cidade da Parahyba foi arrastado: lento e de dimensões singelas, sobretudo se tomar como parâmetro o mesmo processo em outras capitais brasileiras. No entanto, para um jovem de doze anos acostumado com a paisagem urbana de uma pequena vila do interior, a capital paraibana do final da década de 20 do século passado deve ter causado espanto e admiração. Havia muitos prédios e eles eram bem maiores do que aqueles que se elevavam às margens das ruas de Serra da Raiz. Além disso, as ruas eram mais largas, a infraestrutura melhor e os automóveis, pouco a pouco, dividiam espaço com os meios de transporte movidos por tração animal.⁵³ Não era o ritmo frenético das grandes metrópoles, mas, inegavelmente, uma nova percepção de tempo perpassava as ruas da capital paraibana. Sobre essas primeiras impressões ao chegar à capital, Luís G. de Oliveira escreveu:

[...]. Tinha chegado do interior, naquele mesmo dia, pelo trem de Guarabira que três vezes na semana, fazia a linha para a Capital. Chegara às dez horas. [...]. Fazia cinco anos que eu tinha vindo à Capital. Tudo me parecia excessivamente grandioso. Uma espécie de **cidade encantada** que meus olhos descobriram, disfarçando o espanto. Olhava os prédios que me pareciam enormes, prestava atenção ao movimento de veículos, deitava um rabo de olho para as pessoas desconhecidas que passavam, e fingia indiferentismo, como se estivesse acostumado com tudo aquilo. [...]. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 1, grifo nosso).

O vai e vem das pessoas que transitavam nas ruas deve ter chamado atenção do jovem Luís. Os modos de vestir, de andar e de se comportar divergiam daqueles com os quais estava acostumado a conviver no engenho. Outra coisa deve ter despertado a sua atenção: na capital, não havia aquele reconhecimento entre as pessoas que se cruzavam nas ruas tal como, ainda hoje, acontece em cidades pequenas. Existe ainda uma série de fatos que, naquele momento, não estavam tão visíveis aos olhos do jovem Luís: um desses diz respeito aos modos de sociabilidades. Lentamente, a modernidade desenhou uma nova dinâmica para a capital. A

⁵³ Sobre essas transformações na capital da Parahyba, Chagas (2004, p. 49) escreveu: “Enquanto ruas foram calçadas, outras foram abertas e alargadas. A manutenção de tais serviços exigiu que muitas residências fossem demolidas e as artérias, outrora desalinhadas, foram ampliadas, pois a cidade moderna pedia passagem. Não demorou e os transportes públicos e os automóveis particulares foram incorporados ao cotidiano da cidade. Símbolo do progresso, eles passaram a ser utilizados pelos políticos, comerciantes e os profissionais liberais residentes na área central.” Para o historiador citado, a modernização da capital paraibana deve ser analisada levando em consideração as suas singularidades, visto que teve que ser adaptada às condições econômicas e sociais do estado. Além de singular, a modernização paraibana foi contraditória: ela mesclou os avanços na infraestrutura da cidade com a manutenção de práticas excludentes caracterizadas pela constante marginalização dos grupos subalternos.

energia elétrica, que aos poucos substituiu as luzes de querosene, estendia a noite e abria um horizonte de possibilidades. Mesmo sob o olhar vigilante do estado, sobretudo quando se tratava de espaços frequentados por pessoas pobres, era possível gozar dos prazeres da carne em algum bordel. Nas tardezinhas, um passeio de bonde ou um encontro com os conhecidos nas praças públicas. Havia, também, a possibilidade de ir ao cinema ou mesmo ao teatro.⁵⁴ Infelizmente, o sorriso da modernidade não brilhava com a mesma intensidade para todos. Enquanto as pessoas dotadas de alguma condição financeira usufruíam as novidades, os mais pobres ficavam às margens do “progresso” (CHAGAS, 2004).

Que se deixe de lado esses atrativos da capital paraibana. Sem dúvidas, Bellarmino estava mais interessado em resolver os assuntos pendentes, deixar o seu filho sob a guarda da Igreja e, finalmente, voltar à Serra da Raiz. O período vespertino daquele dia tinha sido reservado para isso. Um dos assuntos pendentes era a compra de itens que eram exigidos para ingressar no seminário. A lista de itens é relativamente grande e, embora seja possível que Bellarmino já houvesse providenciado boa parte do enxoval, o que ainda faltava deve ter sido o suficiente para ocupá-lo durante o restante da tarde. De acordo com Barreto (2009, p. 105-106), no dia do ingresso no seminário, obrigatoriamente, os candidatos ao sacerdócio deveriam levar consigo: “02 batinas romanas para o ordinário, 01 batina melhor para sair, 02 pescocinhos, 01 barrete, 01 guarda-chuva, 12 voltinhas lisas, 08 camisas, 03 camisas de dormir compridas, 06 ceroulas, 04 calças, 02 sobrepelizes, 03 cobertas [...]”.⁵⁵ A lista não está completa, mas é o suficiente para entender o vestuário que era exigido pela Igreja.

Após as compras dos itens mencionados, restava somente cumprir aquele que era o principal objetivo da viagem. A separação era inevitável. No fim de tarde daquele dia 30 de janeiro 1928, Bellarmino e o seu filho chegaram ao Seminário Diocesano da Paraíba. A arquitetura barroca da Igreja São Francisco, localizada ao lado do seminário, deve ter logo despertado a atenção do jovem Luís, visto que esse estava acostumado com a estética da matriz de Serra da Raiz. Provavelmente, ao entrar no seminário, Bellarmino se dirigiu à sala

⁵⁴ Sobre esses e outros aspectos do processo de modernização na então Parahyba do Norte, ver: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região**: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880 – 1925). (Tese de doutorado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2001. ARAUJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). (Dissertação de mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001. ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. **Urbe vigiada**: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte (1910-1930). Dissertação de mestrado (UFCG), Campina Grande, 2009.

⁵⁵ É importante mencionar que a referida historiadora elaborou essa lista de itens se baseando no estatuto do seminário de Aracaju (1914). A autora defendeu a ideia de que não havia grandes diferenças com relação aos itens que eram cobrados pelo Seminário Diocesano da Paraíba. É possível, porém, que essa lista tenha sofrido alterações com o passar dos anos.

de Francisco Coelho⁵⁶ – então reitor – a fim de fazer os últimos acertos. Não deve ter demorado muito. Referindo-se ao momento em que se despediu de seu pai, o padre Luís escreveu: “Meu pai levantou-se, para sair. [...] Compreendi, em um instante, toda a mudança nas coisas de minha vida. [...] Senti um amargo em todo meu íntimo. Beije a mão de meu pai, despedindo-me do dia, e entrei chorando...” (OLIVEIRA, 1959-1961, p.2). Impossível saber ao certo até que ponto o memorialista paraibano estava, de fato, consciente das mudanças que iriam se processar em sua vida. Acredita-se, porém, que é bem provável que as suas lágrimas tenham realmente caído ao ver o seu pai dando as costas e partindo. Naquele momento, todo o brilho da “cidade encantada” deve ter se apagado.

2.2 A “cidade” sitiada

Toda a liberdade que podia ser sentida ao transitar pelas ruas da capital paraibana se diluía ao entrar no antigo prédio do Seminário Nossa Senhora da Conceição. De repente, emergia um mundo circunscrito, cercado por muros e resguardado por portões pesados. Ali, a modernidade não era bem-vinda. A estética do lugar ainda exalava um pouco da atmosfera quinhentista, visto que o prédio do seminário (convento Santo Antônio), tal como o da Igreja São Francisco, foi construído entre os séculos XVI e XVIII pelos franciscanos. Na marcha dos anos, aquilo que havia sido projetado para ser um convento serviu, também, como baluarte holandês, escola de aprendizes de marinheiro e, finalmente, seminário da arquidiocese da Paraíba no crepúsculo do século XIX.⁵⁷ Antes, porém, de conseguir a liberação do prédio citado, D. Aduino Aurélio Henriques Miranda – então arcebispo da Paraíba - havia instalado o seminário no antigo palacete do Abiahy. (BARRETO, 2009). Pode-se dizer que a criação do seminário diocesano, em 1894, foi o lance inicial do extenso projeto reformista de D. Aduino à frente da diocese paraibana. Tal projeto tinha como norte a formação de uma nova geração de clérigos nos moldes idealizados pela santa Sé.

A criação de um seminário na então Parahyba do Norte não foi um fato isolado. Na verdade, como mostrou Miceli (2009), entre o final do século XIX e início do XX, no Brasil,

⁵⁶ Francisco Coelho de Albuquerque Filho (1879 – 1953) esteve à frente do Seminário Nossa Senhora da Conceição entre os anos de 1925 e 1928. Antes de ocupar o cargo de reitor, o referido sacerdote ocupou outras funções dentro da Igreja, dentre elas: capelão da catedral de Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa-PB, vigário de Pedra Lavrada-PB, pároco de Currais Novos e Vigário de Areia – cidade em que nasceu. Ver: A Cruz, 09 ago. 1953, p.2.

⁵⁷ Sobre a igreja São Francisco e o convento Santo Antônio, ver: OLIVEIRA, C.M. S. Circulação de artífices no Nordeste colonial: Indícios da autoria do forro da Igreja do convento de Santo Antônio da Paraíba. **Revista Fênix**. V.6, N°4, p. 1-20, 2009.

a Igreja católica buscou desesperadamente expandir seus domínios e, por conseguinte, ocupar o máximo possível de territórios. Havia razões para isso. A constituição aprovada em 1891 (logo após o golpe republicano) decretou a liberdade de culto, retirando, dessa forma, a hegemonia da igreja Católica. A liberdade religiosa estava inserida num processo maior de laicização da sociedade brasileira. Nesse processo, um aspecto em especial feria os interesses da igreja: a educação pública laica, isto é, apartada dos princípios dogmáticos do catolicismo ou de qualquer outro tipo de religiosidade.⁵⁸ A educação, indiscutivelmente, era uma ferramenta importante para a Igreja: era uma forma de engendrar as sementes do catolicismo nas almas jovens. Tudo isso que foi mencionado ocasionou o desenvolvimento de uma série de estratégias por parte da Igreja Católica, afinal era preciso reverter os danos provocados por uma conjuntura que, entre outras tantas coisas, favorecia a expansão de crenças concorrentes, tais como o espiritismo kardecista e o protestantismo.

Entre as estratégias adotadas pela Igreja a fim de recuperar os espaços perdidos, encontra-se a criação de dioceses e paróquias, o que possibilitou não somente a expansão institucional, mas também o fortalecimento da Igreja por meio de alianças juntos às oligarquias locais. Consoante a isso, a igreja investiu na criação de jornais de natureza dogmática a fim de combater, no campo ideológico, as crenças consideradas heréticas, tais como o espiritismo, protestantismo e a maçonaria. Vale mencionar ainda uma estratégia que, para Miceli (2009, p. 28.), foi uma das principais cartadas da Igreja: a criação de escolas secundárias. Para esse autor, apesar “[...] das sucessivas reformas do ensino empreendidas ao longo da República [...] e da concorrência crescente das escolas protestantes, o mercado de ensino secundário constituiu a alavanca mais dinâmica e rentável dos empreendimentos eclesiásticos”. Além do retorno financeiro, essas escolas possibilitavam a participação da Igreja no processo formativo dos jovens pertencentes às famílias de posses. Paralelo a isso, a Igreja também investiu na criação de novos seminários. É nesse contexto que se insere a criação da instituição que aqui ocupa um papel central: o Seminário Nossa Senhora da Conceição.

⁵⁸ A respeito do processo de laicização e consolidação da estrutura eclesiástica nas primeiras décadas da primeira República, no contexto paraibano, ver: “**Signal dos tempos**”: modernidade, secularização e laicização na instrução pública da Parahyba do Norte (1897-1902). Dissertação de mestrado (UFPB), Joao Pessoa, 2006. SOUSA JUNIOR, José Pereira. **Estado Laico, Igreja Romanizada na Parahyba republicana**: relações políticas e religiosas (1890 -1930). Tese de doutorado (UFPE), Recife, 2015.

Imagem VIII - Fachada da Igreja São Francisco em Joao Pessoa-PB. Ao lado direito da Igreja é possível ver as paredes do convento Santo Antônio onde funcionou o Seminário Diocesano da Paraíba.



Fonte: WILLEKE, Venâncio. Org. Livros dos guardiões do convento St. ^a Antônio da Paraíba. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. N.16, p. 253-304, 1968.

A foto acima, tal como outras que iremos utilizar ao longo do capítulo, foi tirada na década de 60 do século passado. Existe, portanto, uma distância temporal entre ela e o período em que o jovem Luís estudou no seminário (1928-1938). Deve se levar em consideração, porém, que o prédio em questão sofreu poucas modificações ao longo do século XX.⁵⁹ Na fotografia, é possível ver a porta que dava passagem ao seminário (última do lado direito) e o muro de grandes proporções que acaba tampando boa parte da estrutura do convento (lado direito da Igreja). A impressão é que a Igreja e o muro protegem o seminário dos olhares exteriores. Essa observação não é irrelevante: as paredes que cercam a instituição não têm unicamente a função de inibir a saída dos que estão dentro e a entrada dos que estão fora, mas também de estabelecer uma fronteira simbólica entre o mundo externo e o mundo interno. Fabricava-se, assim, uma espécie de limite entre o espaço profano e aquele que se quer sagrado, fato bastante conveniente para uma instituição que intencionava formar, pelo menos

⁵⁹ Entre os anos de 1861 e 1864, sob o comando do Frei Lourenço da Imaculada Conceição, o convento Santo Antônio por algumas reformas que tinham como objetivo a restauração e a conservação do prédio, sendo essas: reparação da escada e reedificação do telhado da Igreja, além de uma pintura em toda Igreja. As fontes analisadas indicam que, pelo menos até 1928, quando Luís G. de Oliveira foi matriculado no seminário, o prédio não passou por reformas significativas. Ver: WILLEKE, Venâncio. Org. Livros dos guardiões do convento St. ^a Antônio da Paraíba. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. N.16, p. 253-304, 1968.

em tese, uma geração de clérigos santos dedicados unicamente às coisas do alto (BARRETO, 2009).

Para além do seu conteúdo simbólico, o muro também exercia uma função que, para Foucault (2014), constitui-se como uma marca das instituições disciplinares: a criação de um espaço próprio, heterogêneo, “fechado em si mesmo” que se contrapõe ao mundo exterior à medida que é pensado, projetado e organizado de uma maneira que atenda a determinados interesses e favoreça a obtenção de resultados específicos. A configuração espacial do seminário, por exemplo, parecia exercer um primeiro papel na vida dos neófitos: romper com um modo de vida anterior ao ingresso na instituição. Se o seminarista, na sua vida extramuros, experienciava o seu cotidiano em múltiplos espaços (a casa, a escola, ambiente recreativo, Igreja etc), no seminário, tudo estava acoplado numa mesma espacialidade. Ali, no seminário, sem precisar se locomover muito, era possível dormir, alimentar-se, estudar, brincar, festejar e rezar. A instituição se apresentava, portanto, como uma espécie de microcosmo. A entrada no seminário adquiria, nessa perspectiva, um sentido de nascimento para um mundo novo que envolvia toda uma ritualística, constituindo-se como um verdadeiro rito de passagem. No que diz respeito a esse processo, as memórias de Luís chamam atenção para uma coisa em particular, isto é, o uso da batina.

Na terça-feira, 31 de janeiro, o meu prefeito avisou-me de que eu iria tomar batina, no dia seguinte. Falou-me, no salão da noite: “Agora você vai-se confessar, para amanhã tomar batina”. **Recebi a notícia com alegria. Sentia-me encabulado no meio dos outros, com traje paisano. Isto cada vez me singularizava como novato.** Fui levado ao quarto do Mons. Moraes, para fazer minha confissão preparatória para ingressar naquele vestibulo da vida eclesial. O mestre de consciência do seminário me acolheu com muita brandura. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 15, grifo nosso).

Por mais de uma vez, Luís. G. de Oliveira associou as dificuldades dos primeiros dias no seminário ao fato de não estar vestido com a típica indumentária sacerdotal do catolicismo. A ausência da batina revelava, para os de dentro, um fato incômodo: tratava-se de um novato. As roupas “mundanas” pareciam levar, ainda que por pouco tempo, o mundo exterior para dentro da instituição. Nesse sentido, os internos agiam de uma maneira aparentemente paradoxal: buscavam introduzir o recém-chegado ao grupo ao mesmo tempo em que evidenciavam, por meio de brincadeiras e humilhações, o caráter assimétrico da relação entre veteranos e novatos. O novato não era completamente do mundo exterior, visto que estava dentro, mas também não era inteiramente de dentro, pois ainda não havia incorporado o *ethos* do lugar. Levando em consideração esse status híbrido dos novatos, é possível entender o

sentido das chacotas das quais eram alvo: “Um dos seminaristas que me cercavam [...] armou uma cilada ao meu assombramento. Falou bem sério: você sabe que todo novato aqui, na sexta feira santa, tem que engoli uma brasa de fogo bem encarnada?” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 3). A pergunta provocou gargalhadas dos que ali estavam. Luís G. de Oliveira lembra que chorou ao perceber que não havia como revidar uma ofensa que partia de muitos.

Em outra ocasião lembrada pelo padre Luís, um novato recebeu a falsa instrução de transitar em todo ambiente do seminário com as mãos unidas à altura do peito, como se estivesse numa cerimônia solene. Ao entrar no refeitório dessa forma, o jovem foi surpreendido pelas risadas dos colegas. Os exemplos poderiam ser multiplicados, mas esses são suficientes para refletir sobre a questão. Provavelmente, não se tratava simplesmente de uma diversão à custa de alguém menos experiente, assim como não é possível afirmar que somente os novatos eram alvos de brincadeiras e zombaria.⁶⁰ O que parecia está em jogo era, na verdade, a externalização performática de uma relação de poder entre os que ainda representavam o mundo exterior, os novatos, e aqueles que já eram parte integrante do seminário. Nas brincadeiras descritas, é possível perceber a incapacidade de reagir do alvo, resultando em uma submissão involuntária devido às circunstâncias. A reação era neutralizada por uma série de questões: primeiro porque não era uma ofensa de alguém contra outro, mas de um grupo que representava a instituição contra alguém que ainda não fazia parte dela. Além disso, o recém-chegado não tinha a experiência necessária para saber exatamente a quem recorrer e de que forma fazer. Tudo isso devia gerar a sensação de impotência e rebaixamento.

É preciso levar em consideração, no entanto, que esse processo de rejeição não era absoluto nem duradouro. Quer dizer, as gozações eram contrabalanceadas pelas demonstrações de afeto e interesse. Talvez até uma dose de companheirismo. Tudo indica que havia algum esforço, por parte dos veteranos, para se aproximar dos novatos e quebrar o clima desagradável que era gerado pelas brincadeiras. Uma possível explicação para esse tipo de comportamento bipolar é a seguinte: as ofensas e a repulsa, de certo modo, não tinham como objeto específico o rapaz que estava entrando no seminário, mas aquilo que havia entrado junto a ele, isto é, os modos de se comportar. Eram, pois, as sombras do mundo externo, presentes no corpo do recém-chegado, que deveriam ser ridicularizadas, rechaçadas e

⁶⁰ Luís G. de Oliveira, em suas memórias sobre o internato, não silencia sobre o fato de haver arengas e até brigas mais sérias entre os internos no seminário. Essas brigas são descritas como uma extensão das brincadeiras entre os jovens. Em alguns textos, o padre Luís chega a dizer que essas gozações e algazaras tiveram um efeito positivo nos primeiros meses após a sua entrada, pois essas pequenas rupturas na disciplina do lugar acabavam despertando as lembranças de sua vida anterior ao seminário. É provável que esse tipo de discurso tenha sido movido pelo desejo de apresentar ao público uma imagem mais descontraída da instituição.

exorcizadas. Nessa perspectiva, a pressão exercida sobre os novatos não era uma maneira de afastá-los do grupo, mas de acelerar o processo de incorporação dos códigos internos. A mensagem era mais ou menos essa: não basta adentrar na instituição, é preciso carregá-la no corpo. Nada melhor, então, do que começar por aquilo que reveste o corpo. Isso explicaria não só a pressa do jovem Luís em “tomar” a batina, mas também a ritualística que envolvia o ato de vesti-la:

Acordamos às cinco e meia da manhã. 1º de fevereiro de 1928. Começara o mês e ia começar, para mim, uma fase de existência que eu mesmo considerava definitiva. Desci com os outros, para fazer a toailete, Já desci sem paletó. [...]. Quando descemos a escada grande, a mão do prefeito bateu em meu ombro. “Venha para cá”. E eu entrei para a sacristia. Levava a batina e o roquete dobrados no braço. O Mons. Morais ia paramentar-se para dizer a missa. Mandaram que me ajoelhasse no estrado, diante de um Crucificado muito antigo, que ainda hoje se acha no mesmo lugar. O Monsenhor fez a benção da vestimenta eclesiástica, lendo muito compassadamente. Depois levantei-me. Meu prefeito, que estava ali presenciando tudo, mandou que tirasse o paletó. E ajudou-me a vestir a batina e o roquete. Guiei para a capela. [...]. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 15).

Havia alguma coisa de permanente no ato de colocar a batina, era uma espécie de iniciação. Prostrado, o jovem mostrava submissão a algo. Enquanto isso, o sacerdote abençoava a batina como se ali fosse um novo corpo. Por fim, o candidato se despia – expurgando aquilo que ainda representava o mundo exterior – e, finalmente, “tomava” a batina. É interessante notar a maneira pela qual o padre Luís, em suas memórias, narra os momentos posteriores ao rito: “[...]. Sentia-me transformado, mas sentia que era eu mesmo. Compreendia-me uma ovelha trazida de lá fora para cair no meio do rebanho. A pecha de novato diminuía qualquer coisa, com a mudança de traje. [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 16). A mutação, pelo menos naquele momento, não atingia o “eu”: a mudança se voltava, antes, para a representação de si dentro da instituição. Vestir a batina gerava a sensação de pertencimento ao seminário e reforçava a ideia de abandono de uma vida anterior. Com o início da morte dos modos de vida pretéritos, o jovem Luís começou a se sentir integrado ao rebanho. Na prática, o ato de vestir os novatos era tanto um rito de expurgação quanto era de admissão.

“Tomar” a batina era o início de um longo processo de desenraizamento. Não bastava somente mudar as vestimentas, era preciso, aos poucos, cortar todos os elos que uniam o seminarista a sua vida anterior. Sobre isso, Miceli (2009, p.121) escreveu: “Os mais importantes mecanismos de rompimento com os familiares e companheiros de infância [...] são desencadeados ao longo desse período de segregação desde o ingresso no seminário

menor até o instante da ordenação”. Evidentemente, ceifar os laços familiares não era tão simples quanto vestir uma batina, pois para isso havia todo um mecanismo que atuava, interruptamente, no sentido de acelerar esse processo. Primeiro era posto em prática algo que se pode chamar de “dissolução da autoridade dos pais” que funcionava da seguinte forma: antes de entrar no seminário, o jovem tinha sua liberdade constantemente minada pela vontade do pai e/ou da mãe. Essa vontade era arbitrária no sentido de que não se baseava em algum código pré-determinado. Tudo aquilo que era permitido ou não carregava a marca pessoal dos progenitores. Essa marca pessoal era, de certo modo, onipresente, mesmo que as regras fossem eventualmente burladas. Em contrapartida, no seminário, o jovem se dava conta de que o poder de interferir sobre a sua vida era, em grande medida, retirado das mãos dos seus pais.

No seminário, o poder sobre a vida dos internos era distribuído numa grande rede de indivíduos que exerciam diferentes funções. A pessoalidade das decisões era, portanto, diluída. Os mínimos detalhes da vida cotidiana eram regidos por um código de conduta (um regulamento interno). A impossibilidade de sair do seminário e visitar as ruas da capital, por exemplo, não era ocasionada pelo medo da mãe, mas pelas palavras de um documento. Dentro da instituição, não era o orgulho do pai que se convertia em benefícios, nem era a cólera da mãe que se transformava em punição. Assim, a recompensa e a punição perdiam o rosto dos pais. É provável que tudo isso gerasse, nos recém-chegados, a sensação de abandono ou mesmo de insegurança, tal como é possível perceber nas seguintes palavras: “Compreendi que, na iminência de um castigo, ninguém tinha para onde apelar. As fisionomias de nossos superiores não traduziam nenhum amor paterno. Tudo na dura sorte.” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 47). Possivelmente, essa impressão de abandono era potencializada pela dificuldade dos internos de se comunicarem com os seus familiares. Tudo indica que as visitas de parentes não eram frequentes. Para burlar a incomunicabilidade, havia a possibilidade de enviar e receber cartas, porém essa opção esbarrava no medo da censura:

[...] não me atrevia a fazer uma carta para os meus. Nunca me havia exercitado neste gênero de redação. Em nossa escola não se usava fazer qualquer trabalho escrito, em que o aluno pudesse demonstrar o que sentisse. O ditado resolvia esta parte da aprendizagem. **A informação de que o reitor lia todas as cartas dos seminaristas, matou alguma resolução que tivesse, de escrever aos meus, dando notícias que lhes interessavam.** (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 37, grifo nosso).

Nessa parte das memórias do padre Luís G. de Oliveira, duas coisas em particular chamam atenção e uma delas diz respeito ao sentimento de culpa pela falta de comunicação

com os seus pais: “Já fazia bem um mês que eu estava no internato, e nenhuma notícia havia mandado para casa. Estava com vergonha de mim mesmo, de meu silêncio cabuloso” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 37). É possível que a inexperiência dos novatos impossibilitasse uma leitura da instituição em que estavam inseridos, fazendo com que a separação dos familiares, que era uma estratégia orquestrada pelo seminário, provocasse o sentimento de culpa. A outra coisa a ser destacada é a falta de espontaneidade das cartas que eram enviadas pelos internos. Mesmos sem ler o conteúdo das cartas, é possível fazer algumas deduções. Ora, o simples boato de que o reitor lia as cartas era o suficiente para modificar o conteúdo das correspondências. Nem tudo podia ser dito. Era preciso, pois, medir as palavras. Nesse sentido, estava excluída a possibilidade de manter uma comunicação sincera. É possível que, ao escrever uma carta, o seminarista pensasse não só naquilo que poderia desagradar o reitor, mas também naquilo que poderia agradá-lo. Havia, portanto, um jogo de interesses cujas regras se traduziam em palavras polidas e silêncios significativos.⁶¹

Tudo que foi mencionado anteriormente leva a crer que, com o passar do tempo, a relação entre os internos e os seus familiares se tornava cada vez mais abstrata. O contato direto diminuía gradativamente à medida que a instituição ocupava uma função de mediadora entre os de dentro e os de fora. Todo esforço direcionado para o universo afetivo dos internos tinha uma explicação lógica. Durante os primeiros meses dentro da instituição, a saudade dos pais era uma das principais barreiras para a permanência no lugar. Deve-se levar em consideração que muitos internos, tais como Luís G. de Oliveira, tinham sido matriculados com doze anos de idade, sendo, portanto, arrancados do meio familiar justamente em um momento que ainda havia uma forte dependência emocional e afetiva (BARRETO, 2009). Além disso, é possível que muitos não fossem para o seminário por convicção ou desejo próprio, mas para cumprir a vontade dos pais. Tudo isso fazia com que a instituição investisse mais atenção nos recém-chegados, mantendo-os em vigilância constante.

⁶¹ Embora descartada a possibilidade de uma escrita livre e sincera, as cartas escritas pelo padre Luís G. de Oliveira, durante os seus primeiros meses no internato, podem ser pensadas como um germe daquilo que se tornaria uma verdadeira mania durante a sua fase adulta: a escrita de narrativas memorialísticas. É verdade que, possivelmente, as primeiras cartas tivessem um conteúdo utilitário, quer dizer, fossem escritas com a finalidade de pedir alguma coisa aos seus pais, como sugere uma de suas memórias nas quais registra o sucesso de seu primeiro mergulho no gênero epistolar: “Fui bem sucedido. Com poucos chegou o que mandara pedir: merenda e dinheiro” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 38). No entanto, por entre os pedidos, é bem provável que se insinuasse alguma nota sobre o cotidiano ou mesmo sobre os sentimentos experimentados no seminário. A escrita de cartas, como bem mostrou Gomes (2004), constitui-se como uma das práticas de escritas de si e, portanto, integra aquilo que se pode chamar de processo de fabricação identitária. Assim, foi nesse momento específico de sua vida que Luís G. de Oliveira talvez começou a refletir, de forma mais efetiva, sobre os seus próprios sentimentos, sensações e impressões.

Como era de se esperar, esse aparato institucional não conseguia extinguir por completo os danos de uma separação precoce. Nas memórias de Luís G. de Oliveira é possível perceber, sobretudo naquelas que tratam dos primeiros meses no internato, as tensões provocadas pela ruptura familiar. Quase sempre essas tensões se manifestavam a partir da comparação entre o seu estado atual e o modo de vida que levava antes de entrar no seminário: “E eu só pensava em casa. Nas outras noites, àquela hora, muitas vezes eu já estava dormindo, bem tranquilo.”. Em outro momento, o padre Luís escreveu: “Lembrei-me do meu pai: àquela hora devia ir longe. Lembrei-me de casa. Era a mesma hora de eu estar brincando pelo sítio, ou entretido no engenho, vendo movimento da moagem e o povo que chegava e saía” (OLIVEIRA, 1959-1931, p.37). Sem muito esforço, a instituição conseguia controlar a comunicação entre os internos e os seus familiares, porém, quando se tratava de pensamentos e lembranças, o controle tornava-se bem mais difícil. A questão se tornava ainda mais complexa quando esses pensamentos se convertiam em práticas de subversão. Pode-se visualizar isso em um caso mencionado por Luís G. de Oliveira:

Gilberto Cavalcante viera de Campina Grande. Matriculou-se no curso de admissão. Tipo singular de candidato ao sacerdócio. Muito bem comportado e estudioso, mas só vivia falando em voltar para casa. Todo o mundo desejava que ele se acostumasse, deixando aquela mania que nos parecia sem fundamento. Os prefeitos sempre estavam a animá-lo, procurando adivinhar os obstáculos secretos daquela vocação envolta em mistérios, para destruí-los com habilidade. Mas a conversa era sempre a mesma. Os professores gostavam de Gilberto, porque era um aluno diligente e pronto nas respostas da lição. E procuravam ajudar os prefeitos, no trabalho de afugentar o demônio encarregado de manter aquela mania incompreensível. E não houve meio que desse resultado. **O menino terminou fugindo, na hora do café. Botou o pão no bolso e azulou, até hoje. Enganou o prefeito, dizendo que ia ao dormitório, fazer qualquer coisa. E tomou o trem das sete, que o levou, definitivamente, para o meio dos seus.** (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 29, grifo nosso).

Na perspectiva adotada pelo memorialista, Gilberto Cavalcante se enquadrava naquilo que a instituição tinha como modelo de bom seminarista: “comportado” (leia-se obediente) e “estudioso”. O desejo de sair do seminário, algo que poderia ser facilmente encarado como subversão, reveste-se de tentação. Em outros termos, a vontade de abandonar a instituição não era natural do jovem, mas produto de uma força externa, misteriosa e demoníaca. Para exorcizar essa força maligna, unia-se a força de “prefeitos” (seminaristas que colaboravam com a administração da instituição), professores e colegas. Nesse sentido, não era um conflito entre o modelo autoritário da instituição e um jovem recém-chegado, mas entre o bem e o mal. O novato era tão vítima quanto o seminário, ambos atacados por uma força nociva. De certo modo, o jovem era um pouco culpado, mas não por ser subversivo e sim por ter dado

ouvidos a essa força externa que queria persuadi-lo a abandonar o seu destino. No fim, Gilberto Cavalcante burlou a segurança do seminário e fugiu em direção ao seu antigo lar. Fica, assim, uma questão: por que o padre Luís G. de Oliveira optou por essa maneira específica de narrar os fatos?

Para responder ao questionamento anterior, é preciso levar em consideração dois pontos: ao escrever sobre o passado, o memorialista não se diferencia tanto do autor de ficção a não ser pelo fato de que o primeiro constrói a sua narrativa tomando como pressuposto um conjunto de “fatos” que são considerados verdadeiros, ou seja, que supostamente tiveram uma existência empírica em algum momento. Ambos, porém, fccionam a realidade, isto é, atribuem determinados sentidos e significados ao real. Nesse sentido, tomar a narração de um fato como verdade, sem refletir sobre as relações de poder que influíram na criação da narrativa é, sem dúvidas, uma atitude ingênua ou pretenciosa. O segundo ponto a ser destacado é: no período em que Luís G. de Oliveira escreveu as suas *memórias do internato*, ele ocupava uma função estratégica na estrutura eclesiástica paraibana, visto que dirigia o jornal *A Imprensa*. Desse modo, seria ilógico, no mínimo, acreditar que a escrita dessas memórias foi movida somente pelo desejo de registrar e publicitar uma experiência individual. Na verdade, é provável que essas memórias fossem um tipo de propaganda que tinha como público alvo as famílias paraibanas, recinto de onde poderia sair novos “filhos” da Igreja.

Ao transformar um ato de subversão em uma luta moral entre o bem e o mal, o padre Luís tentou eufemizar um fato que parece mais ou menos óbvio: os primeiros meses dos internos eram marcados por uma constante violência simbólica que atingia aqueles que eram jogados muito novos no seminário.⁶² Obliterando da fuga do seminarista toda a sua carga de rebeldia, Luís G. de Oliveira transmitiu a seguinte mensagem: posicionar-se contra a disciplina da instituição não era um ato de coragem, mas de fraqueza. Fugir não denotava astúcia e sim lerdeza. Dessa forma, operou-se uma inversão. Aquilo que significava a derrota do seminário, tornou-se uma derrota do seminarista. Assim, a instituição se mantinha ileso e vitoriosa. Nas memórias que tratam de seus primeiros meses na instituição, o padre Luís se esforçou para fazer do seminário uma espécie de “cidade” sitiada, inabalável - protegida por

⁶² Não cabe dizer se essa violência simbólica que tinha como objeto os novatos era proposital ou não. O fato é que, de acordo com Goffman (1974, p.13), esse processo de mortificação do novato se constitui como uma prática bastante comum naquilo que ele chamou de *instituições totais*: “O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu.”

dentro e cercada por fora. Uma cidade que cobrava de seus novos habitantes um imposto: para permanecer dentro dela, era preciso aniquilar um pouco de si. Essa diminuição da própria individualidade não era um simples indício de vocação, mas um sinal de que o interno estava disposto a se prostrar diante do mecanismo de controle que operava no interior do seminário.

2.3 A “cidade” controlada

Até aqui, o foco estava nas rupturas acontecidas na vida daqueles que eram matriculados no seminário. A partir de agora, a análise destacará as táticas de controle e coerção permanentes exercidas sobre os internos, buscando, dia após dia, fabricar aquilo que Foucault (2014) chamou de *corpos dóceis*. Para empreender essa análise, mergulhar-se-á nos detalhes aparentemente insignificantes que faziam parte do cotidiano do seminário, isto é, os horários, os olhares, as formas de andar e as relações entre os internos. Ao se deter sobre as formas de controle, será mudada, também, a maneira como até então se pensava o espaço do seminário. Não interessa mais o simbolismo e a utilidade do cercamento ou do enclausuramento. De agora em diante, a análise será sobre a maneira pela qual o mecanismo disciplinar repartiu o espaço interno, tornando-o um *espaço útil*. Como bem mostrou Foucault (2014, p.140), “o espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir.”. Na prática, isso significa que não bastava amontoar uma série de indivíduos em um espaço fechado: era preciso quadricular esse espaço, construindo subdivisões e estabelecendo o lugar que cada um deveria ocupar no interior da instituição. Assim, o mecanismo de controle, ao invés de atuar sobre as massas, mirava nos indivíduos em particular.

No seminário, tudo devia estar em seu lugar. Talvez isso também explique o desconforto dos novatos, visto que, embora eles estivessem dentro do seminário, ainda não ocupavam um lugar específico no interior da instituição. Esse status de “desbloqueado” ofuscava, temporariamente, o mecanismo de controle do seminário, tendo em vista que, para melhor controlar, era preciso conhecer, classificar, qualificar e, finalmente, encaixar o novato numa série adequada. Por isso, era tão urgente realizar uma avaliação inicial. Sobre essa avaliação, Luís G. de Oliveira escreveu: “Levaram-me para a classe do primeiro ano. O professor ia fazer-me umas perguntas, para medir o grau de meus conhecimentos iniciais. Para ver qual a minha posição em novo setor de vida que eu escolhera” (OLIVEIRA, 1959-1961,

p. 11). No fim, o jovem Luís foi colocado na “terceira classe”. Para cada classe, havia um programa de estudos específico adaptado às necessidades dos discentes. O objetivo principal era prepará-los para o exame de admissão, porta de entrada para o ginásio. Nessa fase de preparo, o único critério de agrupamento era o grau de evolução nas matérias estudadas. Era comum, portanto, que jovens de idades destoantes estudassem na mesma sala.

Após ser aprovado no exame de admissão, o seminarista entrava para o curso *preparatório* que durava quatro anos. Havia ainda o curso *filosófico* (dois anos) e o teológico (quatro anos). Assim, a formação sacerdotal se tornava uma espécie de escadaria: cada degrau representava a evolução intelectual e espiritual do seminarista. Essa compartimentação da formação intelectual, sem dúvidas, ajudava a direção do seminário a acompanhar a evolução de cada um dos internos. A partir das notas dos exames e do desempenho geral de cada aluno era possível, por exemplo, listar aqueles que se sobressaiam em uma determinada área do saber. No entanto, em termos de controle geral sobre os indivíduos, esse tipo de “seriação” pouco ajudava porque, embora dentro da sala de aula se agrupasse somente aqueles que, teoricamente, compartilhavam um grau próximo de desenvolvimento, fora dela nada inibia a mistura indiscriminada de jovens com idades e aptidões diferentes. Estava aí o inferno de uma instituição de natureza disciplinar, visto que o controle sobre os indivíduos se tornava mais difícil à medida que esses estavam inseridos em grupos heterogêneos e aleatórios. Além disso, esses grupos poderiam atingir grandes dimensões, fato que, eventualmente, poderia contribuir para a organização de alguma ação coletiva que, de alguma forma, contrariasse a ordem estabelecida.

Sendo assim, a formação de grupos a partir do critério de aptidões não era o suficiente. Era preciso decompor ainda mais. Nesse sentido, o seminário, pelo menos no período em que Luís G. de Oliveira estudou, repartia os internos em quatro divisões: a dos pequenos, a dos médios e a dos filósofos e a dos teólogos. Agora, o critério não era mais o grau de conhecimento e sim a idade e o porte físico. Tudo indica que as *divisões* se alimentavam em mesas diferentes, brincavam em espaços distintos e dormiam separadamente. Além disso, jovens de divisões diferentes não podiam manter qualquer tipo de relação informal, como sugere as palavras do padre Luís: “Havia proibição rigorosa de os alunos de uma divisão se comunicarem com a outra.” (OLIVEIRA, 1959 – 1961, p. 35). É possível que, em algumas situações específicas, essa regra fosse quebrada pelos internos, mas tudo indica que, de uma maneira geral, era muito difícil estabelecer uma relação de maior proximidade com jovens de outras divisões. Essa dificuldade não era produto somente da vigilância e da possibilidade de ser punido, mas também de uma luta simbólica que, em alguns casos, materializava-se em

forma de rancor. Em uma de suas memórias, Luís G. de Oliveira relembrou a seguinte situação:

Vinha passando Joaquim de Assis, que já estava no curso de filosofia e era nosso professor de matemática. Esperamos que falasse com a gente. Mas cortou caminho e nos olhou com indiferentismo, observando a mesma proibição de se comunicarem com seminaristas de divisões diferentes. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 39).

Em seguida, o padre Luís escreveu:

À nossa compreensão de crianças chegou o motivo daquela esquiva que não esperávamos. A posição, as mais das vezes, fazem os homens importantes e ciosos de sua dignidade. Todos éramos seminaristas, mas nós dois não passávamos de pobres novatos, do curso primário, que facilmente se misturariam com as frações ordinárias da humanidade. Ao passo que o nosso professor já vivia frequentando os jardins da Academia ateniense, e não ia perder tempo em dispensar dois minutos de atenção a duas criaturas perdidas na mesma insignificância do tamanho e condição. Era natural, de alguma maneira, que ele olhasse e passasse [...]. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 39)

Percebe-se que, a princípio, a indiferença do seminarista mais velho é interpretada como uma consequência direta das restrições que havia no tocante às relações inter-divisões. Logo adiante, porém, essa mesma indiferença passa a ser percebida como produto de uma relação assimétrica entre os jovens da divisão dos pequenos (ainda encostados às “frações ordinárias da humanidade”) e aqueles que já estavam no curso de filosofia (mais próximos ao sacerdócio). Essa leitura dos fatos não parece ter se originado no calor do momento, como sugere o texto. Na verdade, é bem provável que a relação semântica estabelecida entre a divisão dos pequenos e os leigos, assim como entre os alunos do curso de filosofia e os “jardins da academia ateniense”, tenha se originado no momento em que Luís G. de Oliveira, adulto, refletiu sobre o seu passado a fim de escrever as suas memórias. No entanto, também parece plausível acreditar que o fato de não ter recebido a atenção que julgava merecer tenha gerado o sentimento de inferioridade.

Para entender esse sentimento, é preciso levar em consideração a construção simbólica das hierarquias entre as divisões. Um episódio aparentemente banal ilustra essa construção: na semana santa de 1928, todo o seminário se dirigiu à catedral a fim de assistir à missa que iria ser ministrada pelo então arcebispo. Evidentemente, na condição de seminaristas, os jovens não estavam indo só assistir, mas também auxiliar na realização da cerimônia. O padre Luís ficou especialmente encantado com a ocasião: D. Adauto, pomposamente vestido e sentado

em “seu trono”, a igreja lotada de féis e o sino ressoando pelos ares da capital. Para além de tudo isso, um pequeno detalhe deve ter causado um grande impacto no jovem Luís. No momento da comunhão, “o seminário foi o primeiro a se aproximar do banquete eucarístico, na ordem das divisões, começando pelos teólogos mais adiantados. Terminou pelos menores que sentíamos a preferência sobre todo o povão que encha a catedral” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 42). Dessa forma, a hierarquia entre as divisões se tornava tão evidente que parecia natural. Os seminaristas maiores tinham preferência na hora de comungar simplesmente porque estavam mais íntimos da divindade e, por essa mesma razão, os seminaristas menores comungavam antes do “povão”. Não havia razão para refletir sobre algo que parecia tão óbvio e era justamente nessa ilusão de naturalidade que estava toda a força das táticas detalhistas colocadas em prática pela maquinaria disciplinar do seminário.

A hierarquia entre as divisões não se tornava visível somente no momento da eucaristia, ela também se manifestava a partir das festas organizadas pelos internos. No seminário, cada divisão tinha um patrono: o da divisão dos *pequenos* era São João Bechmans, o dos *médios* era São Luiz Gonzaga, o dos *filósofos* era São Tomaz de Aquino e, por fim, o dos *teólogos* era Nossa Senhora da Conceição (BARRETO, 2009). Para cada um desses patronos, havia um dia de festividades. Nesses dias, a rotina do seminário se alterava: as aulas eram interrompidas, o horário dos recreios era estendido e, além disso, havia uma programação que incluía missas solenes, debates filosóficos, discursos, entre outras coisas. Nas memórias do padre Luís, essas festas aparecem como um contraponto à rígida disciplina do seminário. É possível perceber também a ideia de que, nesses dias festivos, havia certo relaxamento na hierarquia da instituição. No entanto, no mesmo trecho em que tenta transmitir a ideia de nivelamento, o padre Luís acaba mostrando, de forma sutil, a diferenciação que havia entre as divisões: “mas a grande festa era a dos teólogos, do dia 15. A nossa era apenas uma preparação. Três dias de feriado era o bastante para mudar a atmosfera de disciplina rígida do seminário. Até os superiores mudavam, parando nas divisões, a conversar com a gente. [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 67).

Era nas festas, no cotidiano e nas solenidades que se construía, pouco a pouco, o muro hierárquico entre as divisões. Havia um motivo para essa construção. No âmbito dos interesses do seminário, as divisões cumpriam um papel muito importante, já que esses pequenos agrupamentos tornavam mais fácil o controle sobre os indivíduos. A consciência dos graus hierárquicos favorecia a invenção de fronteiras entre as divisões, dificultando, assim, a cooperação entre vários internos. É verdade que o desnivelamento podia causar rancor ou sentimento de revolta, mas, partindo da experiência específica do padre Luís, pode-

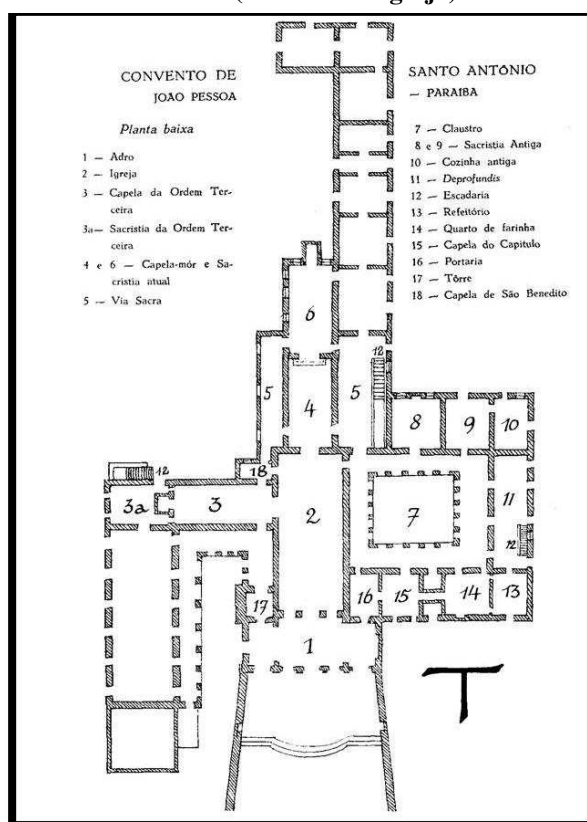
se dizer que a revolta se dirigia mais à condição atual em que estava o seminarista do que propriamente à instituição ou às divisões maiores. Isso significa que, provavelmente, quando o jovem Luís sentiu a indiferença do teólogo Joaquim de Assis, ele não interpretou o fato como uma injustiça ocasionada pela organização do seminário, mas simplesmente como algo natural, embora doloroso, visto que a sua posição no interior da instituição não lhe dava o prestígio suficiente para receber a atenção desejada. Assim, era preciso estudar mais e se comportar melhor para que, no futuro, estivesse na mesma posição daquele que o havia ignorado.

A divisão dos internos em grupos era um procedimento elementar. Na verdade, essas divisões só se tornavam de fato úteis ao mecanismo disciplinar do seminário quando operavam seguindo uma série de preceitos reguladores. Um desses preceitos está relacionado às posições de cada indivíduo no espaço interno da instituição. Não bastava, portanto, encaixar o novato em uma determinada *série* e em uma dada *divisão*. Era preciso, também, regradar a movimentação interna dos indivíduos e dos grupos. No seminário, havia uma clara tentativa de barrar as movimentações aleatórias ou movimentos desordenados. Na maioria das vezes, a circulação dos internos se dava em filas. Essas, segundo o padre Luís, eram organizadas levando em consideração o tamanho de cada seminarista: “[...] A minha divisão formou, de dois em dois, justamente como fazíamos na aula pública da minha terra. A forma obedecia à ordem dos tamanhos, começando pelos pequenos” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 4). Essa maneira de se locomover impedia, ou pelo menos desestimulava, a dispersão dos seminaristas. Além de inibir a dispersão, o movimento das filas impossibilitava uma pausa ou mesmo uma conversa mais demorada.

A organização do espaço interno do seminário devia atender ao princípio que se pode chamar de “movimentação útil”. No entanto, como já foi dito, o prédio onde funcionava o Seminário Diocesano da Paraíba havia sido originalmente projetado para abrigar monges franciscanos. Era preciso, portanto, reconfigurar o espaço arquitetônico: não propriamente por meio de reformas estruturais, mas pela atribuição de novos significados e, também, a partir da normatização de práticas cotidianas. A imagem posicionada abaixo do presente parágrafo ajuda a visualizar a organização do espaço interno do seminário. Nela, pode-se ver a planta arquitetônica referente ao primeiro pavimento do convento Santo Antônio, bem como os objetivos funcionais de cada parte do prédio. Nota-se um modelo arquitetônico que, de uma maneira geral, está bem próximo daquilo que foi adotado em outros conventos franciscanos erguidos em solo brasileiro, especialmente naqueles construídos no território que hoje se chama Nordeste. Em síntese, o prédio conventual se organizava ao redor de um claustro e se

posicionava ao lado esquerdo da Igreja. No primeiro pavimento ficava a portaria, o claustro, a cozinha, o refeitório e a sacristia; no segundo, ficava a biblioteca e as celas individuais (BOURDETTE, 2013).

Imagem IX - Planta baixa do convento do Santo Antônio (Incluindo a Igreja).

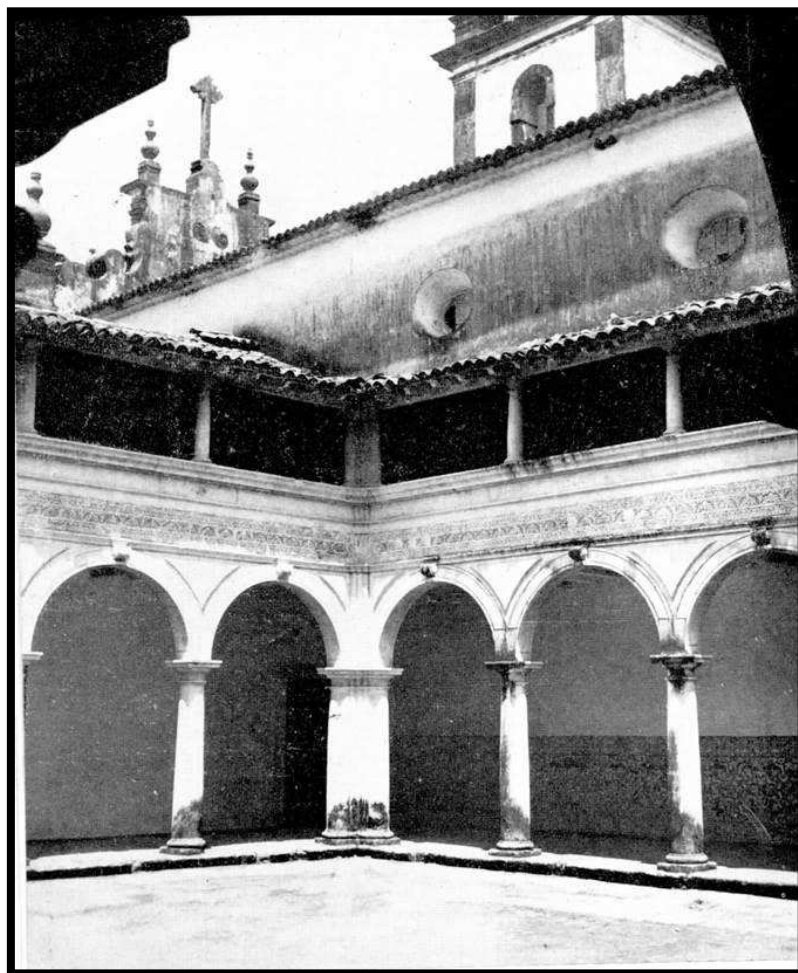


Fonte: WILLEKE, Venâncio. Org. Livros dos guardiões do convento St.^a Antônio da Paraíba. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. N.16, p. 253-304, 1968.

A partir de 1894, quando o seminário diocesano passou a funcionar no referido prédio, a organização espacial descrita anteriormente sofreu algumas modificações. De acordo com os estudos de Barreto (2009) e com as narrativas memorialísticas do padre Luís G. de Oliveira (1959-1961), o espaço funcional do seminário se dividia da seguinte maneira: no pavimento inferior localizava-se a cozinha, refeitório, sala de visitas, salas de aula e banheiro e no pavimento superior ficava o salão de estudos e os dormitórios. Olhando superficialmente, as mudanças não impressionam. No entanto, uma análise das práticas cotidianas possibilita apreender as reais dimensões das mutações sofridas pelo espaço. Antes, porém, é preciso

levar em conta uma coisa mais ou menos óbvia: os objetivos de um convento e de um seminário são diferentes. O convento é uma espécie de abrigo espiritual para aqueles que desejam se afastar do “mundo” e se aproximar das “coisas do alto”. O seminário, por sua vez, objetiva fabricar indivíduos aptos ao exercício do sacerdócio e capazes de executar diferentes funções no interior da estrutura administrativa da Igreja Católica. Assim, para os propósitos seminário, importava mais um espaço que possibilitasse um maior controle sobre os internos do que propriamente um espaço de fuga adaptado às necessidades de uma vida contemplativa.

Imagem X - O claustro do convento Santo Antônio em Joao Pessoa-PB.



Fonte: WILLEKE, Venâncio. Org. Livros dos guardiões do convento St.ª Antônio da Paraíba. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. N.16, p. 253-304, 1968.

Para melhor entender a maneira como os propósitos do seminário se convertiam em práticas e essas reconfiguravam os espaços, será analisado o caso específico dos claustros. A referida palavra deriva do latim *Clasutrum* (lugar fechado) e geralmente serve para designar

espaços religiosos, tais como conventos e mosteiros. Em termos arquitetônicos, claustro se refere a um pátio aberto rodeado por arcadas, colunas e corredores cobertos. De acordo com Carvalho (2005, p. 11), o espaço claustral “[...] deve ter nascido das necessidades funcionais espirituais exigidas pela vida religiosa comum. Além de facilitar o acesso às diferentes dependências do mosteiro, o claustro constituía lugar propício à oração [...]”. De um modo geral, pode-se dizer que o valor do claustro, no interior de uma instituição religiosa, está mais ligado às necessidades espirituais do que propriamente ao seu valor utilitário. Ali, rodeado pelo desenho harmônico das arcadas e tendo acima de si o céu aberto, o monge encontraria o espaço propício à reflexão espiritual.

Em contraste com aquilo que foi dito anteriormente nas memórias do padre Luís G. de Oliveira, o claustro ocupa, no máximo, um papel de coadjuvante. Em nenhum momento, o espaço é associado às questões espirituais ou mesmo a alguma prática de natureza reflexiva. O mais próximo que chega disso é quando o padre Luís relembra a punição sofrida por dois colegas que tinham tirado notas baixas: o reitor teria cortado o recreio de ambos e os mandado passar algum tempo no Claustro do seminário. Porém, nesse caso, o claustro aparece mais como espaço de punição do que propriamente como um lugar para refletir sobre as próprias atitudes. Levando em consideração as fontes disponíveis, parece válido afirmar que o claustro do seminário em que Luís G. de Oliveira estudou servia mais ao aparato de controle da instituição do que aos propósitos espirituais dos internos. A arquitetura colaborava, pois aquele que estivesse no centro do claustro poderia ser observado por todos aqueles que estivessem nos corredores do seminário. A ausência de teto e o conseqüente maior alcance de luz natural tornava o espaço ainda mais propício à vigilância. Dessa forma, não impressiona o fato de que a menção ao claustro mais significativa, nas memórias do padre Luís, esteja inserida num contexto de avaliação:

Às sete e meia, a campá tocava e os que tinham exame marcado para aquela hora, saíam com as bancas para o claustro, onde se procederia à prova escolar. Os restantes ficavam no salão, ouvindo a voz do mestre, ditando os quesitos do ponto sorteado. O silêncio geral era apenas interrompido pelos sapatos do professor, percutindo o assoalho. Olhávamos pelo buraco da fechadura, e todos debruçados sobre o papel, davam a impressão de que ali não existia viva alma. **Foi a coisa mais séria, que talvez eu vi no seminário, no meu primeiro ano de internato – uma prova escrita no claustro.** (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 74, grifo nosso).

A razão do silêncio evocado pelo padre Luís parece mais ou menos óbvia: ora, sob a luz do sol, o claustro possibilitava aos professores uma vigilância constante sobre aqueles que estavam sendo avaliados. O menor movimento podia ser detectado e, no silêncio do momento,

qualquer ruído devia soar como um badalo. O fato é que, aos poucos, a organização do seminário fez do claustro um espaço de teste, de exame, de avaliação e de monitoramento. Certamente, tudo isso tinha um efeito coercivo sobre os internos, mas é preciso levar em consideração que o momento do exame lembrado pelo padre Luís como “a coisa mais séria” do seu primeiro ano na instituição era somente a teatralização de um fenômeno que, na verdade, estava presente no cotidiano do seminário. Dito de outra forma, o exame final e toda a ostentação pitoresca do domínio sobre os corpos dos internos – o silêncio absoluto, a luz sobre os corpos, o constrangimento do olhar “total” dos avaliadores - era só uma espécie de síntese ideal da vigilância que acompanhava cotidianamente os seminaristas. No dia a dia da instituição, essa vigilância se dava de maneira bem mais sutil.

O insight Foucaultiano parece especialmente relevante para a análise: “[...] se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 174). Nesse sentido, o teatro ostensivo dos exames do seminário excluía uma característica importante do aparato de controle da instituição: a vigilância se dava a partir de uma relação multidirecional. O seminário não era uma versão maior do claustro, nem tampouco o seu espaço era iluminado continuamente pela luz do alto. Havia zonas opacas, sombrias, ideais para práticas consideradas inadequadas. A vida ali não era uma luta de opressores contra oprimidos nem a amplificação dos exames finais em que os internos assumiam o papel de réus e os superiores hierárquicos se vestiam de juízes. Na verdade, as memórias analisadas indicam a existência de um poder de controle que era exercido continuamente tanto pelos internos quanto pelos professores e demais funcionários. Em tal contexto, é necessário escantear um pouco os momentos em que a tecnologia disciplinar se insinuava descaradamente e adentrar no recinto das práticas cotidianas. Nesse recinto, o olhar e a fofoca ocupavam um lugar especial.

Antes, porém, é preciso esclarecer uma coisa. A afirmação anterior de que o poder de controle perpassava as múltiplas instâncias do seminário não implica dizer que inexistia, no interior da instituição, um modelo piramidal de hierarquia. Nada seria mais errôneo, visto que o respeito hierárquico é um dos fundamentos da Igreja Católica. No seminário, o topo da pirâmide hierárquica era ocupado pelo reitor. Os reitores cuidavam do aparato administrativo da instituição e eram escolhidos com base não só nas competências individuais, mas também no grau de confiança depositado pelo arcebispo paraibano. O reitor era assessorado pelo vice-reitor. Descendo pela pirâmide, encontra-se o diretor espiritual cuja função se baseava no acompanhamento das trajetórias espirituais dos internos. Os professores, por sua vez, ficavam

incumbidos de ensinar uma dada disciplina e avaliar a evolução intelectual dos seminaristas. Por fim, havia as funções de prefeito e vice-prefeito, sendo ambas ocupadas por seminaristas que tinham uma boa relação com administração do seminário (BARRETO, 2009). Os prefeitos ocupavam uma posição estratégica, visto que acompanhavam de perto o comportamento dos colegas e conseguiam, desse modo, detectar desvios que certamente passariam despercebidos pelo reitor e até mesmo pelos professores.

Mesmo transitando por toda essa estrutura hierárquica, o poder de controle que agia continuamente dentro da instituição se originava (ou pelos ganhava vitalidade) nas relações travadas pelos internos, independentemente de suas posições. Nesse sentido, um trecho em particular das memórias de Luís G. de Oliveira parece bastante elucidativo: “Eu conheci o Josias somente de vista. Era da divisão dos médios [...] Josias era um tipo bem desenvolvido fisicamente, e meio agalegado. Usava uma cabeleira muito bem tratada. E esta vaidade nos fazia desconfiar muito de sua vocação.” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 48). O pronome oblíquo usado no plural sugere que não se tratava de um julgamento pessoal, mas de uma opinião que era partilhada entre vários internos. Evidentemente, isso pode ter sido feito propositalmente com a finalidade de se livrar do peso de ter emitido um julgamento sobre um colega. É como se a coletividade agregasse legitimidade para uma opinião que, de outra forma, pareceria maliciosa. Por entre as palavras citadas, insinua-se um questionamento: o que significava todo aquele cuidado com cabelo? Em outro momento, o padre Luís escreveu:

As férias nos deram tempo para apreciar as possibilidades de vocação de alguns colegas. Às vezes, na casa do nosso vigário, ficávamos a conversar sobre este assunto, emitindo-nos opiniões que nos pareciam sinceras. Falamos sobre Carlos Moreira e todos fomos do mesmo parecer a respeito dos pontos negativos de um chamamento para o serviço divino. Carlos não tinha inteligência suficiente para levar os estudos. Fazia dois anos que estava no curso de admissão, e certamente no exame final de novembro não estaria em condições de passar para o primeiro ano ginásial. Além de atrasado não se preocupava com os estudos. Só pensava em jogo. E gostava de arrotar valentia. Estava claro que ele não iria muito adiante. O pai vivia gastando dinheiro inútil. Porque o Moreira, na realidade, não daria para nada que dependesse de conhecimento dos livros. E nos vinha à boca a frase costumeira com que se sentenciava o destino dos que não queriam estudar: – plantar batata. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 61).

O uso da palavra “parecer” é bastante sugestivo. A opinião de cada seminarista se revestia de um caráter técnico, baseando-se em supostas evidências. A falta de vocação, desta vez, não estava relacionada à vaidade e sim à ausência de capacidade intelectual. A afirmação se sustentava nas observações cotidianas. O desempenho do aluno nas provas, o seu interesse por jogos e a sua pouca disciplina para os estudos. Em outros trechos de suas memórias, o

padre Luís multiplica os exemplos de avaliações realizadas pelos próprios internos. Os critérios eram vários: o jeito de andar, de interagir, de se comunicar, enfim, toda ação no interior do seminário podia ser lida como indício de vocação ou de ausência dela. Dessa forma, o olhar avaliador deixava de ser privilégio dos professores e passava a ser uma característica de todos os internos. A vigilância, portanto, descentralizava-se e assim se tornava quase onipresente. Todo colega de quarto era um informante em potencial. Certamente, era mais simples driblar a vigilância dos superiores hierárquicos do que aquela que transcorria silenciosamente pelos corredores, quartos e banheiros. A fofoca entre os seminaristas amplificava os julgamentos pessoais, criando uma verdadeira rede de informações partilhadas no interior da instituição.

A instituição se beneficiava desse clima de vigilância generalizada. Mais do que se beneficiar, ela criava as condições adequadas para tal sistema de controle. Havia uma tentativa constante de inserir, ainda que indiretamente, os seminaristas no processo avaliativo dos colegas. O padre Luís cita, por exemplo, a leitura das notas dos alunos em público. Referindo-se a um de seus professores, ele escreveu: “Sempre chamava os alunos à lição, e punha as notas na caderneta, para serem lidas no refeitório, à hora do jantar. Não tinha condescendência com aluno preguiçoso ou descuidado. Ainda me lembro de quando o campista leu meu zero [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 19). A escolha do horário não era aleatória. No momento da janta, todas as divisões estavam presentes no refeitório. Desse modo, pelo menos durante algum tempo, o refeitório se transformava em uma grande vitrine onde se podia visualizar o desenvolvimento, a estagnação ou o declínio de cada um dos seminaristas. Produzia-se, ali, a matéria-prima de muitas conversas, opiniões e “pareceres”. A leitura das notas em público era só a conclusão de um processo maior. O constrangimento causado pela leitura de uma nota zero em voz alta tinha um efeito relativamente curto sobre o interno, principalmente se comparado aos exames orais em público:

Na segunda metade de novembro começaram os exames orais. **Estes eram mais pavorosos, porque se realizaram sob a presidência do reitor, à vista de todos os seminaristas.** Colocavam os bancos em fila, de cada lado do salão de exames, e ali nos sentávamos, prestando atenção às respostas do que havia sido chamado à banca examinadora. Quando o erro era pesado, a risada enchia todo o recinto perturbando o sistema nervoso do que o havia cometido. (OLIVEIRA, 1958-1961, p. 76, grifo nosso).

Os exames orais operavam em dois fronts: por um lado, estavam os superiores hierárquicos com o poder de decidir se as respostas foram satisfatórias ou não e, por outro, havia os colegas dispostos a gargalhar diante dos erros do colega. Uma pergunta bem

respondida certamente provocaria uma boa impressão no reitor, nos professores e nos colegas seminaristas, porém, uma resposta que ganhasse uma tonalidade cômica, naquele contexto, poderia ressoar no interior da instituição durante um longo período de tempo. O exame oral, desse modo, não era somente uma forma de provar aos professores que se tinha inculcado certo número de conhecimentos necessários para a aprovação uma determinada disciplina, mas também uma ocasião na qual estava em jogo a reputação do seminarista, isto é, a imagem dele dentro da instituição. Também é preciso levar em conta que a tensão provocada pelo exame oral não atingia somente o aluno que estava sendo avaliado, mas também aqueles que estavam assistindo, afinal, mais cedo mais tarde, seriam eles que estariam na berlinda. De certo modo, essa tensão do público explica um pouco as explosões de risadas que poderiam acontecer quando os examinados cometiam um erro: era, talvez, uma forma de aliviar a pressão que recaía sobre cada um que estava ali presente.

Ao abordar a questão da coerção excedida pelos próprios internos, no entanto, é preciso evitar uma visão unidirecional. As relações de poder e de controle entre os internos nem sempre resultavam em saldo positivo para instituição – pelo menos é isso que sugere as memórias do padre Luís G. de Oliveira. A equação não era do tipo: todos contra todos em favor da instituição. Existia uma série de variantes. Até que ponto, por exemplo, o prefeito de uma divisão estava disposto a colaborar com a administração do seminário, mesmo sabendo que iria prejudicar outro seminarista? Para responder esse questionamento, é preciso levar em consideração alguns pontos. É possível que a escolha dos prefeitos se baseasse, entre outras coisas, na distância afetiva entre eles e os membros da divisão. Não era difícil encontrar um seminarista que atendesse a esse critério, afinal, como demonstrado anteriormente, a instituição se esforçava cotidianamente para criar um muro entre as divisões. Além disso, alguns indícios apontam para a troca periódica de prefeitos, possivelmente com o objetivo de inibir a criação de laços afetivos. Nada disso impedia, porém, que, ocasionalmente, algum prefeito deixasse de comunicar à administração do seminário alguma falta cometida pelos seminaristas que estavam sob a sua responsabilidade.

Em certo trecho de suas memórias, Luís G. de Oliveira relembrou o caso de um interno que burlou uma regra do seminário e mesmo assim recebeu o apoio do prefeito de sua divisão: “Antônio Saraiva saía do dormitório tarde da noite, para estudar Geografia, lá na sacristia. O prefeito deu por falta, viu a luz acesa, saiu na pista. [...] O prefeito teve pena daquele esforço sobre-humano, fez vista grossa à desobediência de Saraiva.” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 73). O padre Luís não esclareceu a forma como ele ficou sabendo do acontecido. É provável que o boato tenha se espalhado e acabou por chegar aos seus ouvidos.

Sendo esse o caso, é possível inferir que os internos encararam a situação como uma façanha, já que não haveria razões para fazer circular o caso. Mas, afinal, o que havia de tão incrível em estudar tarde da noite? O que havia de tão extraordinário ao ponto de supostamente ter despertado, no prefeito, o sentimento de pena? Este texto trata de uma velha regra do ofício: o historiador, por meio de seus questionamentos, consegue extrair informações de um documento cujo produtor/autor não intencionava transmitir (BLOCH, 2001).

Ao narrar o caso do seminarista flagrado estudando tarde da noite, o padre Luís estava tentando mostrar o quanto alguns alunos eram assíduos e perseverantes – pelo menos é isso que sugere uma análise contextual. No limite da interpretação, também poderia se dizer que o memorialista estava buscando evidenciar a rigidez de algumas disciplinas e o quanto alguns alunos tinham que se esforçar para serem aprovados nelas. No entanto, em meio a essas intenções, insinua-se uma questão que foi claramente silenciada pelo autor no processo de escrita de suas memórias: os “perigos” da noite. A instituição fixava um horário limite para as atividades dos internos: após às 22h, nada poderia ser feito. (BARRETO, 2009). É bem provável que essa regra tivesse um peso significativo sobre os internos, pois, se assim não fosse, qual relevância teria o fato de um seminarista ter ultrapassado o horário-limite a fim de estudar? O fato de o prefeito ter notado a ausência do transgressor e saído rapidamente ao seu encontro sugere que esses “guardiões” das divisões recebiam algum tipo de instrução no sentido de ficarem atentos às movimentações noturnas. O período noturno, nessa perspectiva, era percebido como um momento potencialmente perigoso.

O escritor e político paraibano, José Américo de Almeida, lembrando sua experiência no seminário diocesano da Paraíba, escreveu: “O dormitório era uma caixa de sonhos. [...]. Minha conclusão foi que armava nesse salão um palco de conflitos. Os desejos repressados ameaçavam irromper. O candeeiro impertinente, reacendendo-se, também vigiava” (ALMEIDA, 1976, p. 167). O autor citado não seguiu a carreira eclesiástica e isso explica, até certo ponto, o fato de ele ter tratado de algo que, para o padre Luís, representasse um tabu. É preciso dizer que José Américo estudou no seminário algumas décadas antes do padre Luís, fato que não anula o valor de suas memórias para o que aqui está sendo tratado. Afinal, as tensões, pulsões e desejos que se amplificam na fase de maturação dos seres humanos, embora sofram mutações e adquiram significados diferentes em cada época, são fenômenos que não são particularidades de uma determinada temporalidade. Parece bem plausível a ideia de que, no período em que o padre Luís estudou no seminário, o dormitório também fosse um verdadeiro “palco de conflitos”. Os desejos reprimidos deviam encontrar uma pequena brecha

na escuridão da noite, momento em que a estrutura de controle do seminário se afrouxava, pelo menos um pouco. Por isso, talvez, as movimentações noturnas fossem tão temidas.

Quando o prefeito encontrou o seminarista estudando no meio da noite, duas coisas lhe devem ter passado: o regulamento da instituição e a própria situação que tinha diante de si. Para as letras frias do regulamento, não havia dúvidas de que o transgressor tinha que ser denunciado, afinal, mesmo ele tendo quebrado a regra a fim de estudar, o seu exemplo poderia encorajar outros seminaristas a transgredirem o horário-limite. Para o prefeito, porém, a situação se desenhava de outra forma. Aquele menino que estava estudando buscava, desesperadamente, ser aprovado em uma disciplina e estava enfrentando a mesma angústia que, talvez, o prefeito tenha sentido ao longo de seus estudos. Nesse caso, a identificação era quase inevitável. Nota-se, assim, que as regras que regulamentavam a vida dos internos, tal como as estratégias de controle da instituição, não eram inexoravelmente colocadas em prática, visto que a efetivação dessas regras dependia de uma série de fatores humanos: emoções, desejos, interesses etc. Nesse ponto, o leitor poderia indagar: como a instituição mantinha uma coerção permanente sobre os internos se, eventualmente, as regras podiam ser ignoradas? Responde-se: não era a certeza de ser punido que mantinha uma tensão constante nos seminaristas, mas a possibilidade.

Até agora o foco estava em três questões principais, isto é, a seriação dos internos, a construção de um *espaço útil* e a vigilância permanente. Nos próximos parágrafos, a análise se direciona especificamente ao corpo dos internos (não mais seu controle a partir da vigilância, mas mediante uma série de procedimentos que visavam torná-lo dócil). Entre esses procedimentos, encontra-se o controle do tempo. No interior do seminário, todas as ações dos internos deviam ser orientadas por um rígido esquema temporal. Se os internos, em suas vidas regressas, organizavam suas atividades com certa margem de flexibilidade, o sono, o recreio, o estudo, as refeições e as orações, no seminário, deviam ter uma durabilidade bem definida e uma posição exata no quadro temporal de cada dia da semana. De uma maneira geral, cinco dias da semana (Segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e Sábado) tinham a mesma programação: Café da manhã, aula, almoço, outra aula, recreio, jantar e orações. Tudo indica que, na quinta-feira e no domingo, havia um período maior dedicado à recreação. Essa rígida rotina semanal só era quebrada nos dias de festividade ou em situações inesperadas, tais como a morte de um professor, de um seminarista ou de alguém com alguma projeção política. No que diz respeito aos horários de cada atividade, o dia, no seminário, organizava-se assim:

No período da manhã:

O dia começava com o despertar da sirene, trocavam a roupa, e iam para a capela. Por volta de **6h: 25min**, eram feitas a oração da manhã e a meditação que duravam 35 minutos, em média. Em seguida, assistiam á Santa Missa. Às **07h: 35min**, tomavam o café da manhã que era sucedido por um pequeno intervalo até às **8h: 5min**, quando começavam as aulas. Tempo de cada aula era de 50 minutos. Para cada aula, havia um intervalo de 10 minutos. Às **11h: 30min**, era servido o almoço, para depois os alunos fazerem a chamada “visita a Jesus Cristo”. Logo após, dispunham de um tempo livre que podia ser preenchido à maneira de cada um. Nesse período, os dormitórios ficavam abertos para quem quisesse utilizá-los. (BARRETO, 2009, p. 123, grifo nosso).

No período da tarde:

À tarde, começava às **13 horas**, quando se reiniciavam as aulas que se prolongavam até às **17 horas**. Nesse momento, também, era recitada a saudação angélica, o terço e a ladainha de Nossa Senhora. Às **18 horas**, era servido o jantar. Em seguida, havia um recreio que era interrompido às **19 h: 30min** para que os alunos rezassem e, em seguida, voltassem aos estudos. Às **21 horas** era o tempo da oração da noite e, se quisessem, poderiam voltar a estudar até às 22 horas. Caso não quisessem, poderiam recolher-se, sendo que, às **22 horas**, eram encerradas todas as atividades do seminário. (BARRETO, 2009, p. 123, grifo nosso).

É possível que alguns desses horários citados não correspondam precisamente àqueles adotados no período em que Luís G. de Oliveira estudou no seminário. No geral, porém, o cruzamento das informações presente no trabalho de Barreto (2009) com aquelas que estão inseridas nas memórias analisadas mostrou um quadro bem próximo daquilo que foi exposto pela referida historiadora. Como é possível perceber, as atividades relacionadas aos estudos e às praticas religiosas preenchiam boa parte do dia de modo que restava pouquíssimo espaço para um tempo ocioso. É verdade que, nos horários vagos, era possível fazer alguma atividade recreativa: “[...] no recreio da noite tínhamos a brincadeira do ‘toque’ ou da ‘cabra-cega’. Alguns aproveitavam a claridade da lâmpada jogando *good*. Outros se entretinham ouvindo histórias do Trancoso [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 19). No recreio da tarde, havia ainda a possibilidade de jogar uma partida de *foot-ball*, prática esportiva que ainda estava se consolidando no meio social paraibano e que chamou muita atenção do jovem Luís.⁶³ No entanto, até esses momentos de lazer estavam sob a guarda de uma economia temporal. Assim, ao soar da companhia, todas as brincadeiras cessavam imediatamente e davam lugar à rígida disciplina cotidiana.

O início de grande parte das atividades cotidianas era marcado por um sinal sonoro que podia variar dependendo da ocasião. Em suas memórias, o padre Luís citou a existência da “campa maior” e da “campa menor”. Essa variação provavelmente tinha o objetivo de

⁶³ Ver: SOUZA, João Paulo Ribeiro. **Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte – 1908-1925**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, 2014.

ajudar os internos a identificar, por meio do som, qual seria a próxima atividade a ser executada, inibindo, assim, a possibilidade de perda de tempo. Aos poucos, os corpos dos internos passavam a responder prontamente a esses sinais sem necessidade de um comando verbal. Isso pode ser visualizado melhor no momento em que o padre Luís relembra o sistema de comando adotado pelo prefeito de sua divisão: “Quinze minutos depois entrávamos no dormitório. [...] Todos se descalçavam com pressa para atender ao bater de palmas do prefeito, para o lava-pés. [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 7). Na ocasião, mesmo existindo a possibilidade de emitir verbalmente uma ordem, visto que o prefeito se dirigia a um grupo menor de internos, optou-se pelo sinal sonoro. Dessa forma, o uso constante desses comandos por meio de sinais não se explica somente pela necessidade de emitir um comando a grupos relativamente grandes de indivíduos, mas também pela intenção de inculcar, nos seminaristas, uma forma específica de obediência.

No seminário, a obediência devia estar cravada no próprio corpo dos internos. A vigilância espalhava-se à medida que se descentralizava e o comando tornava-se mais eficiente à medida que não partia de um superior hierárquico. O leitor pode perguntar: mas não era o prefeito que batia palma? E a companhia não era tocada por algum funcionário? De fato, o sinal sonoro só podia ser provocado por um humano. No entanto, o interno, de certo modo, não obedecia a uma pessoa específica, mas a um signo cujo significado era apreendido ao entrar na instituição. Vale para o seminário aquilo que Michel Foucault (2014, p. 163) escreveu sobre as estratégias de comando em instituições disciplinares: “[...] o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. [...]” Desse modo, os internos estavam continuamente mergulhados em um oceano de signos. Cada gesto, olhar e sonoridade ali se encontravam revestidos por um determinado significado. Os seminaristas aprendiam que a melhor resposta para um comando era uma reação rápida, quase instintiva, sem necessidade de refletir sobre a ordem que lhes foi dada. Diante de tudo isso, pode-se dizer que o seminário não era uma “cidade controlada” porque mantinha ao redor de si uma tecnologia de controle, mas porque introduzia o controle nos corpos dos aqui ali viviam.

2.4. A “cidade” dos solitários

Depois de tudo que foi exposto, nada parece mais contraditório do que o título do presente capítulo: “claustros solitários”, já que os internos estavam acompanhados na maior parte do tempo. Nos dormitórios, dormia-se em companhia dos colegas de divisão; no

refeitório, as refeições eram feitas em conjunto; no pátio, as brincadeiras quase sempre envolviam vários seminaristas. Além do mais, as memórias do padre Luís indicam que o eventual isolamento de um interno não soava bem dentro da instituição. Referindo-se a um novato de sua divisão, o memorialista escreveu: “Ludovico era uma exceção no meio de nós. Não se adaptava ao meio, nem reclamava contra o meio. Tudo lhe parecia indiferente. Pouco conversava. E a gente não gostava de puxar conversa com ele [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 32). No fim, segundo o padre Luís, o prefeito comunicou ao reitor a atitude estranha do referido seminarista e, pouco tempo depois, a administração do seminário decidiu colocar o novato em outra divisão. Não é tão difícil entender a atitude do reitor. O isolamento, de certo modo, obstruía a engrenagem disciplinar do seminário, visto que, como já foi dito, a vigilância dependia, em grande medida, das relações entre os seminaristas. O espírito comunitário, portanto, não era só um imperativo moral e religioso, mas também uma necessidade institucional.

No ambiente descrito poderia germinar a solidão? Esta pesquisa sugere que sim, era possível. No entanto, é preciso desvincular a solidão da ideia de um espaço ermo.⁶⁴ No seminário, a solidão não era produto do isolamento, mas da tecnologia disciplinar que atuava em seu interior e inculcava nos internos, pouco a pouco, a ideia de individualidade. Certamente, não era um processo simples. Tudo se iniciava com a seriação. O processo formativo, como demonstrado ao longo do capítulo, tornava-se uma espécie de corrida cujo êxito ou fracasso dependia do desempenho de cada interno. As notas dos exames escritos e orais sinalizavam o avanço ou o retrocesso. Somente a obediência cega, a dedicação integral aos estudos e a incorporação do *ethos* católico possibilitaria ao seminarista ultrapassar cada fase formativa e alcançar, enfim, a ordenação sacerdotal. A certeza de chegar ao fim do processo era um privilégio quase sempre inalcançável. Existia uma tensão constante no que diz respeito à permanência na instituição, pois, num momento qualquer, o seminarista podia ser “convidado a sair”. Em diversos momentos de suas memórias, como no trecho a seguir, o padre Luís lembrou os dilemas provocados pela consciência dessa incerteza:

O quarto ano de preparatórios era o tempo mais decisivo para as vocações. Quando um aluno passava para a Filosofia, devia estar definitivamente resolvido a chegar até o fim da carreira sacerdotal. Pelo menos era esta a nossa convicção. Por isso nós do

⁶⁴ Ao longo da história, homens e mulheres - muitas vezes movidos pela ideia de que a solidão estreitaria o caminho rumo à divindade - procuraram os montes distantes, os desertos pouco habitados ou mesmo as celas de algum monastério. Os anacoretas dos primeiros séculos da era cristã procuravam os espaços ermos a fim de se esquivar do barulho das cidades para ouvir, de forma mais clara, a voz de Deus. Mas, como demonstrou Minois (2019), essa maneira de se relacionar com a solidão era só uma entre tantas outras que emergiram ao longo do tempo.

quarto ano devíamos resolver este passo definitivo, naqueles últimos dias de outubro. Diante de nós, as duas estradas apareciam bem largas, para a escolha heroica. Sentíamos isto, e foi debaixo desta impressão de realidade que fomos ter o encontro decisivo com o nosso diretor espiritual. Chegou a minha vez, e o cônego Pires foi muito franco, mostrando as razões de minha permanência, e os motivos que me podiam fazer desistir da carreira eclesiástica. Ouvi como todo o interesse o meu mestre de consciência, e saí de seu quarto pisando firme como nunca me havia acontecido. [...]. (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 185-186).

A instituição avaliava e calculava os erros e acertos de cada um, mas a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso caía sempre sobre os ombros dos seminaristas. Dessa forma, para obter êxito na formação sacerdotal, o interno tinha que aprender, desde cedo, a confrontar suas próprias atitudes, emoções e pensamentos - não só por meio da conversa com o diretor espiritual, mas também pelo autoexame de consciência. Assim, cada seminarista, aos poucos, tornava-se não só um vigia do colega, como já dito, mas também um vigia de si mesmo. A coerção, portanto, iniciava-se no interior de cada seminarista. Provavelmente, a ideia de culpa e de pecado impulsionava esse processo de autocontrole. Era preciso se atentar às pequenas falhas, aos detalhes inconvenientes e aos pensamentos íntimos, pois, somente dessa forma, o interno identificaria os pontos a serem corrigidos. A ideia de pecado, porém, também poderia causar efeitos negativos, pois, ao mesmo tempo em que incentivava os jovens a se conhecerem melhor, também abria espaço para uma possível sobrecarga de culpa. Um mecanismo católico em particular oferecia o contrapeso necessário para a ideia de pecado: a confissão. Por meio dela, o interno expurgava a culpa acumulada.

O pecado, a culpa, a correção, o mérito e a responsabilidade: tudo isso fazia com que os internos focalizassem, cada vez mais, em suas próprias vidas. Não era a virtude da coletividade que garantiria a vitória, mas o desempenho individual. Inclusive, é bem provável que, para os seminaristas, o termo “coletividade” soasse abstrato. Na prática, como já foi dito, a estrutura disciplinar do seminário dissolvia a coletividade em grupos (divisões) e, além disso, criava mecanismos de controle que inibiam a relação entre membros de grupos diferentes. O seminário era uma espécie de arquipélago constituído de ilhas mais ou menos incomunicáveis. Mesmo no interior de cada divisão, é difícil acreditar que existisse algum tipo de espírito de companheirismo, pois havia sempre a possibilidade de ser criticado, avaliado, julgado ou mesmo delatado por algum colega e isso, certamente, inibia o fortalecimento dos vínculos afetivos. Não se afirma que inexistia a chance de uma amizade sincera entre os seminaristas, mas sim que, no seminário, a desconfiança ocupava mais espaço do que a fraternidade. Certamente, um ambiente nesses moldes era propício ao desenvolvimento de uma visão de mundo centrada nos méritos e capacidades individuais.

No seminário, havia um “culto” ao sucesso individual. As notas, bem como a lista de aprovados e reprovados, eram lidas em público. Se por um lado esse tipo de procedimento constrangia aqueles que não se saíam bem nos exames, agraciava, por outro, os que alcançaram um resultado satisfatório. As memórias analisadas indicam ainda a organização, por parte da administração do seminário, de um festejo cujo objetivo principal era homenagear os seminaristas que, aos olhos dos professores e demais funcionários, tinham se comportado adequadamente ao longo do ano letivo: “Estava terminado o ano letivo de 1931. À tarde foi à premiação, capela. Primeiro prêmio – para os mais bem comportados; segundo prêmio – para segunda linha. [...] Os duvidosos em matéria de vocação, não recebiam medalha. [...]” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 163). Essa sagração do mérito fazia com que os internos aprendessem, pouco a pouco, que a obtenção de prestígio só era possível se oferecessem à instituição a imagem e as atitudes que ela esperava de seus membros. Essa consciência do dever individual crescia à medida que os seminaristas entendiam que o bom desempenho durante os anos de formação, bem como as boas relações junto aos superiores hierárquicos, podia facilitar o trajeto que levava aos cargos de envergadura dentro da estrutura eclesial (MICELI, 2009).

Nesse sentido, os colegas de formação não eram apenas possíveis delatores, mas também concorrentes. Nisso, reside aquilo que poderia ser considerado uma contradição do seminário: embora estivessem acompanhados em boa parte do tempo, os internos, de certo modo, estavam sempre sozinhos. Essa solidão interior crescia conforme emergia a consciência de uma responsabilidade estritamente pessoal. O Seminário Diocesano da Paraíba era uma grande fábrica de indivíduos, isto é, de sujeitos que, ao fim do processo formativo, acreditavam que suas qualidades, virtudes e habilidades, desenvolvidas por meio do esforço pessoal, constituíam uma suposta unidade singular e heterógena. Esse tipo de formação estava plenamente de acordo com os interesses de uma Igreja Católica que buscava se estabelecer em um Brasil republicano. Nesse contexto, de pouco valia a formação de místicos capazes de sentir os anseios coletivos ou de se sentirem integrados ao todo. Na verdade, era bem mais conveniente formar indivíduos dotados de certas qualidades intelectuais e morais, aptos a ocupar cargos administrativos e a expandir, por meio da imprensa e da docência, os ideais católicos.

O padre Luís G. de Oliveira tornou-se indivíduo dentro do seminário. Como visto no capítulo anterior, até os doze anos de idade ele esteve mais ou menos integrado aos modos de vida dos moradores do engenho Lameiro. Indiscutivelmente, o lugar social ocupado pelo jovem Luís lhe proporcionava uma série de privilégios. Porém, em linhas gerais, os filhos do

senhor de engenho e os filhos dos trabalhadores, pelo menos durante algum tempo, respiravam uma atmosfera cultural bem parecida: embalavam-se nas histórias contadas pelos velhos, divertiam-se com as mesmas brincadeiras e se alegravam com as festas anuais. Os anos de formação eclesiástica, porém, fizeram com que se rompesse definitivamente o laço que unia o jovem Luís ao seu passado e às pessoas com quem havia convivido. Nas memórias que tratam das primeiras férias passadas em Serra da Raiz, o memorialista relembrou a frieza de seus antigos companheiros: “Eu ia notando que todos guardavam certa distância de minha pessoa, como se estivessem tratando de um conhecido de pouco tempo.” (OLIVEIRA, 1959-1961, p. 59). Essa distância afetiva dos colegas aumentava à medida que Luís G. de Oliveira tomava consciência do quanto não se identificava com o espaço de sua infância:

Depois da missa voltei para casa. Não sei porquê, tudo me parecia com um aspecto diferente, como se eu estivesse pisando pela primeira vez a terra que me vira nascer, raras as pessoas que falavam comigo, demonstrando espontaneidade. **Sentia-me estranho no meio dos meus e naturalmente experimentei a repulsa de um ambiente de que tinha necessidade de fugir, para me encontrar bem a vontade em outro meio que me pertencesse e me veio uma profunda saudade do seminário [...].** (OLIVEIRA, 1958-1961, p. 59, grifo nosso).

É possível que, ao narrar as suas férias, o memorialista tenha amplificado o sentimento de repulsa à terra natal com a intenção de consolidar a imagem de um jovem que logo se adaptou aos ditames da vida religiosa, estranhando, assim, tudo aquilo que não estivesse de acordo com as regras de sua formação. Porém, para além dos exageros, é possível encontrar os indícios de outra transformação que estava se processando em sua vida: ao passo que se fazia indivíduo, Luís G. de Oliveira se tornava cada vez mais alheio ao seu passado. Esse processo chegou ao seu ápice no momento em que, para ele, não foi mais possível sentir-se verdadeiramente integrado às suas lembranças da infância. O passado se tornou, assim, uma miragem distante, nostálgica e com tons de degradação. Para o padre Luís, a sua vida pretérita foi se tornando um paraíso perdido do qual fugia ao mesmo tempo em que desejava resgatá-lo. Na solidão dos claustros, enfim, Luis G. de Oliveira se fez um sujeito saudosista: alguém que buscava, ao longo de toda a sua existência, reencontrar a vida que tinha deixado para trás ao entrar pelos umbrais do seminário.

CAPÍTULO 3:

Em busca do tempo perdido

Nos momentos de solidão noturna, de insônia, tomamos consciência de que estamos destinados ao abandono, àquele tempo quando será inútil chamar “meu pai” ou “minha mãe”.

(Rubem Alves)

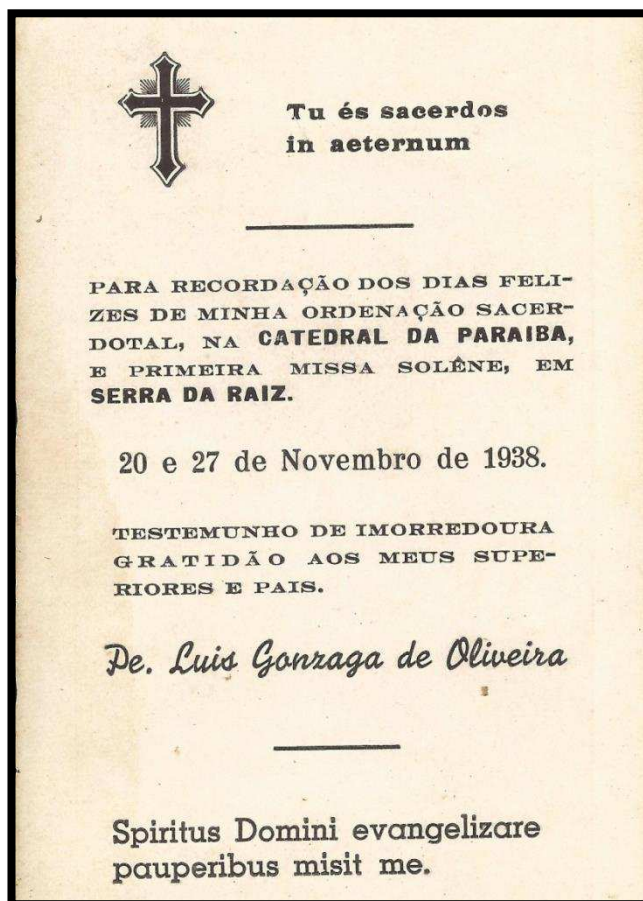
3.1 Em nome do pai

Em 1939, Luís G. de Oliveira sentiu o abalo sísmico que iria moldar a forma como ele se relacionaria com o tempo durante o restante de sua vida. Até então, é bem possível que ele alimentasse a ideia de que a sua trajetória seguia de modo inabalável e sem rodeios em direção ao sucesso. Fazia sentido pensar dessa forma, visto que, no curso de seus vinte e quatro anos, ele havia ultrapassado os limites do engenho de seu pai no interior paraibano, superado as dificuldades inerentes à formação eclesiástica e se tornado sacerdote da Igreja Católica. Finalmente havia chegado o momento de construir a sua trajetória profissional e se emancipar definitivamente da tutela de seus pais. Desse modo, o futuro se projetava como um horizonte de possibilidades. No entanto, toda essa euforia se diluiu nas “águas de março”. No primeiro dia de março do ano de 1939, no finalzinho da tarde, Bellarmino Augusto de Oliveira morreu. A notícia da morte do seu pai deve ter atingido o padre Luís com a força avassaladora de um vendaval. O acontecimento fatal revelou, para ele, a face destruidora do tempo.

Segundo o seu registro de óbito, Bellarmino morreu devido a uma “congestão”. O documento não fornece maiores explicações sobre a causa da morte. Ainda segundo o registro, o cortejo fúnebre que levou seu corpo ao cemitério público de Serra da Raiz ocorreu na manhã do dia 02 de março de 1939, uma quinta-feira. Para a família Oliveira, o enterro representou um eclipse após anos de ascensão. Para o padre Luís, é provável que o sepultamento tenha representado a morte de uma parte significativa do seu passado. Alguns meses antes daquela manhã soturna, em novembro de 1938, o velho Bellarmino viu seu filho mais novo se ordenar padre. Deve ter sentido orgulho ao ver Luís G. de Oliveira entrar na Igreja do Nosso Senhor do Bom-Fim, em Serra da Raiz, não mais como seminarista, mas como sacerdote (Imagem 1). Talvez, para o antigo administrador do Lameiro, aquele

momento solene significou a plena realização de sua vida. Chegara naquelas terras trazendo na bagagem somente a disposição para o trabalho e a boa relação com alguns membros da Igreja católica. Unindo as duas coisas à exploração dos trabalhadores pobres de Serra da Raiz, conseguiu garantir aos seus descendentes um lugar entre a elite política e econômica local.

**Imagem XI - Lembrança da ordenação sacerdotal de
Luís G. de Oliveira. 1938.**



Fonte: Arquivo da ONG SACI.

No conto *A terceira margem do rio*, escrito por João Guimarães Rosa, o narrador conta a história do seu pai, “homem cumpridor, ordeiro e positivo” que, num dia qualquer e sem explicação prévia, encomendou uma canoa, despediu-se e saiu de casa para nunca mais voltar. Ele entrou no rio e ficou “de meio a meio”, sem ir a lugar algum e sem descer da canoa. Não havia sentido. O acontecimento causou estranheza, desconforto e perturbação.⁶⁵ Assim deve ter se sentido Luís G. de Oliveira nos meses que sucederam a morte de seu pai. O desaparecimento brusco do seu progenitor deve ter deixado um vazio, isto é, uma ausência de

⁶⁵ ROSA, Guimarães Rosa. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

significado. Seria preciso muitos anos para que o padre Luís atribuísse sentido a tudo que havia acontecido. De imediato, ele tentou encontrar no trabalho a chave para prosseguir a vida e não poderia ser diferente, levando em conta o momento no qual se encontrava. Os primeiros anos após a ordenação sacerdotal eram decisivos na definição do seu futuro profissional. A capacidade de aproveitar as oportunidades oferecidas era essencial para alcançar o reconhecimento e o sucesso na carreira clerical.

Logo após a sua ordenação, Luís G. de Oliveira foi nomeado vigário cooperador da catedral de Nossa Senhora das Neves em João Pessoa. No mesmo período, começou a lecionar as disciplinas de Português e Latim no Seminário Arquidiocesano.⁶⁶ Esse período foi marcado pela maturação profissional e pela criação de uma base sólida a partir da qual iria começar a se projetar no cenário intelectual paraibano. Nos anos seguintes, ficaria evidente uma das características que o padre Luís herdou do seu pai: a capacidade de costurar alianças. A criação de uma rede de contatos junto aos indivíduos que ocupavam espaços de poder foi fundamental para a carreira do padre Luís. Somente assim é possível entender a sua ascensão meteórica. No decorrer de alguns anos, o filho de Bellarmino deixaria de ocupar espaços profissionais periféricos e passaria a integrar espaços estratégicos tanto no âmbito da estrutura eclesiástica paraibana quanto nas estruturas tradicionais de poder que sustentavam a elite intelectual do estado. No entanto, embora a criação de alianças tenha sido um fator decisivo, ela não explica por si só a projeção do padre Luís. Havia, inegavelmente, um esforço pessoal no sentido de aproveitar da melhor forma possível as oportunidades que apareciam.

Linalda de Arruda, amiga e secretária do padre Luís, escreveu as seguintes palavras sobre o sacerdote: “Muito disponível, chegou a ministrar quarenta e sete aulas por semana, o que comprovava com um horário guardado como troféu.”⁶⁷ O número expressivo de aulas ilustra a dedicação do padre Luís ao ensino. No início, as suas atividades docentes se restringiam ao espaço de formação sacerdotal no seminário diocesano, mas, à medida que ele adquiria reconhecimento profissional, o seu campo de atuação foi se alargando. Em 1942, ele assumiu todas as cadeiras de latim no colégio Nossa Senhora das Neves. Além do tempo necessário para o estudo e preparação das aulas, fazia-se necessário encontrar espaço para a execução das demais obrigações relacionadas ao sacerdócio. No ano de 1945, por exemplo, Luís G. de Oliveira chegou a ser nomeado pároco substituto da catedral de Nossa Senhora das Neves, função que demandava um maior grau de responsabilidade. Ele desempenhou a função

⁶⁶ Informações presentes no *Curriculum Vitae* do padre Luís G. de Oliveira.

⁶⁷ Ver: MELLO, Linalda de Arruda. **Padre Luís Gonzaga de Oliveira**: dados biográficos. João Pessoa, 2001.

durante seis meses. Embora não tenha ficado no cargo durante muito tempo, a simples nomeação indica a confiança que o padre Luís estava conquistando no interior da Igreja.

Nos anos posteriores a sua ordenação, o padre Luís buscou consolidar a sua vida na capital paraibana. Não é difícil imaginar a razão. Naquele momento de sua vida, investir tempo e trabalho à frente da paróquia de Serra da Raiz, ou de outras paróquias do interior, seria, de certo modo, um desperdício. Por um lado, uma escolha nesse sentido podia satisfazer o desejo de orquestrar a vida religiosa da cidade em que cresceu; por outro, porém, afastava as oportunidades que a capital do estado - centro político, religioso e cultural - podia oferecer. A estratégia de permanecer na órbita metropolitana logo renderia frutos. Cabe aqui um esclarecimento: não se afirma que o direcionamento da vida profissional do padre Luís foi unicamente produto de suas escolhas pessoais. Seria ingenuidade pensar dessa forma. Tem-se plena consciência que tal direcionamento foi resultado de uma complexa rede de relações de poder e de interesses que envolvia tanto o padre Luís quanto os seus superiores hierárquicos.

Com o passar do tempo, Luís G. de Oliveira foi percebendo que, embora fosse conveniente construir o alicerce de sua trajetória em solo pessoense, não fazia sentido deixar de explorar as potencialidades políticas e econômicas da cidade onde havia se criado. Bellarmino, ao longo de sua vida, havia construído um patrimônio significativo. Após a sua morte, esse patrimônio, composto quase inteiramente por terras, foi dividido entre os filhos. Não se teve acesso às informações que pudessem jogar luz sobre o processo de divisão das terras e sobre o momento exato em que aconteceu essa divisão. A única pista acerca disso foi encontrada num pequeno texto escrito por José Augusto de Oliveira. Segundo ele, o padre Luís teria herdado a casa-grande do sítio Bom-Fim e uma parcela de terras cujas dimensões não foram especificadas. Ao que parece, essa herança serviu de pontapé inicial para o investimento em atividades agropecuárias. Além disso, ainda de acordo com o historiador José Augusto, o padre Luís conseguiu, junto à igreja, a permissão para administrar um latifúndio pertencente à arquidiocese. É provável que parte dos rendimentos oriundos das funções docentes e sacerdotais desempenhadas pelo padre Luís tenha sido investida na compra dos equipamentos e subsídios necessários para a exploração das terras arrendadas.

Além da pecuária, o padre Luís investiu na produção de agave - cultura agrícola que havia sido introduzida comercialmente, na Paraíba, em 1939. A propaganda estatal havia se esforçado bastante para divulgar massivamente a referida cultura agrícola de modo que atraísse os investimentos dos proprietários rurais paraibanos. Os historiadores que se debruçaram sobre a temática são unânimes em dizer que a cultura do agave beneficiou principalmente os grandes proprietários, visto que os custos necessários para a produção do

agave em níveis lucrativos estavam fora do alcance dos pequenos agricultores. Esses, por vezes, tiveram que abandonar seus pequenos roçados e se render à planta que estava se propagando rapidamente. Além das péssimas condições de trabalho às quais estavam expostos, os indivíduos que participavam da produção do agave sofreram com a desorganização dos seus sistemas culturais, visto que a referida cultura agrícola trouxe consigo novos valores, hábitos e, também, uma nova forma de disciplina.⁶⁸ Tudo isso que foi dito se refere ao contexto geral do trabalho com o agave, mas para se entender o caso específico analisado, é preciso focar nas estratégias utilizadas pelo padre Luís com a finalidade de criar uma forte base de apoio popular em Serra da Raiz.

Enquanto muitos produtores de agave e pecuaristas do período se esforçavam para extinguir a existência de pequenos roçados em suas terras, o padre Luís, tomando como exemplo a experiência do seu pai, começou a abrigar um número substancial de trabalhadores em sua propriedade. Além de obter um pequeno lote de terras para residir, esses indivíduos, quase sempre acompanhados de esposa e filhos, também podiam cultivar gêneros alimentícios. Em troca, os trabalhadores prestavam variados serviços para o padre Luís. Na tentativa de construir uma narrativa lírica e romantizada em torno da vida dos indivíduos que trabalhavam nas terras do padre Luís, José Augusto de Oliveira escreveu as seguintes palavras:

Naquela mesma propriedade em que os bois pastavam e o agave dava lucro, foi acolhendo aquele povo pobre dos campos. Nas terras do padre Luís, [...] não se derrubavam as matas; os colonos eram realmente moradores: podiam construir sua casa e cultivar sua lavoura sem pressa para colher; ter seu pé de manga e caju; plantar maniva e fazer farinha; cultivar o algodão; criar sua novilha e ter sua vaca de leite. Um contrassenso à agricultura e pecuária extensiva que já se apregoava. Uma gleba com tantas famílias moradoras parecia mais um feudo. (OLIVEIRA, 2016b, p. 10)

Se as palavras de José Augusto de Oliveira fossem corresponderem à realidade, poderia se dizer que os trabalhadores do padre Luís anteciparam, na terra, a vida que só teriam no “paraíso”. Como se não bastasse o romantismo exacerbado das palavras citadas, ele acrescenta: “A casa-grande [...] parecia mais um castelo onde um bondoso senhor recebia seus vassallos para distribuir benesses e ouvir história daqueles menestréis. [...]”. Não é por acaso

⁶⁸ Ver: NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Entre o capá verde e a redenção**: a cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (Paraíba, 1937-1966). Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006. LIRA, Silvano Fidelis. **Memória e sensibilidades, as poéticas do contar-se: uma história dos campos e motores de agave (Cubati-PB, 1950 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2015.

que o autor utiliza palavras que comumente fazem parte do universo medieval. A intenção é sugerir que o padre Luís criou, em suas propriedades, um sistema de trabalho baseado não só no interesse monetário, mas também em valores tais como lealdade e gratidão. Também é possível perceber a tentativa de cristalizar a imagem de um ambiente de trabalho harmônico, isto é, sem conflitos entre patrão e empregados. Esse tipo de narrativa serve somente para a manutenção e exaltação de certas imagens superficiais e anacrônicas sobre o passado da cidade e sobre a vida do padre Luís. Esta análise mostrou que, mais do que um ato espontâneo de bondade cristã, o sistema de interdependência construído pelo padre Luís, em sua propriedade, foi um mecanismo que lhe possibilitou se projetar, em Serra da Raiz, não só como grande proprietário rural, mas também como uma forte liderança política.

Em linhas gerais, esse sistema de trabalho se baseava no suprimento de algumas necessidades básicas dos trabalhadores rurais em troca de serviços e apoio político. Ao oferecer, por exemplo, serviços médicos aos grupos sociais que sofriam cotidianamente pela falta de assistência do estado, Luís G. de Oliveira conseguia despertar, nessas pessoas, o sentimento de gratidão. Além de diminuir a possibilidade de insurgência dos trabalhadores, essa gratidão se convertia em Capital político. Não se nega a importância que algumas ações sociais financiadas pelo padre Luís tiveram em meio a um contexto de miséria e total abandono, assim como não se propõe a ideia de que os trabalhadores eram utilizados como massa de manobra. Aqui, defende-se apenas a ideia de que a ascensão do padre Luís, em Serra da Raiz, foi produto de um cálculo político que envolvia interesses e objetivos. Creditar todas as ações do padre Luis na conta da bondade é um modo de ignorar o fato de que, ao longo de sua trajetória no jornal *A Imprensa*, ele produziu diversos textos refletindo sobre a relação ideal entre proprietário rural e seus trabalhadores. No centro dessas reflexões, pode-se notar o incômodo com a emergência das ligas camponesas – movimento social que atuava, desde a década de 40 do século XX, na reivindicação dos direitos dos pequenos agricultores.

Já estamos fartos dessas incursões das ligas camponesas, pelas propriedades alheias. O ideal que o agitador Julião prega, não é de reforma pacífica. Nada de reivindicações de direitos por meios legais, como devem ser as nossas vitórias democráticas. O que o preocupa, em todos os momentos, são os expedientes violentos. A confusão de que espera tirar algum proveito aos seus planos eleitoreiros. Eis o que é o programa das ligas camponesas, em nosso Estado e nos Estados vizinhos. (*A Imprensa*, 14 jan. 1962).

O padre Luís, na maioria dos textos que tratam das ligas camponesas, tentou ofuscar o protagonismo dos trabalhadores rurais. Os agricultores aparecem, nesses textos, como massa de manobra, servindo somente aos interesses do deputado e advogado Francisco Julião. Na

retórica do padre Luís, Julião era um agente comunista infiltrado na política brasileira e interessado em doutrinar os agricultores ignorantes de maneira que se tornassem parte de um movimento subversivo, violento e contrário ao ideário cristão. Evidentemente, tendo em vista o espaço de poder que ocupava, Francisco Julião deu uma maior visibilidade às lutas dos agricultores. Mas isso, de maneira alguma, minimiza a importância da luta que fora protagonizada pelos próprios trabalhadores.⁶⁹ Além disso, o “ideário cristão” do padre Luís mostrou-se, por vezes, bastante tendencioso. Durante a repercussão nacional do cruel assassinato do líder das ligas camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira, o padre Luís não divulgou nota alguma se solidarizando com os familiares do agricultor. Em contrapartida, publicou um texto tentando minimizar as acusações que apontavam Agnaldo Veloso Borges como um dos mandantes do assassinato.⁷⁰

Para barrar o avanço das Ligas Camponesas, o padre Luís propôs um modelo de trabalho que mesclava conservadorismo político, paternalismo e ideias cristãs. Segundo esse modelo, o proprietário de terra devia reger suas ações de acordo com a moralidade “cristã”. Ao invés de explorar descaradamente os trabalhadores, os proprietários deviam buscar construir laços afetivos junto aos seus funcionários de maneira que não deixasse espaço para o florescimento de ideais subversivos. Fica implícita nessa tese a ideia de que a iniciativa para a obtenção dos direitos dos trabalhadores rurais devia partir dos patrões, como um ato de bondade. Os agricultores, nessa perspectiva, ocupavam um espaço de passividade, sempre à espera da boa vontade do patrão. Longe de ser somente um constructo teórico e retórico, esse modelo defendido pelo padre Luís foi um produto das reflexões feitas em torno de sua própria experiência como proprietário rural. Experiências essas que, levando em consideração os ganhos, foram extremamente bem sucedidas. Isso porque aquilo que se iniciou com tons de empreendedorismo logo se tornou uma ponte para a política local. Entre final da década de 40 e início dos anos 50, Luís G. de Oliveira emergiu com fama de benfeitor e com prestígio e Capital financeiro suficiente para preencher a “vaga” de maior liderança política de Serra da Raiz.

Em dezembro de 1949, o padre Luís organizou um grande evento em Serra da Raiz. Comemorou-se, na ocasião, o centenário de nascimento de Emyghdio Fernandes de Oliveira – sacerdote serra-raizense que, no final do século XIX, conseguiu se eleger deputado provincial e que fez largo uso dessa posição em benefício da elite política e econômica de Serra da

⁶⁹ Ver: PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. LEMOS, Assis; Porfírio, Waldir. João Pedro Teixeira: a saga de um mártir. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

⁷⁰ Ver: A Imprensa, 22 abr. 1962.

Raiz.⁷¹ No ponto mais alto da festividade, o padre Luís proferiu um discurso intitulado *O padre Emídio Fernandes e o seu tempo*. Algum tempo depois, o referido discurso foi publicado na revista da Academia Paraibana de Letras. No âmbito da história política de Serra da Raiz, pode-se dizer que esse discurso foi um marco divisório e fundante, pois, até então, não havia acontecido qualquer esforço, por parte da elite econômica local, para produzir narrativas históricas que, de algum modo, dessem legitimidade aos seus privilégios. Luís G. de Oliveira, no discurso supracitado, criou o arcabouço mitológico que possibilitou a invenção de uma tradição política local que foi claramente fabricada com a finalidade de sustentar um projeto de poder. Essa tradição ainda se faz presente até os dias atuais.⁷²

No centro dela, encontra-se a ideia de que existe, em Serra da Raiz, desde longínquas datas, um grupo social, composto quase inteiramente por uma mesma família, que se ocupou de gerir o destino da localidade. Esses “homens exemplares” eram, nessa perspectiva, incumbidos do dever de levar Serra da Raiz em direção ao progresso, visto que foram predestinados a ocupar os “postos de comando”. Para a população, restava o dever de se deixar guiar cegamente por esses pretensos líderes. Para o padre Luís, estes integravam a seleta lista de “arquétipos da moralidade”: Bento José da Costa, João José da Costa, José Porfírio de Oliveira e, claro, Emyghdio Fernandes de Oliveira. Com exceção do último, todos os outros foram proprietários rurais de Serra da Raiz. Trata-se, em suma, de um grupo familiar que, direta ou indiretamente, beneficiou-se das terras doadas por sesmarias⁷³ que, no século XVI, foram roubadas dos povos Potiguaras que ali viviam.⁷⁴ Além disso, esses indivíduos citados pelo padre Luís, em sua maioria, enriqueceram por meio da exploração dos escravizados e dos trabalhadores pobres. Enquanto esses líderes gozavam de seus privilégios, a população de Serra da Raiz mergulhava na mais profunda miséria. Tais detalhes inconvenientes, no entanto, não foram mencionados no discurso apologético do padre Luís.

Em meio aos elogios direcionados aos “grandes” homens do passado, o padre Luís inseriu, em seu discurso, críticas aos governantes de Caiçara-PB. Nos anos após a

⁷¹ Em 1883, o padre Emyghdio Fernandes de Oliveira, membro do partido conservador, elegeu-se com noventa e nove votos (Jornal do Recife, 25 set. de 1883). Durante o seu mandato, o referido sacerdote conseguiu fortalecer a elite política de Serra da Raiz. Uma das principais conquistas do padre Emyghdio, enquanto parlamentar, foi a aprovação, em 1884, do projeto de lei que elevou o povoado de Serra da Raiz à categoria de vila, retirando a localidade da tutela política de Caiçara-PB. Ver: MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.

⁷² Sobre os mecanismos a partir dos quais se constituem as tradições, ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

⁷³ Ver: MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955. COSTA, Severino Ismael. **Caiçara**: caminhos de almocreves. João Pessoa: Micrográfica, 1990.

⁷⁴ Ver: GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares**: Política e Economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

proclamação da República, Serra da Raiz perdeu a pouca autonomia da qual havia gozado no final do século XIX. Os recursos que eram direcionados à vila eram poucos, pelo menos é isso que pode ser deduzido a partir das condições sociais e estruturais em que se encontrava o povoado. Porém, o descontentamento da elite política e econômica de Serra da Raiz não tinha como causa somente as mazelas sociais. Na verdade, é preciso levar em consideração que a falta de autonomia restringia o acesso aos recursos públicos e, conseqüentemente, inibia a formação de um grupo político fortalecido pela máquina estatal. Isso explica a revolta dos indivíduos que, mesmo possuindo Capital econômico, não gozavam dos benefícios da prefeitura. Dito isso, fica mais fácil entender o porquê de o padre Luís, em seu discurso, ter convocado a população para apoiar a luta pela emancipação política. O tom eloquente utilizado para denunciar os problemas sociais também serviu para camuflar os múltiplos interesses que estavam em jogo. De maneira sutil, o padre Luís deixou o recado: era ele o herdeiro legítimo daquela tradição política que ele próprio inventou.

Nos anos seguintes, o padre Luís se esforçou bastante para criar uma base sólida de apoio ao projeto de emancipação. Para o sucesso da empreitada, não bastava somente o apoio da população, era necessário um pacto que envolvesse os proprietários de terra locais, intelectuais, comerciantes e políticos paraibanos que vissem no projeto a oportunidade para obter apoio e votos. Ao mesmo tempo em que procurava apoio, o padre Luís buscou divulgar o projeto por meio da imprensa paraibana. O esforço surtiu efeito. Em 1959, o projeto de emancipação política de Serra da Raiz foi aprovado. O largo da matriz, centro da cidade, tornou-se um verdadeiro palco de festividades. De fato, havia razões para comemorar. A emancipação representou a materialização de um sonho antigo, bem como um acerto de contas com a elite política de Caiçara-PB. Além disso, a autonomia da cidade deve ter reacendido a esperança de dias melhores na população. Não é nosso objetivo entrar no mérito dos benefícios resultantes da emancipação, mas o fato é que, por meio da campanha bem sucedida, Luís G. de Oliveira se tornou a maior liderança política da localidade, influenciando não só no resultado das primeiras eleições municipais, mas também na administração dos prefeitos eleitos.

3.2 A fabricação de si

Até aqui, grosso modo, esse capítulo focou nos aspectos exteriores da trajetória do padre Luís e isso foi feito por se acreditar que não é possível entender a formação de sua subjetividade sem levar em conta, também, suas escolhas e seus modos de atuação em meio à

sociedade na qual estava inserido. Esse foco, no entanto, pode transmitir a ideia equivocada de que os anos que sucederam a sua ordenação sacerdotal foram marcados somente pela tentativa de conquistar sucesso político e financeiro. Na verdade, esses mesmos anos também foram marcados por uma intensa busca identitária. Não é inútil lembrar ao leitor que, durante os anos em que estudou no seminário, o padre Luís se manteve distante de Serra da Raiz. Suas visitas ao espaço rural se restringiam aos meses de férias. Além disso, os estudos teológicos e filosóficos, assim como a rígida disciplina do seminário, tinham aprofundado o hiato que passou a existir entre o padre Luís e os indivíduos com os quais havia convivido durante seus primeiros anos. Após a morte de seu pai, em 1939, e de sua mãe, em 1942, esse hiato se acentuou ainda mais. Nesse sentido, pode-se dizer que sua decisão de retornar ao espaço de sua infância não foi apenas uma tentativa de obter sucesso pessoal, mas também uma forma de tentar se reconectar ao seu passado.

Como proprietário rural, Luís G. de Oliveira teve novamente a oportunidade de se aproximar do universo cultural dos agricultores. Ali, em meio às famílias que se proliferavam em suas terras, o padre Luís pôde observar os costumes, as formas de se comunicar e a religiosidade das pessoas que labutavam cotidianamente em troca de sua subsistência. O olhar do padre Luís, no entanto, não era mais aquele do filho caçula do senhor de engenho. Inexistia aquela identificação natural que havia quando criança. Agora, ele era adulto, padre e patrão. Sua observação dos costumes dos trabalhadores era filtrada pelas leituras e experiências que levava consigo após anos de formação clerical. Isso explica o porquê de o padre Luís nunca ter conseguido superar a imagem folclórica que se construiu sobre a dita “cultura popular” (imagem fabricada por diversos intelectuais brasileiros, dentre eles Luís da Câmara Cascudo e Silvio Romero). Por meio de procedimentos diversos, esses intelectuais forjaram um discurso que coloca as práticas e as atividades semióticas dos indivíduos não letrados como marcas de um passado imemorial. A cultura popular, nesse sentido, seria um baú de tesouros deixados pelo passado, daí a necessidade de proteger, resgatar, preservar e resguardar.⁷⁵

Na tentativa de se aproximar da cultura dos trabalhadores rurais, o padre Luís evidenciou ainda mais a distância que havia entre o seu mundo e aquele de sua infância. A cultura do “povo” tinha se tornado, para ele, estranha de tal forma que só podia ser interpretada a partir dos estereótipos folcloristas. Desse modo, a multiplicidade de significados agregados às práticas sociais e culturais dos indivíduos não letrados, ao passar pelo crivo da observação do padre Luís, reduzia-se a uma representação caricata e infantil.

⁷⁵ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O morto vestido para um ato inaugural**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013.

Referindo-se às práticas religiosas dos trabalhadores, por exemplo, Luís G. de Oliveira escreveu: “alimentavam umas devoções extravagantes com os santos da Igreja. [...] Não se via interesse de imitar a vida de um santo [...]. Queriam os favores do céu, mas sem o sacrificio de levar a vida modificada por uma fê mais coerente. [...]” (OLIVEIRA, 2017, p.92). Para o autor, as “extravagantes” vivências religiosas do povo eram produtos de seus espíritos supersticiosos, incapazes de absorver as verdades do catolicismo. Nesse sentido, pode-se dizer que a sua relação com a cultura dos trabalhadores era paradoxal, pois ao mesmo tempo em que a colocava num espaço de subalternidade, o padre Luís também via nela a possibilidade de reencontrar os traços fundamentais de sua infância perdida.

Na memória daqueles trabalhadores, o padre Luís procurou as peças necessárias para reconfiguração das imagens que guardava de seu passado. Se na sua infância as histórias contadas pelos mais velhos lhe ajudaram a entender o espaço e o grupo social do qual fazia parte, agora as histórias cumpriam o papel de clarear alguns aspectos do seu próprio passado. Desse modo, entrar em contato com narrativas que giravam em torno do Lameiro ou de Bellarmino era uma oportunidade de mergulhar num tempo perdido e encontrar ali, em meios às lembranças alheias, imagens vivas do seu pai, de sua mãe, de seus irmãos, irmãs e todos aqueles que fizeram parte do seu microcosmo juvenil. Esse processo por meio do qual se reconstrói o passado a partir das lembranças de outrem foi devidamente analisado por Halbwachs:

Para nós, [...], não subsistem, em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes do nosso passado [...]. De onde vêm realmente que, uma vez que o acaso nos coloca em presença daqueles que participaram dos mesmos acontecimentos, que deles foram atores ou testemunhas ao mesmo tempo que nós, quando nos contam ou descobrimos de modo diferente o que se passava então em torno de nós, preenchemos essas aparentes lacunas? É que na realidade o que tomávamos por um espaço vazio não passava de uma região, da qual nosso pensamento se desviava porque nela encontrava poucos vestígios. Uma vez que nos indiquem com precisão o caminho que temos que seguir, esses traços se evidenciam, os ligamos um ao outro, aprofundam-se e se juntam por si mesmos. Então eles existem, porém eram mais marcantes na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida, reconstruímos, mas essa reconstrução se opera segundo linhas já demarcadas e delineadas por nossas lembranças ou pelas lembranças dos outros. [...]. (HALBWACHS, 1990, p. 77-78).

Nas linhas citadas, o sociólogo francês defende a ideia de que o processo de reconstrução de nossas lembranças não opera por meio de uma suposta totalidade de reminiscências retidas num recanto sombrio do nosso inconsciente, conforme foi defendido por Henri Bergson, mas a partir das lembranças de outros indivíduos. Nesse sentido, as

possíveis lacunas nas imagens do passado podem ser preenchidas pelas lembranças das pessoas que compartilharam conosco algum acontecimento. Ainda segundo Halbwachs, a forma como um indivíduo se apropria da memória coletiva depende do lugar que é ocupado no interior de um determinado grupo social. Aplicando essa discussão ao objeto deste estudo, pode-se dizer que, ao sair do engenho de seu pai, o padre Luís não apenas se afastou fisicamente e afetivamente do seu passado, mas também se distanciou no sentido de se desconectar de uma memória compartilhada pelo grupo social ao qual pertencia. Ao retomar o convívio com os trabalhadores de Serra da Raiz, ele provavelmente se sentiu como se estivesse redescobrando a sua própria vida, o que não significa que ele teve acesso ao passado tal como os trabalhadores lembravam, visto que a forma como ele se apropriou desse passado foi moldada pelo novo lugar social (sacerdote e proprietário de terras) que ele estava ocupando no interior do grupo.

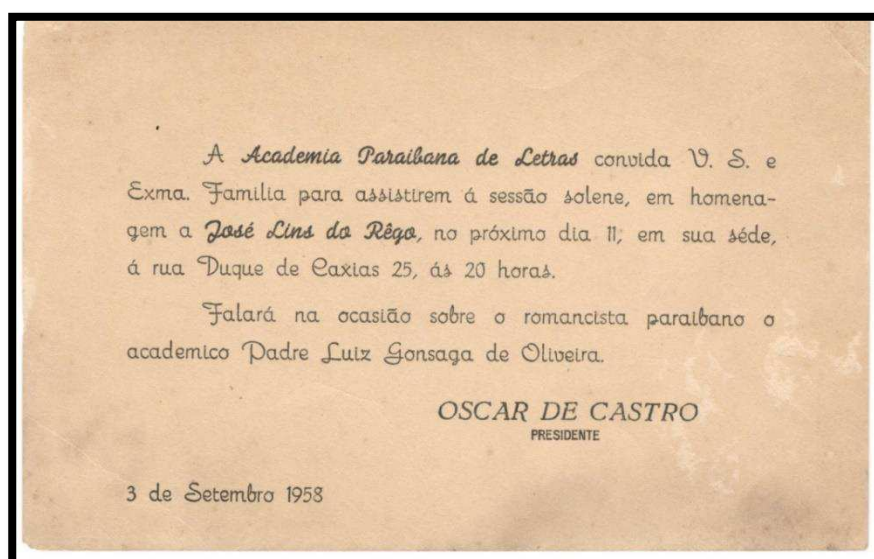
De acordo com Joel Candau (2016, p. 16), “[...] é a memória [...] que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.”. De certo modo, isso explica o interesse do padre Luís pelas histórias narradas pelos moradores locais: ele estava em busca de sua identidade. Por outro lado, essa ideia de busca identitária pode levar à conclusão de que ele estava somente redescobrando aquilo que, no fundo, já era. Não parece plausível, porém, acreditar que, no íntimo do padre Luís, existia uma identidade de menino de engenho que ficou embutida durante vários anos e que, certo dia, foi redescoberta e assumida. Vale mencionar que essa ideia perpassa a maioria dos textos biográficos que tiveram como objeto a vida do padre Luís. Para fugir desse essencialismo identitário, elaborou-se as seguintes questões: por que, entre tantas possibilidades, Luís G. de Oliveira escolheu a sua infância no engenho como marco definidor de sua identidade? Essa escolha se explica simplesmente pelo fato de ele ter crescido no engenho ou ela foi influenciada pelos discursos literários regionalistas?

Para responder essas perguntas, é necessário, antes, entender o quanto o padre Luís foi impactado pelos escritos literários do romancista paraibano, José Lins do Rego (1951-1957). Natural de Pilar-PB, Lins do Rego ganhou bastante notoriedade ao publicar, em 1932, o livro “Menino de Engenho” - marco da literatura regionalista. Após o sucesso da primeira publicação, o autor investiu significativamente na produção de romances relacionados à vida nos engenhos de açúcar. De acordo com o historiador José Augusto de Oliveira, o padre Luís leu “Menino de Engenho” ao término de sua formação no seminário. A leitura foi arrebatadora: “[...]. Corri a vista no primeiro período. Veio-me a vontade de avançar um

pouco e num instante percorri toda a página. Senti uma delícia inexprimível. E foi-se o primeiro capítulo, deixando-me completamente transformado. [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 17). Nas palavras do padre Luís, nota-se o entusiasmo pela descoberta. É como se ele tivesse encontrado, no livro, algo que há muito tempo havia perdido. Nesse sentido, embora possa soar exagerada, a afirmação feita por ele de que se sentiu transformado ao terminar a leitura do primeiro capítulo parece bastante plausível. Inclusive, também não é exagero dizer que a leitura de “Menino de Engenho” foi um divisor de águas na vida do padre Luís.

Nos anos que sucederam esse encontro com a ficção de Lins do Rego, Luís G. de Oliveira buscou se aprofundar na obra do romancista. Esse mergulho logo resultou em textos e conferências sobre o autor. Poucos dias após o falecimento de José Lins do Rego, em setembro de 1957, a então Faculdade de Filosofia da Paraíba organizou um evento em homenagem póstuma ao romancista paraibano. Na ocasião, o padre Luís explanou sobre a vida de Lins do Rego.⁷⁶ Um ano após o referido evento, numa homenagem ao autor de “Menino de Engenho” organizada pela Academia Paraibana de Letras, o padre Luís foi novamente convidado para dissertar sobre a vida e a obra de José Lins do Rego (Imagem XII). Além dessas exposições orais, o padre Luís também publicou um estudo sobre José Lins do Rego na revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba.⁷⁷

Imagem XII -. Convite para homenagem a José Lins do Rego. 1958.



Fonte: Arquivo da ONG SACI.

⁷⁶ Ver: (O jornal, 20 de set. de 1957).

⁷⁷ Ver: OLIVEIRA. Luís Gonzaga de. José Lins do Rego. **Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba**, João Pessoa, v.1, n.3, p. 67-73, 1956/58.

À primeira vista, o arrebatamento do padre Luís parece ter sido provocado unicamente pelo sentimento de identificação com os personagens e espaços presentes nos romances de José Lins do Rego. Porém, analisando com um pouco mais de cuidado, é possível inferir que, mais do que um simples sentimento de identificação, o livro “Menino de Engenho” provocou nele a sensação de ter encontrado sentido para o seu passado. Sob a ótica do discurso regionalista de Lins do Rego, o padre Luís passou a ver o engenho não mais como um espaço rústico de produção açucareira, mas como um lócus idealizado. Por meio do romancista de pilar, Luís G. de Oliveira entrou em contato com aquilo que Freire (2014) chamou de *literatura de engenho*, isto é, um conjunto de discursos que, entre o final do século XIX e início do século XX, atribuiu determinados significados ao engenho. Nesses discursos, o engenho aparece como sendo “[...] o refúgio de uma tradição, capaz de oferecer aos seus egressos uma vida autêntica, tranquila, na contramão do estilo artificial e agitado das cidades. Espaço com pretensões imortais, sempre lembrado e resgatado pela memória. [...]” (FREIRE, 2014, p. 15).

Ao mesmo tempo em que atribuiu determinados significados ao espaço, essa *literatura de engenho* também operou no sentido de caracterizar as pessoas que faziam parte desse universo agrário. O senhor de engenho, por exemplo, é descrito como o pilar de sustentação da vida social do banguê. Tudo gira em torno dele: seu poder de mando, ali, é ilimitado. Todos lhe devem lealdade e obediência. O menino de engenho, por sua vez, é construído como uma espécie de antítese das crianças que se criavam nos centros urbanos. A infância no engenho seria marcada pela liberdade, aventura e descoberta.⁷⁸ Dito isso, pode-se finalmente responder ao questionamento anterior: foi a partir da subjetivação desses discursos que o padre Luís forjou a sua identidade como menino de engenho, dedicando-se à busca pelo tempo perdido de sua infância a partir da escrita memorialística. Tempo esse em que seu pai não havia ainda se encantado sob o manto da morte. Tempo em que seu pai era ainda o senhor de engenho respeitado por todos. Tempo em que ainda desfrutava da proteção e do afeto de seus pais. O passado se tornou, para o padre Luís, o porto seguro capaz de lhe proteger da violência do tempo e da imprevisibilidade do futuro.

⁷⁸ Ver: REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro José Olympio, 1983.

3.3 A projeção do padre Luís no cenário intelectual paraibano

Nos anos que sucederam a sua ordenação, conforme visto no subtópico anterior, o padre Luís buscou construir a base de sua carreira profissional ao mesmo tempo em que constituiu a sua identidade como “menino de engenho”. Nesse período, ele teve que se desdobrar entre as funções religiosas e docentes na capital do estado e os seus compromissos políticos e econômicos em Serra da Raiz. Porém, mesmo repartido entre tantas funções, ele conseguiu se dedicar a cada uma delas de tal forma que, passados alguns anos, começou a gozar do reconhecimento dos seus pares. Esse reconhecimento, entre outras coisas, lhe abriu as portas do jornal *A Imprensa* – órgão ligado à arquidiocese da Paraíba que, no período, gozava de grande prestígio, sobretudo entre o público católico (ARAÚJO, 1986). Em 1948, tornou-se colunista do referido jornal, inaugurando, a partir deste momento, sua carreira de jornalista e escritor. Nas páginas impressas do periódico católico, Luís G. de Oliveira encontrou o espaço necessário para projetar seu nome no cenário intelectual paraibano. Pode-se dizer que o ano de 1948 marcou o início da fase áurea de sua trajetória profissional.

Numa carta dirigida a sua irmã Elvira, o padre Luís escreveu, em 1969, as seguintes palavras: “[...] começou meu descanso. Vai ser como o de 1950 [...]”.⁷⁹ No trecho citado, percebe-se a nostalgia do remetente ao tratar das suas férias de 1950. Mas por que, no meio de tantos anos, ele escolheu o ano de 1950 como exemplo de descanso e bem-estar? Ora, além de lucrar com os negócios agrários e de gozar do prestígio junto à população de Serra da Raiz, o padre Luís estava em plena ascensão no jornal *A Imprensa*, publicando periodicamente textos relacionados ao espaço em que havia crescido. A escrita e a publicação desses textos deve ter gerado nele a sensação de completude, pois, por meio deles, o padre Luís conseguiu unir o intelectual especializado na cultura clássica ao menino de engenho que havia crescido no Lameiro. Tudo isso seria motivo suficiente para fazer despertar a lembrança positiva do ano de 1950. Porém, ainda deve-se acrescentar dois fatos: foi no referido ano que, numa das eleições mais violentas da história da Paraíba, José Américo de Almeida se elegeu governador do estado – fato que teve ressonâncias decisivas na trajetória do padre Luís. Além disso, para sagrar definitivamente o ano, Luís G. de Oliveira foi eleito membro da Academia Paraibana de Letras (APL).

A entrada do padre Luís na APL não foi somente uma consequência de suas qualidades individuais. De acordo com Oliveira Neto (2013), o processo de admissão de novos membros

⁷⁹ OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: Elvira Oliveira. João Pessoa, 18 out. 1969.

envolve uma série de questões que ultrapassam o campo dos méritos pessoais dos concorrentes. Na maioria das vezes, o indivíduo que se propõe a pleitear uma vaga já faz parte do ciclo de amizades de um ou mais membros da APL. Essa proximidade facilita significativamente o ingresso do novato, pois viabiliza uma compreensão prévia dos mecanismos de poder que atuam no interior da instituição. Isso potencializa a atuação do candidato no sentido de criar alianças e obter apoio de pessoas que possam influenciar no resultado da eleição. Levando em consideração as discordâncias internas, essa formação de alianças é essencial para uma campanha bem sucedida. No caso do padre Luís, a sua relação amistosa com o padre Manoel Octaviano deve ter sido decisiva para o desfecho da empreitada, sobretudo se considerar que, no período da eleição, Luís G. de Oliveira ainda não havia publicado nenhum livro.⁸⁰ Utilizando como defesa de sua candidatura a sua atuação docente em instituições paraibanas e unindo isso a sua capacidade de criar coalisões a seu favor, o padre Luís conseguiu alcançar o posto de “imortal” da APL.

A eleição, porém, foi somente o primeiro passo do rito de admissão. Geralmente, entre a eleição e a posse do acadêmico existe um intervalo de cerca de seis meses. Nesse período, o ingressante precisa mergulhar numa pesquisa sobre a vida e a obra daquele que o antecedeu na cadeira. No caso do padre Luís, não havia antecessor, haja vista que a cadeira nº 20 da APL ainda não tinha sido ocupada. Nesse caso, ele teve que estudar a trajetória de Joaquim da Silva, patrono da referida cadeira.⁸¹ Essa fase de estudo após a eleição é especialmente importante, pois, na cerimônia de posse, o novo acadêmico deve proferir um discurso em que enaltece as qualidades do antecessor (ou do patrono) e aponta as suas principais contribuições para a sociedade e a cultura paraibana. O estudo realizado por Oliveira Neto (2013) mostrou que, por vezes, esse momento de preparo foi marcado pela tensão e pelo cansaço:

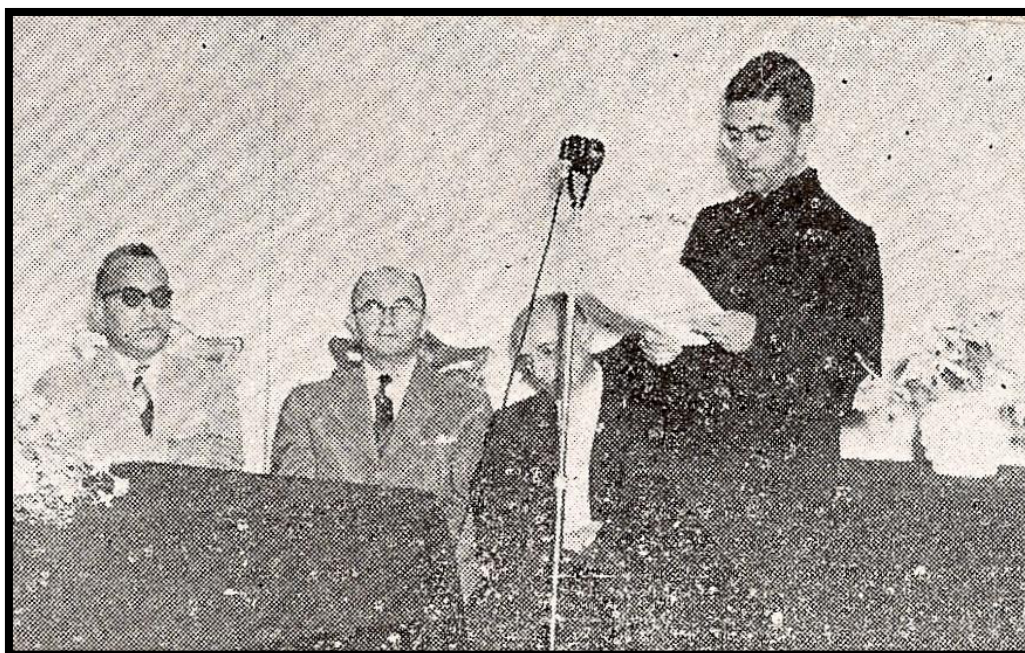
Da ocasião em que é anunciada, pela comissão eleitoral do processo, o novo acadêmico, até a cerimônia de posse, um espaço de até seis meses é dado para que o acadêmico eleito elabore um estudo “aprofundado” sobre a história da cadeira na qual fora empossado. Tal ocasião, um estágio liminar em que o acadêmico, após a realização das eleições e antes de sua posse oficial “é” e, ao mesmo tempo, “não é” ainda um imortal é descrito como um momento de “imersão”, de “preparação intelectual”, e houve mesmo quem tivesse definido “espiritual”, para o discurso e para a posse. Para um dos acadêmicos entrevistados, “preparação do discurso de posse não é fácil, é fatigante, e é preciso nele demonstrar o seu interesse por ocupar aquela cadeira, com determinado patrono e tantos quantos forem os sucessores”. (OLIVEIRA NETO, 2013, p. 138).

⁸⁰ O padre Manoel Otaviano (1880-1960) foi um padre, escritor, professor e político paraibano. Ele entrou para APL em 1945, ocupando a cadeira nº 29. É provável que o padre Luís tenha o conhecido durante os anos em que estudou no seminário diocesano.

⁸¹ Natural de Areia- PB, Joaquim José Henrique da Silva (1820-1889) foi um professor, político e latinista paraibano que, dentre outras coisas, tronou-se conhecido pela contribuição à campanha abolicionista.

O discurso de posse representa, de certo modo, o ápice do processo de admissão. Isso explica a apreensão durante os meses que antecedem a cerimônia. Não se trata, porém, de uma preocupação relacionada unicamente à qualidade do estudo que está sendo feito. O que está em jogo, na verdade, é o devido cumprimento de toda uma ritualística que envolve a posse do novo acadêmico. Ali, em meio aos membros da APL, o novo acadêmico deve mostrar que está apto a se tornar um “imortal”. Essa aptidão não é medida somente pela qualidade do discurso proferido e pela desenvoltura retórica, mas pela capacidade de incorporar uma série de elementos simbólicos que integram o universo semântico compartilhado pelos membros da academia. Em outras palavras, o novato deve subjetivar o *ethos* institucional de modo que seu comportamento e o seu discurso transpareçam os valores considerados relevantes pela comunidade na qual está entrando. Entre esses valores se encontram o respeito à tradição intelectual representada pela APL e o culto quase religioso aos “grandes vultos” da história paraibana. Claro que a noção de grandeza da academia se baseava (e ainda se baseia) numa concepção elitista sobre cultura e intelectualidade.

Imagem XIII - A posse do padre Luís na Academia Paraibana de Letras. 1951



Fonte: arquivo da ONG SACI.

Na noite do dia 10 de maio de 1951, o padre Luís tomou posse na Academia Paraibana de Letras. Além dos membros da APL, estiveram presentes na cerimônia o então governador da Paraíba, José Américo de Almeida, o arcebispo paraibano, D. Moises Coelho, entre outros

representantes da elite política, religiosa e econômica do estado. Na ocasião, o padre Luís proferiu o discurso intitulado *Joaquim da Silva e a civilização latina através do tempo*. Num primeiro momento, o discurso reiterou a mítica dos “grandes homens”, isto é, indivíduos extraordinários que, por meio de seus feitos, conseguiram arrastar a sociedade em direção ao progresso e devem ser tomados como exemplo pelas novas gerações. Após isso, a fala do padre Luís se voltou aos feitos e às qualidades do professor e latinista paraibano, Joaquim da Silva. Essa parte do discurso foi marcada pelo enaltecimento das qualidades morais e intelectuais do indivíduo citado, focando principalmente nas suas contribuições para educação paraibana e na sua participação na campanha abolicionista. Por fim, o padre fez uma apologia à cultura clássica, apresentando-a como o alicerce a partir do qual era possível construir uma sociedade verdadeiramente civilizada:

Mas, para chegarmos a esse estado ideal de psicologia coletiva, se toma indispensável a renúncia de toda a egolatria, na luta insana de preparação. E os arquitetos desta construção precisam de técnica suficiente, para não desmaiarem no itinerário penoso. E esta técnica não se adquire com a formação perfunctória, que apenas poderá produzir espíritos superficiais, que sucumbem ao contato com os primeiros reveses. Daí a necessidade da formação clássica, que produzirá a cultura no seu sentido genuíno que se faz precisa a todo povo civilizado [...]. Esta é a cultura real e não o psitacismo com que se logar a confiança alheia, com noções superficiais assimiladas, de verdadeira aberração de inteligência. (Discurso de posse).

Ao defender a importância da cultura clássica de maneira incisiva, Luís G. de Oliveira não só legitimou o culto à memória de Joaquim da Silva como também atribuiu a si mesmo um determinado papel social. Foi uma via de mão dupla, por assim dizer. De forma implícita, o padre Luís se colocou como herdeiro da tradição clássica, responsável por dar continuidade ao trabalho “civilizatório” em solo paraibano. Essa ode à cultura greco-latina foi uma forma sutil de justificar a sua própria entrada na Academia Paraibana de Letras, visto que, como professor de Latim, ele estaria contribuindo para a propagação daquilo que considerava ser a “cultura real”. Desse modo, pode-se dizer que, para o padre Luís, a noite de posse foi, dentre outras coisas, uma oportunidade de se fazer visível para os indivíduos que ocupavam, na Paraíba, os principais postos de poder no âmbito político e religioso. Esse “se fazer visível” foi de especial importância nos anos seguintes. A cerimônia de posse do padre Luís terminou sob o som da banda de música da Polícia Militar do estado.

Referindo-se à posse do padre Luís, um colunista do jornal *A Imprensa* publicou as seguintes palavras: “[...]. Estou mesmo a pensar se a Academia vai honrar ao padre Luís ou se

é o mesmo padre Luís que vai honrar a Academia.”⁸² Infelizmente, o autor do texto não foi identificado. Sabe-se, porém, que se tratava de um ex-aluno do padre Luís. Como é possível perceber nas palavras citadas, o texto se inicia com um tom excessivamente laudatório. Isso pode ser explicado pelo sentimento de admiração que, por vezes, perpassa a relação entre aluno e professor. No entanto, o que realmente chamou atenção foi o fato de que, a despeito de todos os elogios ao novo acadêmico, é possível perceber certo menosprezo às qualidades literárias do padre Luís: “Justo [...] serei se disser que o padre Luís é portador de uma bagagem cultural da Língua Lusa mais brilhante, do que mesmo dum grande estilo no escrevê-la”. Essa aparente contradição pode advir de uma tentativa de defender a entrada do padre Luís na APL, mostrando que, embora não tivesse cacife literário para entrar na academia, sua atuação como latinista e professor justificaria o título de “imortal”.

Em seus textos, os biógrafos do padre Luís naturalizaram a admissão do padre Luís na academia de tal modo que é como se ela tivesse sido unicamente fruto do seu mérito profissional. Trata-se, sem dúvidas, de uma atitude orquestrada no sentido de engrandecer o indivíduo analisado. Porém, também seria exagero dizer que tudo foi uma questão de laços de amizade e apadrinhamento. Como já dito, o padre Luís até então não havia publicado nenhum livro e, além disso, seus textos publicados no jornal *A Imprensa*, ao que tudo indica, ainda não tinham despertado a atenção de nenhum crítico literário. Até mesmo os mais próximos, como é o caso do ex-aluno citado no parágrafo anterior, não demonstravam muito entusiasmo pela sua escrita. No entanto, a atuação do padre Luís como professor lhe deu algum prestígio, principalmente entre os membros do clero paraibano. Sendo assim, aponta-se para um meio termo, ou seja, a admissão do latinista foi produto tanto do reconhecimento profissional quanto das relações cordiais com indivíduos que ocupavam espaços estratégicos na instituição e fora dela. Esclarecida essa questão, analisar-se-á os efeitos práticos de sua entrada na APL.

Como era de se esperar, o título de “imortal” da APL ampliou significativamente os campos de atuação do padre Luís. Até então, as suas atividades intelectuais giravam em torno da mídia católica. A academia deu ao padre Luís o reconhecimento necessário para ocupar espaços que não necessariamente estavam ligados à Igreja. Em 1952, por exemplo, José Américo de Almeida, governador do estado, nomeou Luís G. de Oliveira para o cargo de professor de latim e literatura latina na então Faculdade de Filosofia da Paraíba. Posteriormente, ele se tornou professor titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Além dessas atividades docentes, colaborou com diversos jornais e revistas paraibanas:

⁸² (*A Imprensa*, 12 mai. 1951).

Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba, O Norte, Revista da APL e Boletim da cultura. Essa ampliação dos campos de atuação, porém, não afastou o padre Luís da imprensa católica. Na verdade, aconteceu justamente o contrário: uma união improvável de fatores políticos e religiosos fez com que, no início dos anos 50, ele deixasse de ser um simples colunista e ascendesse ao cargo de diretor do jornal *A Imprensa*.

Quando se elegeu governador do estado, em 1950, José Américo de Almeida gozava do apoio de parte da imprensa paraibana. Esse apoio acompanhou todo o seu mandato. De acordo com Barbosa (2012), o jornal *A União*, órgão diretamente ligado à máquina estatal, foi um dos que mais atuaram no sentido de construir a imagem de um político operante e sensível às mazelas sociais enfrentadas pelos grupos sociais menos favorecidos. A propaganda midiática explorou ao máximo a atuação de José Américo no combate aos males provocados pelas secas, revestindo o político da áurea de “salvador do nordeste”. No entanto, “[...] nem todos os órgãos de imprensa da Paraíba estavam satisfeitos com os direcionamentos sócio-econômicos [...] implementados no estado. Havia sim uma contraposição em relação à imagem propaganda de ‘beneficiador do Nordeste’ [...]” (BARBOSA, 2012, p. 240). O jornal *A Imprensa* foi um dos principais órgãos midiáticos que fizeram oposição ao governo. Aliás, talvez “oposição” seja uma palavra exagerada demais para descrever o posicionamento do periódico católico, pois o referido jornal assumiu um tom moderado, ora criticando, ora elogiando as ações do governo.

No período em questão, o jornal *A Imprensa* estava sob a direção do monsenhor Odilon Pedrosa. Com a experiência de anos à frente do jornal e amparado pela estrutura de poder da Igreja, é provável que o referido sacerdote tenha se sentido seguro o suficiente para assumir, perante o governo, uma linha editorial marcada pela dubiedade. Em 1951, por exemplo, Odilon Pedrosa publicou um texto intitulado “nossa velha posição”. Nele, lê-se as seguintes palavras: “Afinal hão de convir os leitores que jamais tanto exaltamos um homem de governo, como ao Sr. José Américo. Acontece, porém, que o incondicionalismo não nos serve de norma. [...]” (PEDROSA, 1983, p.189). Ainda no mesmo texto, o autor completa: “Nossa missão não é aplaudir, aplaudir sempre e apesar de tudo.”. Embora seja possível perceber o tom crítico nas palavras do autor, nota-se também a tentativa de não se colocar inteiramente no lugar de opositor. Ainda assim, o diretor do jornal *A Imprensa* não conseguiu escapar da perseguição política de José Américo de Almeida. No mesmo ano em que o texto foi publicado, o governador pressionou o arcebispo paraibano, D. Moises Coelho, para que Odilon Pedrosa fosse afastado da direção do jornal. A pressão surtiu efeito:

Segundo o padre Hildom Bandeira, que foi redator do jornal a partir de 1938, e complementou nossa pesquisa com algumas informações, na oportunidade em que nos concedia entrevista, no governo José Américo [...] houve novo incidente censório com A IMPRENSA. De acordo com o entrevistado, foi este o motivo que levou o Arcebispo Dom Moisés a substituir Monsenhor Odilon Pedrosa pelo Padre Luiz Gonzaga de Oliveira, à frente da diretoria-geral do periódico [...]. (ARAÚJO, 1983, p.75).

Como se não bastasse perder o cargo de diretor do jornal *A Imprensa*, Odilon Pedrosa foi transferido para a paróquia de Pirpirituba, localizada no interior da Paraíba. O afastamento da capital e o inevitável abalo causado pelo ocorrido fizeram com que Odilon se afastasse da imprensa paraibana. Num livro publicado em 1983, ele explicou o incidente da seguinte forma: “O que os mais velhos sabem é que houve fortes pressões [...] por parte de outros mandões e com a agravante de vivermos em pleno regime democrático. A verdade é que não resistiu à investida a autoridade eclesiástica [...]” (PEDROSA, 1983, p. 8). O fato de pertencer ao clero certamente influenciou na forma como Odilon interpretou a decisão do Arcebispo de afastá-lo da direção do jornal. A Igreja aparece, na sua interpretação, como uma instituição indefesa e frágil diante do poder político dos “mandões”. Porém, é bem provável que tenha se tratado de mais uma decisão fruto dos interesses de ambas as partes do que propriamente de uma demonstração de força unilateral. Além do mais, as fontes analisadas indicam que Odilon Pedrosa subestimou a influência que José Américo tinha sobre a Igreja, o que lhe custou o cargo.

A saída de Odilon Pedrosa sinalizou que o governo não iria tolerar críticas vindas do jornal Católico e que a Igreja não estava disposta a medir forças com José Américo de Almeida. Era preciso, portanto, escolher um novo diretor capaz não só de administrar o periódico arquidiocesano, mas também de manter boas relações com o governo. O padre Luís G. de Oliveira foi o escolhido. Após a mudança na direção, o jornal *A Imprensa* se tornou mais uma voz no imenso coro midiático que deificava José Américo. Em 1953, por exemplo, o padre Luís publicou um texto sobre a inauguração do Grupo Escolar Padre Emídio Fernandes em Serra da Raiz. Nos primeiros parágrafos do texto, o autor narrou a chegada apoteótica do governador: “[...] todo o povo se achava aglomerado na Rua Bento José da Costa, para receber [...] José Américo [...]. Em frente à multidão colocaram-se os cavaleiros de vaquejada, formando ala, por onde devia passar o ilustre visitante [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 195). Mais à frente, a matéria diz que o povo ficou extasiado durante o discurso “eloquente” do governador. Por fim, o padre Luís descreveu o momento em que a população foi presentada com leite:

Toda a tarde decorreu nessa distração e entusiasmo geral. À noite a Sra. D. Alice de Almeida, virtuosa esposa do governador, fez a entrega do leite destinado às famílias pobres de Serra da Raiz. Em nome do povo falou um habitante do lugar, expressando a satisfação pelo gesto de bondade, e cristão da primeira dama do Estado. [...]. (OLIVEIRA, 2017, p. 197).

Fica bastante evidente o caráter apologético da matéria citada. No texto, José Américo e sua esposa aparecem como benfeitores movidos pela vontade de ajudar os mais necessitados. A população, por sua vez, aparece como uma multidão comovida diante dos “gestos de bondade” do governo (nada mais conveniente para um jornal que objetivava estreitar os laços com o poder estatal). Vale ainda mencionar que foi Luís G. de Oliveira quem idealizou a recepção do governador. Com uma única jogada, o padre Luís conseguiu se promover em Serra da Raiz (visto que se colocou numa posição de intermediário entre a população local e o Estado) e agradar José Américo de Almeida. Isso ilustra perfeitamente a capacidade que ele tinha de estabelecer diálogo com o poder instituído e utilizar isso em prol dos seus interesses. Nos anos em que esteve à frente do jornal *A Imprensa*, o padre Luís buscou não só manter boas relações com o Estado, mas também com a classe latifundiária. Esse período do jornal ficou marcado pela luta anticomunista e pela demonização dos movimentos sociais que lutavam pelos direitos dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, pode-se dizer que o referido periódico abraçou a agenda conservadora e fortaleceu o movimento que desaguou no golpe civil-militar de 1964.⁸³

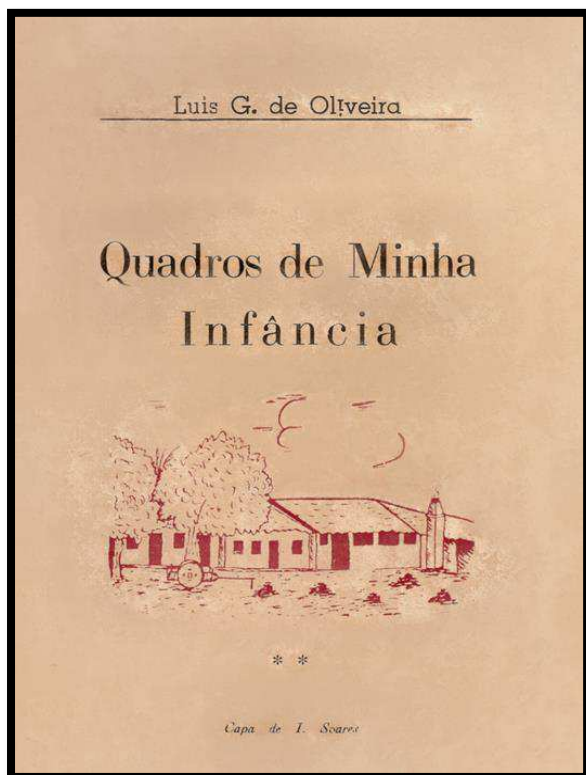
Essa identificação do padre Luís com os setores sociais mais conservadores não foi simplesmente uma questão de oportunismo político. Ao analisar o conjunto dos seus textos publicados no jornal *A Imprensa*, é possível perceber o quanto ele se sentia ameaçado e inseguro diante das mudanças sociais que estavam em curso. Seu ideal de sociedade hierarquizada e patriarcal se chocou de frente com uma realidade social cada vez mais marcada pelas lutas dos trabalhadores, pelas reivindicações dos movimentos feministas e pelas ideologias políticas que pregavam, em tese, a igualdade social.⁸⁴ Diante disso, o padre Luís atuou em duas frentes: em primeiro lugar, buscou atacar diretamente os movimentos sociais e tudo aquilo que, de algum modo, tivesse relação com o a ideologia comunista. Em segundo lugar, procurou refúgio no passado, dedicando-se assiduamente à escrita memorialística. Nesse momento, o tempo pretérito se tornou, para ele, um espaço de fuga.

⁸³ Ver: SOBREIRA, Dimitri. O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In. DANTAS, E; NUNES, P.G.A; SILVA; R.F.C. (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

⁸⁴ Sobre as mudanças sociais e culturais na sociedade brasileira do início do século XX e a maneira como as elites agrárias lidaram com essas transformações, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo” - uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

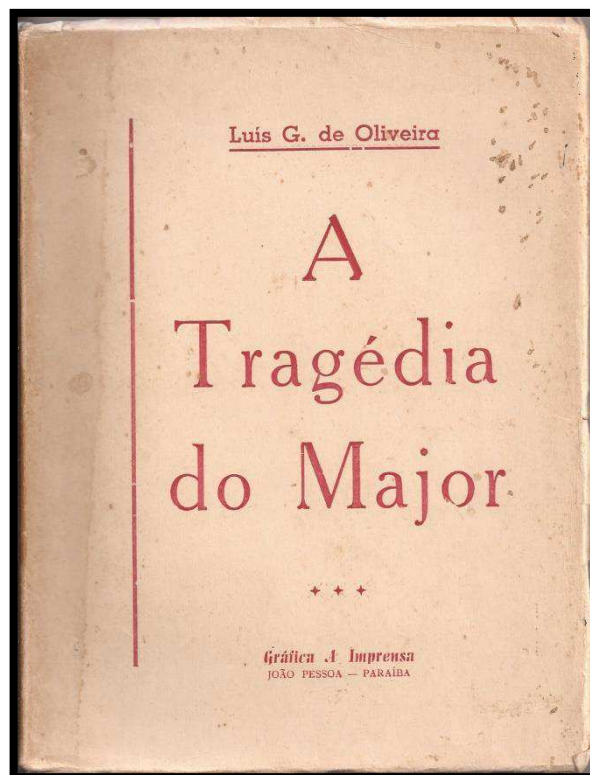
Todas as suas idealizações, fantasias e memórias infantis se fundiram no processo de fabricação de um passado perfeito e feliz. Esse processo deu origem a dois livros baseados nas suas vivências no Lameiro e no engenho Bom-Fim, ambos paridos pela gráfica do jornal *A Imprensa*.

Imagem XIV - Capa do livro “Quadros de minha infância” publicado em 1958.



Fonte: Arquivo da ONG SACI.

Imagem XV- Capa do livro “A tragédia do Major” publicado em 1962.



Fonte: Arquivo da ONG SACI.

É provável que a escrita dos referidos livros tenha representado, para o padre Luís, o ápice do processo de formação de sua subjetividade saudosista. A escrita de si lhe permitiu reformular a sua própria existência e deu-lhe significado. Por meio de suas narrativas memorialísticas, Luís G. de Oliveira também atribuiu sentido ao seu passado. O vazio provocado pela morte do seu pai foi, pelo menos em parte, preenchido pelas imagens de um Lameiro radiante e cheio de vida que ainda pulsava no mesmo ritmo das veias do senhor de engenho. Insatisfeito com a complexidade e com a pluralidade da sociedade em que vivia, ele fabricou um passado em que todas as pessoas agiam conforme seus papéis sociais e os trabalhadores acatavam prontamente as ordens do patrão, pois respeitavam a sua autoridade.

3.4 A reconstrução do engenho Lameiro

Neste subtópico, serão analisadas as principais características do passado forjado pelas narrativas memorialísticas do padre Luís. Destoando do primeiro capítulo em que, por meio de diferentes fontes, buscou-se entender os aspectos culturais e sociais que influíram na formação do padre Luís, o foco agora estará sobre os significados por ele atribuídos ao seu passado no Lameiro. O objetivo, portanto, não é refletir sobre os aspectos socioculturais dos engenhos de Serra da Raiz, mas entender de que forma o padre Luís, por meio de suas memórias, reinventou o seu passado. Isso deve ficar bastante claro para o leitor. Além disso, deve-se mencionar o fato de que, em suas memórias, o padre Luís se refere ao seu pai como sendo o “velho Basílio” e a sua mãe como “Dona Margarida”. Não se sabe ao certo se esses eram os apelidos dos seus pais ou se tais nomes foram criados com a finalidade de não expor os seus verdadeiros nomes. Essa segunda opção parece bem plausível, haja vista que o próprio padre Luís, em muitos textos que tratavam de assuntos relacionados ao seu passado em Serra da Raiz, utilizava o pseudônimo “Olavo Serrano”.⁸⁵

Nas memórias do padre Luís, o engenho Lameiro aparece como um microcosmo. Nele, todos cumpriam uma determinada função que variava de acordo com o gênero, a idade e a condição financeira. A harmonia do engenho se baseava, antes de tudo, no fato de os moradores aceitarem seus papéis sociais. Assim, não havia espaço para revoltas ou mesmo questionamentos. Qualquer reação contrária à “ordem natural das coisas” devia ser prontamente punida de modo que o equilíbrio fosse restituído. A base de sustentação dessa ordem era, sem dúvidas, o senhor de engenho. Pode-se dizer que, entre os literatos que escreveram sobre o engenho, o padre Luís foi quem menos conseguiu lançar um olhar crítico sobre a figura do senhor de engenho. Não é exagero afirmar que, nas memórias analisadas, o dono do Lameiro aparece como um ser quase sobre-humano. Ele era sábio, bondoso, honesto, justo, enérgico, disciplinado e alheio a tudo aquilo que não estivesse diretamente relacionado à religião, à família e ao trabalho. É provável que o autor tenha projetado, no pai, tudo aquilo que considerava ser característico de um verdadeiro cristão, fazendo dele um arquétipo, isto é, um modelo a ser seguido por todos os homens.

Para o padre Luís, o Lameiro e o seu pai eram sinônimos. Os destinos de ambos se entrelaçavam de tal modo que não era possível distinguir o homem e a terra. Em certo

⁸⁵ Ao longo de sua trajetória, Luís G. de Oliveira fez uso de vários pseudônimos para assinar seus textos. Segue alguns deles: Olavo Serrano (algumas vezes utilizava simplesmente O. Serrano), J. Mendonça, T.O e J. Barreto.

momento, referindo-se ao seu pai, o memorialista escreveu: “[...]. No dia que morresse ou desaparecesse dali, o Lameiro também se acabava. Por que o Lameiro só tinha graça e vida por causa dele. Sem o velho, o engenho teria de ficar de fogo morto.” (OLIVEIRA, 1958, p.105). Essa simbiose entre o senhor de engenho e as suas terras não foi uma singularidade dos escritos do padre Luís. Na verdade, ela se faz bastante presente na *literatura de engenho*. Porém, nas memórias do padre, ela ultrapassa a dimensão estritamente metafórica e adquire materialidade afetiva: após o falecimento do seu pai, Luís G. de Oliveira buscou, nas lembranças do Lameiro, resgatar os traços do seu progenitor. Lembrar o engenho de sua infância era, portanto, uma forma de se conectar ao seu pai. De certo modo, isso explica também o fato de o memorialista ter construído o Lameiro como um espaço que proporcionava segurança física e emocional às pessoas que ali viviam.

Tudo que ultrapassava os limites geográficos do Lameiro era potencialmente perigoso. O padre Luís lembrou suas saídas do engenho como sendo verdadeiras epopeias. Longe do espaço protetor do banguê, emergia um mundo desconhecido, sombrio e cheio de criaturas assustadoras: “As sombras cobriam grande parte das matas, e uma solidão indescritível se acumulava por dentro da cavidade profunda [...]. Afigurava-se um abrigo impenetrável de animais nocivos, que só apareciam cá por fora nas sombras da noite [...]” (OLIVEIRA, 2017, p.60). Esses animais, por vezes, eram caracterizados como seres sobrenaturais que apareciam para atormentar as pessoas que se aventuravam pelas matas e por outros “lugares lúgubres”. O padre Luís também se referiu aos espaços além-engenho como sendo redutos de almas penadas e de doenças. Em uma de suas memórias, por exemplo, ele cita “a mata dos bexigentos” – um espaço para onde iam as pessoas contaminadas pela varíola.⁸⁶ Relembrando as impressões que teve ao visitar o lugar, o literato escreveu:

Não vimos o lugar das covas. Pelo menos não distinguimos os montículos de terras sob os quais dormiam as pobres vítimas da moléstia horripilante. Para lá a mata escura, onde ninguém penetrava. Um silêncio de paragem histórica ali dominava, fazendo lembrar o que tinha acontecido. A morte passara deixando o sinal de seu trânsito no ar de desolação e sombra por baixo das árvores. (OLIVEIRA, 2017, p. 61).

Na maioria das vezes, as narrativas que tratam desses espaços nocivos terminam com o retorno ao engenho. Retornar ao Lameiro, nesse sentido, era uma forma de fugir das trevas

⁸⁶ Um grupo de estudos liderado pelo geógrafo Edvaldo Júnior confirmou recentemente a existência, em Serra da Raiz, de um local que, entre o final do século XIX e início do XX, serviu como uma espécie de abrigo para as pessoas contaminadas pela varíola. O estudo sobre o local ainda está em fase preliminar. O grupo que fez a descoberta é constituído pelos seguintes membros: Roberto dos Santos, Fernando Abreu, Fábio da Silva, Marcos e Saulo Cristhenes.

exteriores. Ao construir os espaços além-engenho de modo negativo, o padre Luís conseguiu reforçar ainda mais a ideia de que o Lameiro era o seu porto seguro. Se na infância o engenho havia sido um abrigo contra monstros e almas penadas, reconstruir o Lameiro por meio da escrita foi uma maneira de amenizar, na fase adulta, a sensação de insegurança diante de uma sociedade que não correspondia aos seus ideais. O Lameiro foi, para o padre Luís, uma espécie de amuleto capaz de oferecer proteção contra as coisas que lhe eram desconhecidas e que não conseguia controlar, seja as fantasias infantis, o comunismo ou qualquer outra coisa que não lhe soasse familiar. Além disso, a lembrança do engenho de sua infância também ajudava a suprir as suas carências afetivas. Relembrar o Lameiro foi uma forma de reencontrar o abraço paterno que lhe protegia dos perigos do mundo e uma maneira de se reconectar ao tempo em que não havia razões para temer a inconstância da vida, visto que o seu pai estava no controle de tudo.

Nas memórias do padre Luís, a figura da mãe não é tão onipresente como a do pai. Isso se deve ao fato de o autor associar a mãe ao campo da intimidade - espaço que é quase inexplorado em seus textos. Ainda que poucas vezes citada, a mãe aparece como sendo um arquétipo feminino. Para o memorialista, ela era a síntese perfeita de todas as virtudes que uma mulher deveria ter, sendo descrita como sábia, dócil, caridosa, afável, paciente, dona de casa e, sobretudo, mãe exemplar. O engenho se identificava com o pai da mesma forma que a casa-grande se identificava com a mãe. Relembrando uma noite de festividades, o padre Luís escreveu: “A casa-grande era um formigueiro, de gente entrando e saindo. D. Margarida a se locomover da sala à cozinha, dando ordens e reparando que tudo que mandara fazer. Era mesmo a dona de casa, capaz de dirigir toda a luta, sem nada faltar.” (OLIVEIRA, 1958, p.36). Enquanto o senhor de engenho solucionava os problemas referentes ao engenho, D. Margarida se ocupava dos assuntos domésticos. Era esse equilíbrio que fazia com que o Lameiro fosse um espaço familiar e de trabalho ao mesmo tempo.

No passado idealizado pelo padre Luís, as mulheres espelhavam, em maior ou menor grau, as virtudes de sua mãe. Desse modo, o feminino aparece sempre associado à ideia de maternidade. Em um texto escrito em homenagem a uma antiga professora, o memorialista relembrou a capacidade que a docente tinha de exercer “[...] a autoridade com certa doçura materna, sem gritos e nem muita zuada. [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 190). Percebe-se, nas palavras citadas, a exaltação da capacidade de conter ou reprimir determinadas emoções que, para o autor, estariam relacionadas ao universo masculino. É como se a irritação e a conseqüente elevação da voz ferisse aquilo que o padre Luís tinha como modelo de feminilidade. A mulher, nesse sentido, devia ser sempre mansa e passiva. Embora o espaço

para a transgressão seja ínfimo nos textos analisados, é possível notar a presença de algumas personagens que fugiam desse ideal feminino. Essas personagens foram, na maioria das vezes, retratadas de forma caricata. É o caso da “velha Rita”, esposa de um trabalhador do engenho:

Mestre Antônio havia de ter um contrapeso para mortificar os seus dias de tranquilidade, para lhe roubar a paciência, tantas vezes provocada. A velha Rita a se embriagar, visitando a destilação, gostava de beber cana e chegava cambaleando e trocando os olhos. O pobre velho ficava por não viver. E a velha chegava até a se prestar de objeto de mofa para os meninos do engenho. Sacudindo-lhe pedras, e achavam muita graça nas respostas malcriadas [...]. (OLIVEIRA, 2017, p. 43).

A velha Rita é descrita como uma mulher degenerada. Enquanto seu marido trabalhava no engenho, ela passava o dia bebendo cachaça. Embriagava-se ao ponto de andar cambaleando e era constantemente ridicularizada pelas crianças do Lameiro. Além de escutar insultos, a velha era alvo de pedradas. A velha Rita não é um exemplo isolado. Em seus textos, o padre Luís também fez menção à “negra Rainha” de maneira depreciativa. Como no caso anterior, a referida personagem também era perseguida pelos moleques: “[...] A negra Rainha cantarolava, às primeiras horas da manhã, já bicada pelas bodegas. A megera preta era o recreio do molecório vadio da rua, que lhe fazia festa, jogando-lhe pedra e ouvindo palavrões de vítima encachaçada.” (OLIVEIRA, 2015, p.76). Nos dois casos citados, é possível perceber um elemento em comum: o consumo de bebida alcoólica. Não parece ser coincidência. A cachaça, nas memórias analisadas, é associada à virilidade. Assim, as mulheres que ingeriam a substância se tornavam transgressoras dos papéis de gênero estabelecidos.

Essas mulheres “transgressoras” aparecem como antíteses daquilo que o padre Luís considerava ser o modelo comportamental adequado para as mulheres. Desse modo, o memorialista buscou amplificar ao máximo as diferenças entre uma mulher ideal e uma mulher degenerada. A primeira era respeitada pela comunidade, enquanto a segunda era constantemente ridicularizada. A primeira era séria e discreta, enquanto a segunda era fanfarrona e atrevida. A primeira se dedicava à criação dos filhos e aos cuidados domésticos, enquanto a segunda não tinha senso de responsabilidade. A primeira colaborava para o sucesso do marido, enquanto a segunda era motivo de vergonha para o cônjuge. De modo geral, esses contrastes serviram somente para realçar ainda mais as virtudes das mulheres que cumpriam devidamente os seus papéis. No passado criado pelo padre Luís, as mulheres transgressoras eram apenas exceções em uma sociedade constituída predominantemente por mulheres passivas e obedientes.

A obediência não era um atributo somente feminino. Essa característica também estava presente na personalidade dos homens que trabalhavam no Lameiro. Nas narrativas do padre Luís, os trabalhadores quase sempre são descritos como indivíduos conformados com os seus destinos e totalmente submissos ao senhor de engenho. Todos confiavam cegamente no senso de justiça do velho Bellarmino: “[...]. O patrão não queria nada de ninguém. Exigia tudo no direito, respeitando escrupulosamente o que fosse dos outros. [...]. E os pobres comentavam a segurança daquela consciência difícil de ter outra igual.” (OLIVEIRA, 1958, p.30). Além disso, para o sacerdote, a ausência de conflitos no engenho era consequência da forma que os trabalhadores encaravam a vida. Para eles, a miséria não seria uma consequência da exploração da qual eram alvos, mas uma condição natural, ou seja, inquestionável. Rebelar-se contra isso seria o mesmo que se rebelar contra a vontade de Deus. Restava aos trabalhadores se calar diante das adversidades e, nos momentos de agonia, recorrer à misericórdia divina e à caridade do senhor de engenho.

Além de obedientes, os homens do Lameiro eram trabalhadores incansáveis. Para eles, o trabalho não era somente uma forma de subsistência ou um tipo de mortificação, pois era por meio do trabalho que os homens conseguiam a admiração do senhor de engenho e de toda a comunidade. No passado construído pelo padre Luís, a maioria dos homens tinha uma disposição quase animalesca para o trabalho. Não importava as condições climáticas e a dureza da atividade que estava sendo realizada: “Os cabras do Lameiro não respeitavam terreno difícil; trabalhavam por convicção. Desciam ladeiras, cavando rego, num arrojo de emulação, como se o interesse maior fosse o deles, no resultado do serviço. [...]” (OLIVEIRA, 1958, p.43-44). Os homens, nesse sentido, trabalhavam por prazer mesmo sabendo que, em grande medida, esses esforços não resultavam em grandes benefícios. Esse gosto pelo trabalho era compartilhado até mesmo pelos mais novos: “Os meninos gostavam de incorporar-se ao exército de batalhadores do campo. Sentiam-se bem com a responsabilidade que lhes comunicavam tão cedo.” (OLIVEIRA, 2017, p. 89).

Como demonstrado nos parágrafos anteriores, Luís G. de Oliveira, por meio de suas narrativas memorialísticas, forjou um passado marcado pelo respeito às hierarquias sociais, pela autoridade do patrão e pela passividade da maioria das mulheres acerca de seus papéis sociais. Para o padre Luís, esse passado ideal estava em vias de desaparecimento, já que estava sendo tragado por uma sociedade que não valorizava as hierarquias e as tradições. Do paraíso de sua infância havia restado somente o “[...] engenho com o seu aspecto de catacumba, e as harpias pousadas no bueiro, para vaticinarem uma desventura que parece ir tomando chegada.” (OLIVEIRA, 1958, p. 184). Todo o fogo do engenho havia se apagado,

deixando somente as cinzas de um tempo perdido. O passado áureo do Lameiro tinha se tornado um “sonho distante”. Nesse sentido, escrever sobre o passado foi, para o padre Luís, uma forma de reter o desmoronamento do seu mundo infantil e uma tentativa de resguardar suas lembranças de modo que elas não fossem totalmente engolidas pelo rio Lete, isto é, pelo esquecimento.

3.5 O tempo implacável

Na década de 60 do século passado, a ascensão meteórica do padre Luís G. de Oliveira esbarrou numa série de acontecimentos políticos e religiosos. Iniciou-se, nesse período, o crepúsculo de sua vida. Pode-se dizer que o golpe civil-militar de 1964 e toda a conjuntura política pós-golpe influíram decisivamente nessa mudança de rumo da vida do padre Luís. Para entender como se deu essa influência, faz-se necessário levar em consideração as mudanças ocorridas no seio da Igreja católica paraibana após o golpe de Estado. Algum tempo depois da ascensão dos militares ao poder, D. José Maria Pires foi nomeado arcebispo da arquidiocese da Paraíba. Embora a sua nomeação tenha ocorrido em 1965, Dom José só chegou à Paraíba no ano seguinte sendo recebido com entusiasmo pelos fiéis paraibanos. No seu discurso de posse, D. Zumbi, como ficaria conhecido, deixou claro que a sua gestão iria se voltar principalmente aos mais pobres (SILVA, 2018). É possível imaginar o júbilo dos ouvintes, sobretudo daqueles que pertenciam às classes menos favorecidas, ao ver a autoridade religiosa mais importante do estado direcionar a sua fala para eles.

Para o descontentamento da ala mais conservadora da Igreja, o referido discurso não foi um simples espetáculo retórico. A atenção dada por D. José às causas sociais e o seu posicionamento contrário ao regime militar causaram um verdadeiro mal-estar entre os clérigos mais reacionários.⁸⁷ É importante dizer que, no período, o clero paraibano ou pelo menos boa parte dele tinha um perfil conservador. Desse modo, o entusiasmo inicial de D. José se chocou com a desconfiança dos padres (PEREIRA, 2012). Aos poucos, porém, o arcebispo foi se mostrando bastante habilidoso no trato com grupos divergentes. Essa qualidade lhe possibilitou criar as condições necessárias para o encaminhamento do seu episcopado. Uma das primeiras mudanças ocorridas após a nomeação de D. José se deu no âmbito do jornal *A Imprensa*. Isso não podia ser diferente, já que o referido jornal era uma

⁸⁷ Em simetria com o posicionamento de muitas lideranças católicas, D. José Maria Pires viu com bons olhos o golpe de 1964. Porém, logo em seguida, as políticas autoritárias do novo governo fizeram com que o clérigo assumisse uma postura crítica perante as arbitrariedades do regime, chegando inclusive a ser acusado de subversivo e simpatizante dos ideais comunistas (PEREIRA, 2012).

espécie de porta-voz da arquidiocese que cumpria a função estratégica de divulgar ideais e opiniões consoantes aos interesses da ala dominante do clero paraibano. Nesse sentido, não havia como conciliar o posicionamento político do novo arcebispo com a política editorial de um periódico que, sob o comando do padre Luís, foi um verdadeiro baluarte dos grupos dominantes.

Em dezembro de 1965, quando Dom José Maria Pires é designado para a Arquidiocese da Paraíba, substitui o diretor-geral de A IMPRENSA, padre Luís Gonzaga de Oliveira, tentando sustentar o jornal entre princípios de 66 até 1968. Voltou a editá-lo semanalmente, como no início, mas não adiantou. O Jornal deixa de circular na semana compreendida entre finais de 1967 e princípios de 1968. Alguns dias depois tenta reerguer-se, mas não aguenta e desaparece, definitivamente, em abril/68. A falta de recursos e algumas pressões de dentro e de fora da Igreja marcaram o fechamento de A IMPRENSA. (ARAÚJO, 1986, p. 45-46).

É provável que o padre Luís G. de Oliveira tenha engolido amargamente a notícia do seu afastamento da direção do jornal *A imprensa*. Por mais de uma década, ele havia dedicado boa parte de sua vida ao referido periódico. Para piorar, poucos anos depois, em 1968, ele assistiu ao desmoronamento total do jornal. A falta de verbas e as pressões políticas típicas de um período histórico marcado pelo cerceamento da liberdade de expressão fizeram com que o *A Imprensa* fechasse definitivamente as portas. Nada disso estava nos planos do padre Luís. Para ele, o golpe civil-militar de 1964 havia sido uma verdadeira revolução orquestrada pelos militares com a finalidade de livrar o Estado brasileiro da corrupção e o do espectro do comunismo. É bem possível que ele tenha imaginado o seguinte cenário: após a efetivação do golpe de Estado, os militares ficariam em dívida com os membros da Igreja que tinham apoiado o movimento. Essa dívida se converteria em vantagens e oportunidades no novo regime. O resultado, porém, não foi como o esperado. No fim das contas, a arquidiocese paraibana ficou sob a liderança de um “inimigo” do regime, o padre Luís foi afastado da direção do jornal *A Imprensa* e aquilo que ele pensou ser uma revolução logo mostrou sua face autoritária.⁸⁸

Tendo perdido o lugar de destaque na imprensa católica paraibana, o padre Luís voltou sua atenção à política de sua terra natal. Como já foi dito noutra parte deste capítulo, após a emancipação política de Serra da Raiz, em 1959, o padre Luís se tornou uma das peças principais do jogo político da cidade. Seu apoio era fundamental para aqueles que almejavam o cargo de prefeito. Em 1963, por exemplo, o padre Luís apoiou seu irmão, João Nepomuceno

⁸⁸ Sobre o Regime civil-militar (1964-1985), ver: NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

de Oliveira, numa disputa bastante acirrada contra João Miranda Serpa, incluindo, segundo algumas fontes, um atentado sofrido pelo padre Luís G. de Oliveira. Infelizmente, não se conseguiu obter maiores informações sobre o ocorrido. O fato é que João Nepomuceno venceu a eleição obtendo 56,18% dos votos válidos.⁸⁹ Na eleição seguinte, ocorrida em 1968, o padre Luís ajudou a eleger Antônio de Almeida Neto (MDB). Além de ter participado ativamente da campanha, o sacerdote também auxiliou na gestão da cidade, como é possível perceber em uma correspondência enviada ao novo prefeito: “Arranjei um desenhista para fazer o serviço do largo da matriz, para o calçamento projetado. Ele vai até aí, depois de combinarmos o dia.”.

Todo esse envolvimento do padre Luís na política local de Serra da Raiz teve um preço. Além do Capital financeiro investido nas campanhas, havia ainda o desgaste físico e emocional fruto de uma rotina que envolvia não só os já citados compromissos políticos, mas também as atividades docentes e sacerdotais na capital do estado. É verdade que agenda lotada não era uma novidade, no entanto é preciso levar em conta o fato de que, no final da década de 60, o padre Luís já não gozava das mesmas condições físicas dos tempos joviais. Nas correspondências enviadas aos seus familiares e aliados políticos, é possível perceber o quanto ele estava abatido:

[...] Meu esquecimento está horroroso. Minha saúde muito precária, como eu já disse, chegando mesmo a acrescentar que ninguém tivesse surpresa pelo que acontecesse. Só Deus me livra de um funesto, pelo que estou vendo. Tudo isso é consequência de política. A cooperativa daí me está acabando com o restinho. [...].⁹⁰

Esse trecho citado faz parte de uma correspondência enviada, em março de 1969, ao então prefeito de Serra da Raiz, Antônio de Almeida Neto. Já nas primeiras linhas, é possível notar o tom pessimista que atravessa todo o conteúdo da carta. O padre Luís se mostrou bastante preocupado com seu estado de saúde, chegando a afirmar que só Deus poderia lhe tirar da situação complicada na qual se encontrava. Por mais de uma vez, o sacerdote sugeriu que tudo o que estava vivenciando era consequência da política. O problema é que, no trecho visto, o termo “política” aparece de forma muito vaga, sem nenhum complemento. Somente

⁸⁹ Mesmo reconhecendo os interesses pessoais que estavam envolvidos na empreitada política da família Oliveira, não se pode negar o fato de que Serra da Raiz adquiriu estatura de município durante a referida gestão. A administração de João Nepomuceno de Oliveira viabilizou a construção da sede da prefeitura, de uma escola na zona rural, de um posto de saúde, além de ter conseguido junto ao governo do estado o apoio necessário para levar luz elétrica à cidade. Ver: SANTOS, Gerlane Faustino. **Entre o tradicional e o moderno**: Serra da Raiz (1960-1970). Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2012.

⁹⁰ OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: Antônio de Almeida Neto. João Pessoa, 11 mar. 1969.

no final da correspondência, especificamente no último parágrafo, o remetente esclareceu a sua afirmação anterior: “[...]. Estou liquidado. E o único motivo é a política. A verdade é esta. Fiz o prefeito, mas me arrasei. Serei feliz se escapar com vida.”. As palavras citadas indicam que o padre Luís acreditava (ou pelo menos queria que o destinatário acreditasse) que a principal causa de todos os seus problemas havia sido o seu envolvimento na campanha para prefeito de Serra da Raiz. É possível que, após vitória do seu candidato, o sacerdote tenha percebido que, no fim das contas, não tinha valido a pena investir tempo e dinheiro na referida causa.

O drama enfrentado pelo padre Luís durante essa fase de sua vida não foi só consequência do seu envolvimento em campanhas eleitorais. Pelo menos dois outros fatos contribuíram para o agravamento da situação. O primeiro deles está relacionado à atuação do sacerdote à frente da “Cooperativa Agrícola Mista de Serra da Raiz” – instituição que tinha como objetivo oferecer auxílio aos agricultores e produtores rurais da cidade. Em meados de 1969, o padre Luís abriu, em nome da cooperativa, uma carta de crédito no Banco do Brasil. O valor do crédito deveria ser devolvido ao banco no prazo de mais ou menos oito meses. Aparentemente, a ideia era simples. Os membros da cooperativa usariam o dinheiro para fomentar suas atividades agrícolas e, no prazo estabelecido, utilizariam parte de seus ganhos para ressarcir ao banco. Na prática, porém, a empreitada não se mostrou tão trivial. Ao que tudo indica, alguns associados fizeram uso indevido dos recursos, causando, assim, um desequilíbrio nas finanças. Pode-se imaginar a frustração do padre Luís ao ver a cooperativa que ele havia idealizado ruir devido à corrupção praticada pelos seus próprios membros.

Além das dívidas, do seu estado de saúde e das preocupações referentes ao mau funcionamento da cooperativa, o padre Luís ainda teve que lidar com a doença do seu irmão, João Nepomuceno de Oliveira. Em maio de 1969, em uma carta enviada ao seu irmão, o sacerdote escreveu as seguintes palavras: “Falei com Marcos Aurélio [...] sobre o teu caso. Ele disse que toda origem de tua doença é o fumo. Tens um aneurisma, mas isso não quer dizer grande coisa. Mas o uso do fumo leva à sepultura mui facilmente. Não deve haver tolerância.”⁹¹ O alerta incisivo revela a aflição do padre Luís diante da situação em que se encontrava o irmão. Baseado nas recomendações de um médico, o sacerdote aconselhou o irmão a parar de fumar e sugeriu, em outro trecho da carta, uma mudança nos hábitos alimentares. Pouco tempo depois de escrevê-la, padre Luís recebeu a notícia do desenlace do

⁹¹ OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [Correspondência]. Destinatário: João Nepomuceno de Oliveira. João Pessoa, 09 mai. 1969.

irmão. João Nepomuceno morreu na noite do dia 25 de junho de 1969. No dia seguinte, ao som da banda de música da cidade, seu corpo foi levado ao cemitério municipal.

Ao ver o corpo do irmão ser sepultado próximo ao jazigo dos pais, é provável que o padre Luís tenha se sentido ainda mais órfão de um passado morto. Pouco a pouco, a passagem do tempo arrastou tudo aquilo que o sacerdote julgava ser resquício de sua infância no Lameiro. A solidão que acompanhou o padre Luís durante toda a sua vida adulta deve ter se acentuado ainda mais durante esses últimos anos. Para entender essa solidão, nada mais conveniente do que analisar os textos do padre Luís que tratam da vida e da morte do *velho cedro da montanha* – uma árvore centenária pela qual o sacerdote alimentava um grande afeto. Em diversos escritos, a velha árvore aparece como sendo a última testemunha viva do passado de Serra da Raiz. Ela era a marca de uma tradição local. Por esse motivo, o velho cedro foi respeitado, durante vários anos, pelos homens e mulheres que por ele passaram. No entanto, aos olhos do padre Luís, as novas gerações não mais compreendiam o valor do cedro. Desse modo, a árvore que havia reinado sobre o tempo passou a amargar o desprezo e a incompreensão dos homens.

Tudo havia mudado. Somente o velho cedro me recordava o tempo ditoso, que não voltaria mais. E isto eu notava que ele me dizia, mas de u'a maneira diferente, - mostrando-se dominado por forte pressentimento de desgraça que lhe estava para acontecer. **Parecia compreender o indiferentismo de toda a gente que passava defronte, sem entender a sua queixa muda, sobre o destino cruel que lhe vinham premeditando.** (OLIVEIRA, 1958, p. 170-171, grifo nosso).

No trecho citado, o padre Luís lembrou a decadência do velho cedro. A árvore que despertava a admiração das pessoas se tornou alvo da indiferença e da crueldade humana. A árvore que, durante muito tempo, havia sido uma mensageira do passado se tornou uma velha muda: um símbolo hermético cujo significado havia se perdido. Por fim, a árvore foi ceifada. Para o padre Luís, a morte do velho cedro se tornou uma espécie de apanágio da própria condição humana, visto que fez o sacerdote tomar consciência do “[...] destino terrível e desconhecido, que está reservado aos homens [...]” (OLIVEIRA, 1958, p.177). A áurea trágica que envolve os textos que tratam do velho cedro indica um grau de empatia que, a nosso ver, justifica-se pelo seguinte fato: na referida árvore, Luís G. de Oliveira projetou seus próprios sentimentos e suas inquietações. Era ele quem se sentia triste diante daquilo que julgava ser um menosprezo ao passado. Era ele que se sentia incompreendido dentro de uma sociedade que, em sua perspectiva, não valorizava as tradições. Enfim, era ele quem se sentia impotente diante da implacabilidade do tempo.

Além disso, é provável que o “velho cedro da montanha” representasse, para o padre Luís, a concretização do seu desejo de permanência. Ao longo de sua existência, a velha árvore esteve sempre enraizada no mesmo solo. Sua longevidade possibilitou uma espécie de vitória temporária sobre a morte. Ademais, ela nasceu cedro e morreu cedro, tornando-se, aos olhos do sacerdote, o símbolo de uma identidade unívoca. Esse desejo de permanência era uma forma de compensar uma vida marcada pelo movimento de fuga. Na primeira fase de sua vida, o padre Luís se afastou do seu cosmos infantil a fim de construir o seu futuro. Na segunda fase de sua vida, tentou abandonar o presente a fim de buscar a sua infância perdida. Ou seja, o sacerdote esteve sempre num caminho entre uma coisa e outra, nunca alcançando plenamente aquilo que desejava encontrar. De certa forma, sua trajetória pode ser equiparada a do protagonista do conto *A terceira margem do rio*. Luís G. de Oliveira, assim como o personagem criado por João Guimarães Rosa, abandonou a sua casa, mas não conseguiu se afastar totalmente dela. Ele ficou à deriva numa espécie de “entrelugar”, repartido entre a necessidade de partir e o desejo de voltar.

Também foi num “entrelugar” que o padre Luís começou a sentir as dores da morte. Ele passou mal enquanto dirigia seu automóvel em direção à maternidade Cândida Vargas, em João Pessoa-PB, onde celebraria a missa dominical. O último compromisso eclesial não foi cumprido. Na manhã do dia 23 de maio de 1971, logo após sofrer um mal súbito, o sacerdote foi levado ao Hospital Samaritano, localizado na capital do estado. Lutou pela vida durante todo o resto do dia, suspirando pela última vez pouco antes da meia-noite. De acordo com o laudo do médico Marcos Aurélio de Oliveira Barros, o padre Luís faleceu em consequência do agravamento de um quadro de hemorragia cerebral e hipertensão arterial. Luís G. de Oliveira foi surpreendido pela morte quando estava prestes a publicar as suas *memórias do internato* – conjunto de textos que tratam do período em que estudou no seminário diocesano da Paraíba. O projeto ficou inacabado. O fim abrupto da trajetória do sacerdote faz lembrar as palavras que ele utilizou para descrever a morte do velho cedro da montanha: “A noite envolveu todas as coisas, nas trevas do seu manto, onde se ocultou a morte para o golpe traiçoeiro.” (OLIVEIRA, 1958, p.171).

O corpo do padre Luís foi velado na catedral metropolitana em João Pessoa-PB. Estiveram presentes diversos amigos e familiares do sacerdote, além de membros do clero. Na tarde do dia 24 de maio de 1971, o então arcebispo paraibano, Dom José Maria Pires, celebrou uma missa em homenagem ao sacerdote recém-falecido. Após esses ritos fúnebres, o corpo de Luís G. de Oliveira foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia - templo localizado na capital do estado. O corpo do defunto descansou ali durante quarenta

anos. Em novembro de 2011, os familiares do sacerdote decidiram transferir os seus restos mortais para a Igreja do Nosso Senhor do Bom-Fim, em Serra da Raiz (imagem XVI). Mais do que ilustrar uma trajetória nômade, esse último traslado parece ter sido também uma espécie de ato simbólico de redenção, já que a família Oliveira, após a morte do padre, deixou de ocupar espaços importantes dentro da estrutura de poder político de Serra da Raiz. Esse afastamento, de certo modo, colaborou para que memória do sacerdote caísse numa espécie de limbo social. Ao levar os restos mortais do padre Luís ao seu torrão natal, seus familiares criaram as condições necessárias para o reavivamento de sua memória. Desse modo, o morto passou a habitar o mundo dos vivos, ainda que emoldurado pelo apologismo exacerbado dos seus parentes.

Imagem XVI – Transferência dos restos mortais do padre Luís G. de Oliveira.

FAMÍLIA OLIVEIRA

CONVITE:

CONVIDAMOS AOS PARENTES E AMIGOS DO PADRE LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA A PARTICIPAR DA TRANSFERÊNCIA DO SEU JAZIGO PERPETUO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA EM JOÃO PESSOA PARA A PARÓQUIA DO SENHOR DO BONFIM EM SERRA DA RAIZ - PB.

“É preciso que alguém tenha conhecido o engenho Lameiro onde eu nasci, tal qual o deixei, com seus campos cobertos de canaviais verdejante e viçoso, fascinando a vista, para toda parte que esta se voltasse. Com a sua bagaceira coalhada de gado, enchendo os espaços de urros penosos ou alegres, conforme as horas do dia.” **QUADROS DA MINHA INFÂNCIA (1958) LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA**

👉 *Programação do evento:*

Sexta feira - dia 21/10/2011-

👉 *11h00min - Missa na Igreja da Misericórdia situada na Rua Duque de Caxias, vizinho ao Banco Bradesco, em João Pessoa.*

👉 *Urna contendo os restos mortais do Padre será transferida para o município de Serra da Raiz – PB.*

Fonte: arquivo da ONG SACI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“Chega de saudade”

É difícil pôr um ponto final num texto. Essa dificuldade aumenta quando se trata da trajetória de um indivíduo, pois a vida é um objeto sempre em fuga. Evidentemente, a vida não cabe num texto. Porém, de certo modo, faz-se necessário sepultar o objeto de pesquisa nessas páginas e entregar ao público. Para vencer o luto dessa separação, é preciso lembrar que esse objeto continuará se reinventando a partir da recepção dos leitores e dos trabalhos que, talvez, venham a ser feitos sobre o tema. Para além dessas questões subjetivas, a parte final deste trabalho parece ser uma excelente oportunidade para sistematizar as ideias principais que aparecem ao longo do texto. Levando isso em conta, pode-se dizer que estas últimas linhas estão mais próximas de uma síntese do que de uma conclusão. Os três capítulos que integram esta dissertação, embora discutam questões diferentes, tiveram como base a ideia de que o saudosismo do padre Luís foi, em grande medida, consequência do processo formativo a partir do qual o sacerdote forjou a sua subjetividade. Esse processo teve como marca principal o abandono dos territórios afetivos da infância a partir da submersão numa *cultura escolar* e numa *cultura disciplinar*.

No primeiro capítulo, viu-se que, a despeito das diferenças econômicas, o padre Luís e os filhos dos moradores do Lameiro compartilharam de uma mesma “teia cultural”. A fronteira social entre a casa-grande e a bagaceira não era grande o suficiente para impedir que o filho do senhor de engenho se deleitasse com as histórias contadas pelos moradores mais velhos e se divertisse com as brincadeiras dos “moleques”. Foi a partir da rica cultura oral partilhada pelos moradores locais que o jovem Luís obteve os elementos necessários para forjar suas primeiras noções de mundo. Desse modo, pode-se dizer que, pelo menos durante algum tempo, ele esteve integrado ao grupo social do qual fazia parte os indivíduos que viviam no engenho do seu pai.

Ainda no primeiro capítulo, pretendeu-se mostrar, também, a importância que a figura materna e a figura paterna tiveram durante os primeiros anos de vida do padre Luís. Aos seus olhos, o espaço do engenho era uma espécie de extensão do seu pai e a casa-grande, por sua vez, uma extensão de sua mãe. Pouco a pouco, porém, esse microcosmo infantil começou a diluir frente às mutações que acompanharam os anos escolares de Luís G. de Oliveira.

A entrada do jovem Luís na escola pública foi, sem dúvidas, o marco inicial dessas mudanças. O cotidiano escolar trouxe, para ele, uma nova concepção de espaço e de tempo. O

tempo frouxo do Lameiro foi sendo substituído pelo tempo cronometrado das aulas. O espaço desalinhado do engenho foi sendo substituído pelo espaço racionalizado da sala de aula. Aos poucos, a *cultura escolar* passou a moldar também a forma como o jovem Luís se relacionava com o conhecimento. Até então, o saber circulava de boca em boca pelas calçadas das casas e por debaixo das árvores do engenho. Não havia necessidade de avaliar a aprendizagem. O conhecimento escolar, em contrapartida, secundarizava o saber popular transmitido pela oralidade e priorizava o saber produzido por especialistas. As noções espaciais que o jovem Luís havia obtido por meio de suas experiências e das histórias contadas pelos mais velhos, por exemplo, perdeu espaço para um saber cartográfico que se amparava nos livros e nos mapas. Além disso, a aprendizagem, na escola, era regida por uma lógica avaliativa. Ou seja, o aprendizado dos estudantes devia ser constantemente medido por meio de exames.

Mais do que alterar as suas noções de espaço, tempo e conhecimento, os anos escolares também provocaram mudanças na forma como Luís G. de Oliveira enxergava a si mesmo. Aos poucos, o processo de subjetivação dos elementos ufanistas presentes nas escolas do início do século XX fez com que ele deixasse gradativamente de se sentir integrado à cultura dos moradores do engenho e se visse como um cidadão brasileiro e paraibano. O panteão de “heróis” republicanos e a mítica dos grandes homens fizeram com que o jovem Luís tomasse como modelo de vida um ideal bem distante daquele que era comum no engenho do seu pai. À medida que ele entrava em contato com esses novos ideais, o Lameiro e os indivíduos que orbitavam a casa-grande foram deixando de ocupar um papel central em sua vida. O banguê onde havia nascido não era mais o eixo do seu mundo, era só uma pequena localidade perdida num mapa de infinitas possibilidades. As fontes analisadas mostraram que, pouco a pouco, o jovem Luís foi se desencantando com o cotidiano do engenho. Em outras palavras, a organização social do Lameiro e a cultura dos moradores local deixaram de corresponder às expectativas do filho mais novo de Bellarmino.

No capítulo dois, mostrou-se o quanto essas mudanças se amplificaram após a entrada de Luís G. de Oliveira no Seminário Diocesano da Paraíba em 1928. Ao entrar no internato, o jovem Luís precisou se adaptar a todo um mecanismo disciplinar típico de *instituições totais*. Não eram mais as cercas das terras do seu pai que delimitavam o seu mundo, mas os muros do seminário. Esses novos limites estabeleciam uma fronteira física e simbólica entre o mundo interno e o mundo externo, fazendo com o jovem Luís se afastasse ainda mais do seu modo de vida anterior. O contato físico com os pais diminuiu significativamente. Para agravar esse isolamento, é possível que algumas cartas enviadas pelos internos fossem lidas pelo reitor do seminário, excluindo, dessa maneira, a possibilidade de uma comunicação espontânea. As

visitas à terra natal, por sua vez, ficaram restritas aos meses de férias. Assim, o convento Santo Antônio, onde funcionava o seminário, passou a ocupar, na vida do padre Luís, o espaço que antes era preenchido pelo Lameiro.

O mecanismo disciplinar do seminário conseguiu acentuar as transformações subjetivas que o cotidiano da escola pública havia iniciado. No internato, o jovem Luís precisou incorporar uma série de códigos comportamentais. Esses códigos perpassavam as maneiras de andar, falar e comer. Havia, nesse sentido, uma coerção constante sobre os internos. Com o passar do tempo, os corpos dos seminaristas se habituavam de tal modo a esses códigos que passavam a responder quase automaticamente aos comandos. Tornavam-se *corpos dóceis*, por assim dizer. Além do mais, os comandos, em grande medida, não eram transmitidos de maneira verbal, mas a partir de um conjunto de sinais: campainhas, palmas e olhares. Para inibir a burla dos códigos de comportamento, existia toda uma rede de vigilância. Essa vigilância, porém, não partia de um ponto único, como se fosse uma sentinela ou um olho que tudo vê, ela se capilarizava por meio das relações estabelecidas entre os próprios seminaristas. De certo modo, todos eram vigias em potencial. Além disso, os internos, desde cedo, inculcavam a ideia de autovigilância. A noção de pecado unida à ideia de “exame de consciência” alimentava esse controle de si, pois fazia com que os seminaristas analisassem constantemente seus pensamentos e ações.

Essa modalidade de vigilância adotada pelo seminário provocava uma espécie de solidão acompanhada, haja vista que, mesmo estando na companhia de outras pessoas, os internos estavam sempre sozinhos em suas desconfianças, medos e desejos. Não era só vigilância que corroborava com a solidão dos claustros, o modelo etapista do seminário fazia com que a formação se tornasse uma espécie de caminhada solitária em direção ao sucesso. Nas memórias do padre Luís G. de Oliveira, o seminário aparece como uma grande peneira por meio da qual só passava os jovens inteligentes, virtuosos e perseverantes. Essas qualidades deviam ser imprescindivelmente desenvolvidas ao longo dos anos de formação, pois, caso isso não ocorresse, o candidato amargaria a vergonha da expulsão. É provável que, em meio a esse contexto formativo, o jovem Luís tenha criado uma concepção sobre a própria vida baseada nas ideias de trajetória pessoal e sucesso individual.

Ao se ordenar sacerdote, em 1938, uma horizonte de possibilidades se projetou diante dos olhos de Luís G. de Oliveira. A princípio, ele se dedicou somente à docência e às atividades sacerdotais. Mais tarde, ele passou a colaborar com o jornal *A imprensa*, tornando-se, após alguns anos, diretor-geral do periódico católico. No entanto, os anos que sucederam a sua ordenação não foram marcados só pela ascensão profissional, mas também pela morte de

seu pai. O passamento do senhor do engenho sinalizou, para o jovem padre, a natureza corrosiva do tempo. Durante os anos de formação, o jovem Luís se viu alheio ao seu passado no Lameiro. Num mundo repleto de honrarias, símbolos de poder e privilégios, não havia espaço para engenhos do interior, trabalhadores de eito e tudo mais que tinha feito parte de sua infância. Porém, ao sair do seminário, o padre Luís se viu diante de uma sociedade bem diferente daquela que havia conhecido durante seus primeiros anos. Além disso, os principais símbolos do seu passado (o engenho e o seu pai) tinham tombado sob os golpes do tempo. Tudo isso fez com que o sacerdote iniciasse uma busca identitária.

A primeira etapa dessa busca se deu no terreno das letras. Na chamada *literatura de engenho*, o padre Luís encontrou os elementos necessários para a reformulação das lembranças de sua infância. Pode-se dizer que o livro *Menino de Engenho* de José Lins do Rego foi o que mais impactou o sacerdote durante essa fase de sua vida. A partir da subjetivação desse discurso regionalista, o padre Luís passou a ver o Lameiro de sua infância como um protótipo de uma sociedade ideal. O engenho seria, sob essa nova ótica, o espaço da tradição, da hierarquia, do patriarcado, da masculinidade e da honra – elementos que estavam sendo sufocados pela modernidade. O saudosismo do padre Luís foi alimentado pelo desejo de resgatar o passado idílico que ele havia projetado na sua infância. De certo modo, esse desejo de resgate também foi uma forma de compensar a lacuna deixada pela morte do seu pai. Nesse sentido, a escrita de suas memórias foi ao mesmo tempo uma maneira de combater a morte e uma forma de se reaproximar do Lameiro e de tudo aquilo que constituía o seu cosmos infantil, diminuindo, assim, a sua solidão.

Luís G. de Oliveira se revestiu da tarefa de resguardar os últimos resquícios do seu passado. Fazendo uso do espaço que tinha no jornal *A Imprensa*, ele passou a publicar textos sobre a cultura e a religiosidade dos indivíduos que tinham trabalhado nas terras do seu pai. Muitas vezes esses textos eram feitos com base nas conversas que ele tinha com os trabalhadores rurais de Serra da Raiz. No entanto, a análise desses textos mostrou mais a distância que havia entre o sacerdote e os trabalhadores do que propriamente a face daquilo ele julgava ser a “cultura do povo”, já que a forma como o padre Luís descreveu a cultura dos trabalhadores está perpassada pelos estereótipos criados pelos folcloristas. O “povo”, para o padre Luís, era uma entidade abstrata, simplória, desprovida de racionalidade. Essa entidade devia ser guiada e representada pelos grandes homens, pois, se assim não fosse, ela iria se afundar em suas credices e superstições. Essas noções elitistas sobre a cultura dos trabalhadores rurais influenciou, inclusive, no posicionamento político do padre Luís. Por vezes,

ele se mostrou contrário aos movimentos sociais organizados pelos agricultores, fortalecendo, dessa maneira, a ala conservadora ligada aos latifundiários paraibanos.

No caso do padre Luís, o saudosismo e o conservadorismo andaram lado a lado, pois o seu desejo de resgatar o passado não foi movido somente pela saudade dos pais e das brincadeiras infantis, mas também pela vontade de reestabelecer uma antiga ordem marcada pela autoridade do seu pai, pelo respeito às hierarquias e pela subserviência dos trabalhadores. Mergulhado completamente nessa busca pelo tempo perdido, o padre Luís amargou a solidão provocada pelas diversas mudanças ocorridas ao longo de sua vida. A solidão o acompanhou durante a viagem de trem que o afastou do Lameiro e o aproximou da “cidade encantada”. A solidão o acompanhou durante os anos em que esteve cercado pelos muros do Seminário Diocesano da Paraíba. A solidão o acompanhou durante o sepultamento dos seus pais. A solidão, enfim, o acompanhou durante os anos finais de sua vida. É possível que essa solidão, de algum modo, tenha perseguido diversos indivíduos que nasceram no início do século XX e que também tiveram que lidar com as diversas mutações sociais que estavam em curso. No futuro, talvez, outras pesquisas venham a corroborar com essa relação entre a modernidade brasileira e o sentimento de solidão.

Em 2007, os descendentes do padre Luís G. de Oliveira criaram a ONG SACI. O projeto foi idealizado pelo historiador serra-raizense José Augusto de Oliveira. Esse foi o primeiro passo em direção ao reavivamento da memória do sacerdote. Na sede da referida instituição, é possível encontrar artefatos, livros e documentos pessoais do memorialista. Além disso, a ONG SACI conseguiu arrecadar fundos para a publicação de obras inéditas do sacerdote. Não se pode negar a importância dessas ações. No entanto, essa mesma instituição ajudou a criar uma visão estática da vida e dos escritos do padre Luís Gonzaga de Oliveira. Ao longo dos anos, os membros dessa instituição buscaram consolidar uma imagem sacralizada do sacerdote. Esse olhar saudoso, porém, fez com que a memória do padre Luís se tornasse uma espécie de mausoléu. Espera-se que o presente trabalho tenha provocado rachaduras nesse imenso monumento funéreo. Talvez essa atitude um pouco iconoclasta gere mais frutos do que o saudosismo estéril da ONG SACI.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Violar memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In. **História: a arte de inventar o passado**. São Paulo; EDUSC, 2007.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O teatro da História: os espaços entre cenas e cenários. In. **Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Edições Bagaço, 2008.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O morto vestido para um ato inaugural: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo”- uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2ed. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. 1 ed. **História: a arte de inventar o passado (ensaios de teoria da História)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A necessária presença do outro, mas qual outro? Reflexões acerca das relações entre memória, história e comemorações. In. _____. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALMEIDA, José Américo de. Apresentação. In. OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Quadros de minha infância**. João Pessoa: A Imprensa, 1958.
- ALMEIDA, José Américo. **Memórias: antes que me esqueça**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1976.
- ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. **Urbe vigiada: modos de morar e viver na cidade de Parahyba do Norte (1910-1930)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2009.
- ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880 – 1925)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2001.
- ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas: a cidade da Parahyba do Norte e seus encontros com a modernidade (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2001.

- ARAÚJO, Fátima. História e ideologia da imprensa na Paraíba. João Pessoa: A União, 1983.
- ARAÚJO, Fátima. **Paraíba: Imprensa e vida**. 2ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais**, São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2012.
- BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A formação de padres no Nordeste do Brasil (1894 – 1933)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2009.
- BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- BRASIL, E; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.33, n. 69, p. 196-219, 2020.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARVALHO, Anabela Pereira de Babo. **Caracterização acústica de claustros religiosos históricos**. Dissertação (Mestrado em Engenharia civil) – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 15ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CERTEAU, Michel. Caminhadas pela cidade. In. _____. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CERTEAU, Michel. “A beleza do morto”. In. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 2001.

- CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- CIPRIANO, Maria do Socorro. O historiador e a fotografia: A imagem da infância na revista *Era Nova*. In. OLIVEIRA, T. B; AIRES, J. L. Q; SILVA, V. C (Org.). **Poder, memória e resistência: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2016.
- COSTA NETO, Antônio Cavalcante. Apresentação. In. Oliveira, Luís Gonzaga. **A tragédia do Major**. 2ed. Natal: Offset, 2015.
- COSTA, Severino Ismael. **Caçara: caminhos de almocreves**. João Pessoa: Micrográfica, 1990.
- DIAS, Margarida Maria. Paraíba: “Heroica desde os primórdios”. **Patrimônio e memória**. V.7, N.1, p. 38-53, 2011.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico: Escrever uma vida**. 2 Ed. São Paulo: EDUSP, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.
- FREIRE, Diego José Fernandes. **Contando o passado, tecendo a saudade: a construção simbólica do engenho açucareiro em José Lins do Rego (1919-1943)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, 2014.
- GINZBURG, Carlos. **O queijo e os vermes: O cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição**, São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- GONÇALVES, Regina Célia. **Guerra e Açúcares: Política e Economia na Capitania da Parahyba, 1585-1630**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. 34 ed. São Paulo: editora 34, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições**. 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, nº1, p. 9-44, 2001.

- JUNG, Carl Gustav. **O livro vermelho**. 4ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- KERN, T. M.; SHEMES, C; ARAUJO, C. D. A. A moda infantil no século XX: representações imagéticas na revista globo (1929-67). **Diálogos**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 399-427, 2010.
- LEMOS, Assis; Porfírio, Waldir. **João Pedro Teixeira: a saga de um mártir**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.
- LIRA, Cleiton da S. D.; COSTA, M. S da. A estética da representação: o universo romântico orquestrado na obra a Tragédia do Major do padre Luís Gonzaga de Oliveira. In: **VII Semana de Humanidades: Subjetividades, Sociedades e Mídias Tecnológicas**, Guarabira/PB. Anais. Guarabira: UEPB/CH, 2019, p. 118.
- LIRA, Silvano Fidelis. **Memória e sensibilidades, as poéticas do contar-se: uma história dos campos e motores de agave (Cubati-PB, 1950 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2015, João Pessoa.
- MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.
- MICELI, Paulo. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MINOIS, Georges. **História da solidão e dos solitários**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NUNES, Mariângela Vasconcelos. **Entre o capa verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos cariris velhos (Paraíba, 1937-1966)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.
- OLIVEIRA, C.M. S. Circulação de artífices no Nordeste colonial: Índícios da autoria do forro da Igreja do convento de Santo Antônio da Paraíba. **Revista Fênix**. V.6, N°4, p. 1-20, 2009.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Edvaldo Cardoso de. **De Copaoba à Serra da Raiz: entrelaços contextuais para um melhor ensino sobre lugar e cotidiano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2018.
- OLIVEIRA, José Augusto de. Apresentação. In. OLIVEIRA, Luís Gonzaga de. **Figuras e Paisagens**. João Pessoa: A União, 2017b.
- OLIVEIRA NETO, João Matias. **Cinzas dos Mortais, Chamas da Imortalidade: um Estudo sobre Trajetórias e Sucessões na Academia Paraibana de Letras**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, 2013.

- OLIVEIRA, Raniery Augusto Cavalcanti. **Quadros de minha infância**: as memórias do padre Luís Gonzaga de Oliveira, um legítimo “menino de engenho”. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2014.
- OURIQUES, André Luiz Almeida. Esquecimento e História: um medo indelével ou uma possibilidade epistemológica? In. ARANHA, Gervácio Batista; FARIAS, Elton John da Silva (Org.). **Epistemologia, Historiografia e Linguagens**. Campina Grande: EDUFPG, 2013.
- PANIZZOLO, Cláudia; DOMINGOS BELO, Milena. Educar a infância para o futuro da nação: uma análise da série de leitura de Puiggari-Barreto (1890-1920). **Educação Unisinos**, V. 20, N. 3, São Leopoldo, p. 367-376, 2016.
- PEDROSA, Odilon. **Escritos de ontem**: Pessoas e fatos. João Pessoa: Gráfica Universal, 1974.
- PEDROSA, Odilon. **Escritos de ontem**: A imprensa num quinquênio de vida/ outros meios de comunicação. João Pessoa: Gráfica Universal, 1983.
- PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação**: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PESSOA, Victor Gadelha. **As ligas camponesas da Paraíba: história e memória**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2015.
- PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2001.
- PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- REGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.
- REGO, José Lins do. **Meus verdes anos**: Memórias. 9ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Clara Luz, 2005.
- SANTOS, Gerlane Faustino. **Entre o tradicional e o moderno**: Serra da Raiz (1960-1970). Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Guarabira, 2012.
- SILVA, Leonardo Sousa. **“Quero ser no meio de vós o pastor de almas, o guia das consciências”**: escritos do sensível em Dom José Maria Pires. In. SOARES JUNIOR, A. S;

- ANDRADE, V. G. Escritos do Sensível: experiência, História cultural e práticas educativas. João Pessoa: Ideia, 2018.
- SILVA, Ramsés Nunes e. **“Signal dos tempos”**: modernidade, secularização e laicização na instrução pública da Parahyba do Norte (1897-1902). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2006.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos**: o limpo e o sujo na Paraíba (1912/1924). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2011.
- SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Physicamente vigorosos**: medicalização escolar e modelação dos corpos na Paraíba (1913-1942). São Paulo: E-Manuscrito, 2019.
- SOBREIRA, Dimitri. O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In. DANTAS, E; NUNES, P. G.A; SILVA; R.F.C. (Orgs.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**: história, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- SOUZA, João Paulo Ribeiro. **Modernidade, esporte e lazer na cidade da Parahyba do Norte** – 1908-1925. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Campina Grande, 2014.
- SOUSA JUNIOR, José Pereira de. **Estado laico, Igreja romanizada na Paraíba Republicana**: relações políticas e religiosas (1890 – 1930). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2015.
- VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem fronteiras**, nº1, p. 25-41, 2009.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: Ensaios sobre a crítica da cultura. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- WILLEKE, Venâncio. Org. Livros dos guardiões do convento St. ^a Antônio da Paraíba. In. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. N.16, p. 253-304, 1968.

Fontes

- BRASIL. Recenseamento do Brasil. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio**. Diretoria Geral de Estatística. Realizado em 1 set. 1920. V. 5. Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1927.

BRASIL. Secretária da Cultura. Portaria nº 102/2018, de 02 de maio de 2018. **Diário oficial da prefeitura municipal de Serra da Raiz**, Poder Executivo, Serra da Raiz, 02 de maio de 2018.

Arquivo da ONG SACI

- Livros e artigos:

ARAÚJO, Epaminondas Tavares de. **Chorographia do Município de Caiçara**. 1912.

MADRUGA, Manoel. **Claridades e Sombras**. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1966.

MADRUGA, Manoel. **Memórias**. Rio de Janeiro: Livraria Freira Bastos, 1961.

MADRUGA, Manoel. **Serra da Raiz**. Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, 1955.

MELLO, Linalda de Arruda. **Padre Luís Gonzaga de Oliveira**: dados biográficos. João Pessoa, 2001.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **A Tragédia do Major**. 2ed. Natal: Offset, 2015.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **Figuras e Paisagens**. João Pessoa: A União, 2017.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. O padre Emídio Fernandes e o seu tempo. In. **Revista da Academia Paraibana de Letras**. N.6, p. 215- 230, 1955.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **Quadros de minha infância**. João Pessoa: A Imprensa, 1958.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. **Memórias do Internato**. João Pessoa: Jornal A Imprensa, 1959-2961.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. Impressões de Canudos. In. **Revista da Academia Paraibana de Letras**. N.3, p. 83, 1960.

OLIVEIRA NETO, Belarmino Augusto. **A decadência de um major da guarda nacional**. Guarabira: Thipografia Souza's Graf, 2016. (Cordel).

- Correspondências:

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [**Correspondência**]. Destinatário: Antônio de Almeida Neto. João Pessoa, 11 mar. 1969.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [**Correspondência**]. Destinatário: Elvira Oliveira. João Pessoa, 18 out. 1969.

OLIVEIRA, Luís Gonzaga. [**Correspondência**]. Destinatário: João Nepomuceno de Oliveira. João Pessoa, 09 mai. 1969.

- Jornais

A IMPRENSA. João Pessoa, 1960-1962.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

A CRUZ. Rio de Janeiro, 1956.

A UNIÃO. Parahyba do Norte, 1898.

DIÁRIO DE PERNANBUCO. Recife, 1852, 1918, 1919, 1953, 1980.

GUTENBERG. Maceió, 1887.

JORNAL DO RECIFE. Recife, 1883.

O JORNAL. Parahyba do Norte, 1923, 1957.

O NORTE. Parahyba do Norte, 1908, 1952.

A UNIÃO, 23 de agosto de 2015.

A UNIÃO, 10 de maio de 2015.

APÊNDICE

Cronologia

- **1870.** Nascimento de Bellarmino Augusto de Oliveira. Progenitores: Bartolomeu Reinaldo de Oliveira e Rufina Maria de Jesus.
- **1877** [1876?]. Nascimento de Maria Emília de Castro. Pai: Manoel Joaquim Santana e Maria de Santana. Local: Caiçara – PB.
- **1901.** Casamento de Bellarmino Augusto de Oliveira e Maria Emília de Castro.
- **19/05/1915.** Nascimento de Luís G. de Oliveira. Local: Engenho Lameiro/Serra da Raiz-PB.
- **1923** [aprox.]. A família de Luís Gonzaga de Oliveira deixou o engenho Lameiro e foi morar na casa-grande do engenho Bom-Fim.
- **1928.** Luís G. de Oliveira iniciou seus estudos no Seminário Nossa Senhora da Conceição, localizado na capital do estado.
- **1932.** Luís G. de Oliveira concluiu o curso preparatório do Seminário.
- **20/11/1938.** Ordenação sacerdotal de Luís G. de Oliveira. A cerimônia foi conduzida pelo então Arcebispo da Paraíba, D. Moisés Coelho.
- **1939.** Luís G. de Oliveira foi nomeado vigário cooperador da catedral de Nossa Senhora das Neves.
- **01/03/1939.** Morte de Bellarmino Augusto de Oliveira. Local da morte: Serra da Raiz-PB.
- **03/02/1943.** Morte de Maria Emília de Oliveira. Local da morte: João Pessoa-PB.
- **1948.** Luís G. de Oliveira publicou seus primeiros textos no jornal *A Imprensa*.
- **1949.** Luís G. de Oliveira proferiu o discurso “*O padre Emídio Fernandes e o seu tempo*” no teatro de Serra da Raiz-PB.
- **1950.** Luís G. de Oliveira foi eleito membro da (APL).
- **10/05/1951.** Luís G. de Oliveira tomou posse na Academia Paraibana de Letras. No mesmo ano, tornou-se tesoureiro da APL.
- **1952.** Luís G. de Oliveira foi nomeado professor de Latim na Faculdade de Filosofia da Paraíba pelo então governador da Paraíba, José Américo de Almeida.
- **1952.** Assumiu a direção-geral do jornal *A Imprensa*.

- **1953.** Luís G. de Oliveira participou da inauguração da escola Padre Emídio Fernandes na cidade de Serra da Raiz-PB e organizou a recepção do então governador do estado, José Américo de Almeida, e sua comitiva.
- **1955.** Luís G. de Oliveira sofreu um acidente automobilístico.
- **1957.** Luís G. de Oliveira proferiu um discurso sobre a vida e a obra de Jose Lins do Rego. Local: Faculdade de Filosofia da Paraíba.
- **1958.** Luís G. de Oliveira publicou seu primeiro livro (*Quadros de minha infância*).
- **1958.** Luís G. de Oliveira proferiu um discurso sobre a vida e a obra de José Lins do Rego. Local: Academia Paraibana de Letras.
- **1959.** Emancipação política de Serra da Raiz. O padre Luís G. de Oliveira participou ativamente da referida campanha. Nesse mesmo ano, o padre Luís foi indicado para o cargo de diretor da maternidade e casa de saúde Manoel Madruga, instituição que ficava localizada em Serra da Raiz-PB.
- **1960.** Luís G. de Oliveira publicou o texto *Impressões de Canudos* na Revista da Academia Paraibana de Letras.
- **1962.** Luís G. de Oliveira publicou o livro *A tragédia do Major*.
- **1965.** Luís G. de Oliveira deixou a direção-geral do Jornal *A Imprensa*.
- **1968:** O padre Luís participou ativamente da campanha de Antônio de Almeida Neto para prefeito de Serra da Raiz-PB.
- **23/05/1971.** Morte de Luís G. de Oliveira. Local: João Pessoa-PB.
- **1985:** Uma estátua do padre Luís G. de Oliveira foi instalada em Serra da Raiz. (Atualmente a respectiva estátua se encontra na sede da ONG SACI).
- **2007:** O historiador José Augusto de Oliveira, parente do padre Luís Gonzaga de Oliveira, fundou a ONG SACI (Sociedade Amigos da Cultura Iniguaçu).
- **2015:** Em ocasião das comemorações do centenário de nascimento do Padre Luís Gonzaga de Oliveira, a ONG SACI lançou uma segunda edição do livro *A Tragédia do Major*.
- **2017:** A ONG SACI lançou o livro *Figuras e Paisagens*.
- **2018:** Eric Ben-Hur de Oliveira, filho do idealizador da ONG SACI, tornou-se secretário da cultura do município Serra da Raiz-PB. Dessa forma, a referida instituição passou a contar com o apoio da oligarquia política local.